

Direito ao voto da pessoa com deficiência a partir do estudo do Programa de Acessibilidade da Justiça Eleitoral do Ceará

Liana Holanda de Melo

Orientadora: Prof.^a Doutora Isabel Alexandra de Oliveira David

Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Ciência Política

Lisboa

2021

WWW.ISCSP.U LISBOA.PT

Direito ao voto da pessoa com deficiência a partir do estudo do Programa de Acessibilidade da Justiça Eleitoral do Ceará

Liana Holanda de Melo

Orientadora: Prof.^a Doutora Isabel Alexandra de Oliveira David

Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Ciência Política

Júri:

Presidente:

- Professor Doutor Pedro Miguel Moreira da Fonseca, Professor Associado ao Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;

Vogais:

- Professora Doutora Maria Cristina Montalvão Sarmiento, Professora Auxiliar do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;

- Professora Doutora Isabel Alexandra de Oliveira David, Professora Auxiliar do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;

Lisboa

2021

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por me proteger e guiar sempre meus caminhos com sapiência e mansidão.

Aos meus pais, Leonice Holanda e Wagner Barbosa, por sempre lutarem para fazerem meus sonhos possíveis: toda a obra da minha vida é para vocês.

Aos meus tios Irene e Jorge e à minha prima Sara Braga, pelo invisível e persistente cuidado, independentemente da distância..

E a todos os professores que passaram pela minha vida escolar e acadêmica e me ajudaram, doando seu conhecimento para que eu pudesse me tornar quem eu sou hoje, não só nos âmbitos profissional e acadêmica, mas também no humano.

Agradeço, em especial, à minha orientadora, Isabel David, que dispôs toda sua sabedoria para me ajudar nesta jornada, mas sem dispensar toda a atenção e cuidado nos momentos mais delicados por que passamos. Muito obrigada!

RESUMO

O presente trabalho pretende analisar a repercussão do Programa de Acessibilidade implantado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Ceará desde o ano de 2010 como instrumento de fomento ao direito ao voto da Pessoa com Deficiência no município de Fortaleza, Ceará, Brasil. Para alcançar esse objetivo, preconizou-se o estudo das diretrizes internacionais (tratados e convenções de organismos internacionais oficiais) e da sua respectiva harmonia com a legislação brasileira em geral e em especial com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a identificação das barreiras existentes que impedem a pessoa com deficiência de votar, bem como o estudo da situação atual dessas barreiras no município de Fortaleza. Para tanto, foi realizada pesquisa bibliográfica por meio da utilização de dados cientificamente reconhecidos em artigos, doutrinas, livros e periódicos, além da aplicação de questionário virtual utilizando o método de pesquisa *survey* de forma exploratória. Como principal limitação metodológica encontrada, aponta-se a pandemia do Novo Coronavírus, que impediu a aplicação presencial dos questionários por conta das regras impostas pelo governo local de distanciamento social e *lockdown*. A partir da análise dos dados levantados pelo questionário, foi possível depreender que o Programa de Acessibilidade é um instrumento de estímulo relevante para a promoção do voto da pessoa com deficiência, de forma que mais da metade dos respondentes indicou ter votado com a acessibilidade necessária. Conclui-se que o Tribunal Regional Eleitoral do Ceará logrou êxito no seu propósito de viabilizar o exercício do voto pelas pessoas com deficiência e Fortaleza até o presente momento e demonstra potencial para realizar mudanças futuras mais robustas e de maior relevância.

Palavras-chave: Pessoa com deficiência. Voto. Direitos políticos.

ABSTRACT

The present work intends to analyze the repercussions of the Accessibility Program implemented by the Regional Electoral Court of Ceará since 2010 as an instrument to promote the right to vote of the Person with Disabilities in the city of Fortaleza, Ceará, Brazil. In order to achieve this objective, the study of international guidelines (treaties and conventions of official international organizations) and their respective harmony with Brazilian legislation in general and in particular with the Statute of Persons with Disabilities, the identification of existing barriers that prevent the disabled person to vote, as well as the study of the current situation of these barriers in the city of Fortaleza. For this, bibliographic research was carried out using scientifically recognized data in articles, doctrines, books and journals, in addition to the application of a virtual questionnaire using the survey research method in an exploratory way. As the main methodological limitation found, we point out the New Coronavirus pandemic, which prevented the face-to-face application of the questionnaires motivated by the rules imposed by the local government of social distance and lockdown. From the analysis of the data collected by the questionnaire, it was possible to conclude that the Accessibility Program is a relevant stimulus instrument for promoting the vote of people with disabilities, so that more than half of the respondents indicated that they had voted with the necessary accessibility. It is concluded that the Regional Electoral Court of Ceará was successful in its purpose of making the exercise of voting by people with disabilities and Fortaleza feasible up to the present moment and demonstrates the potential for making greater and more relevant future changes.

Keywords: Disabled person. Vote. Political rights.

EPÍGRAFE

*“Quem quer passar além do Bojador
Tem que passar além da dor
Deus ao mar o perigo e o abismo deu,
Mas nele é que espelhou o céu”*

Fernando Pessoa

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
1. Problemática	1
2. Delimitação e justificação do tema.....	2
3. Revisão de literatura	5
4. Objetivos.....	7
 CAPÍTULO I – DIREITOS POLÍTICOS E SUFRÁGIO UNIVERSAL: CONCEITOS E ENQUADRAMENTO TEÓRICO	 8
1. Conceitos relevantes	8
2. Sistema democrático brasileiro	14
3. Ação afirmativa e princípio da isonomia à luz da pessoa com deficiência	19
 CAPÍTULO II – O PROGRAMA DE ACESSIBILIDADE DO CEARÁ.....	 23
1. Incorporação de tratados internacionais na legislação pátria	23
2. Legislações relevantes sobre o assunto	24
3. Resolução Tribunal Regional Eleitoral – Programa de Acessibilidade do Ceará (Resolução nº 659/2017)	29
 CAPÍTULO III – ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS	 34
1. Metodologia	34
2. Limitações da pesquisa e a pandemia do Novo Coronavírus (Covid-19)	36
3. Análise dos dados do questionário	40
 CONCLUSÃO.....	 47
 REFERÊNCIAS.....	 50
 APÊNDICE A – GRÁFICOS DO QUESTIONÁRIO DA PESQUISA	 59
APÊNDICE B – RESPOSTAS DOS PARTICIPANTES AO QUESTIONÁRIO...	85
 ANEXO A – DECLARAÇÃO DE NORMALIZAÇÃO TÉCNICA	 201

INTRODUÇÃO

1. Problemática

O Estatuto da Pessoa com Deficiência preconiza que o Poder Público garantirá a todos os direitos políticos e a oportunidade de exercê-los em iguais condições com as demais pessoas (artigo 76). Logo, as pessoas com deficiência têm a obrigação de alistar-se e de votar assim como todas as outras para quem o voto é obrigatório. É relevante ressaltar que o artigo 1º, Parágrafo Único, da Resolução nº 21.920/2004 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), prevê que cidadãos com deficiência impossibilitados ou com excessiva onerosidade para o cumprimento de suas obrigações eleitorais relativas ao alistamento e ao voto não estarão sujeitos a sanção. Não se trata de extensão das possibilidades de voto facultativo, mas de dispensa da sanção pelo descumprimento da obrigação eleitoral após requerimento fundamentado e justificado de acordo com os requisitos previstos em lei.

Na mesma Resolução, em seu artigo 2º, §1º¹ está previsto que o juiz eleitoral ao analisar o requerimento levará em conta a situação socioeconômica do requerente e as condições de acesso ao local de votação ou de alistamento desde a sua residência. Por óbvio que se apenas 10% dos domicílios eleitorais do Brasil encontram-se equipados para utilização por pessoas com deficiência, ao invés de compelir o Poder Público a garantir locais de votação² com acessibilidade a Resolução do TSE acaba por estimular o movimento contrário: é muito mais fácil pedir a dispensa das obrigações eleitorais que enfrentar os obstáculos para exercer o direito ao voto.

As políticas públicas e os programas de acessibilidade devem promover meios para o exercício político do direito de votar, facilitando e encorajando por meio da eliminação de barreiras para que a pessoa com deficiência possa comparecer aos colégios eleitorais nos dias de votação sem tornar esse movimento um grande e intransponível encargo.

¹ “§ 1º Na avaliação da impossibilidade e da onerosidade para o exercício das obrigações eleitorais, serão consideradas, também, a situação socioeconômica do requerente e as condições de acesso ao local de votação ou de alistamento desde a sua residência” (BRASIL, 2004b).

² “Art. 135. Funcionarão as mesas receptoras nos lugares designados pelos juízes eleitorais 60 (sessenta) dias antes da eleição, publicando-se a designação. §6-A Os tribunais regionais eleitorais deverão, a cada eleição, expedir instruções aos juízes eleitorais para orientá-los na escolha dos locais de votação, **de maneira a garantir acessibilidade para o eleitor com deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive em seu entorno e nos sistemas de transporte que lhe dão acesso**” (BRASIL, 1965, grifo nosso).

Diante disso, surge a questão de partida do estudo: De que forma o programa de acessibilidade da Justiça Eleitoral do Ceará promove a efetivação dos direitos políticos das pessoas com deficiência no município de Fortaleza?

2. Delimitação e justificação do tema

As Pessoas com Deficiência (PCD) encontram-se num grupo de pessoas vulneráveis em relação ao exercício de muitos dos seus direitos fundamentais. Grande parte desses problemas podem ser solucionados com a correta intervenção estatal, considerando isso a presente dissertação de mestrado busca abordar as dificuldades das pessoas com deficiência especificamente no que concerne ao direito ao voto. Todos os cidadãos brasileiros têm o direito, e também o dever, de votar. Para tanto, o poder público deve promover às pessoas com deficiência a devida acessibilidade para o exercício do voto, bem como a oportunidade de votar como as demais pessoas – guardadas as devidas adaptações.

O Brasil como país que insculpe o princípio da dignidade humana como base jurídica e política de seu ordenamento tem como objetivo que a pessoa com deficiência participe de todas as áreas da vida social em sua plenitude, sendo senhorio de suas escolhas profissionais, familiares, políticas, econômicas etc. Uma das formas que garante o pertencimento pleno da pessoa com deficiência na sociedade é a participação política, tema que será aprofundado no presente trabalho especialmente no que diz respeito a acessibilidade do direito ao exercício do direito ao voto no município de Fortaleza.

Por meio da Resolução nº 659, de 20 de março de 2017, do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará foi instituído o Programa de Acessibilidade nas eleições. Como referências legislativas, a Resolução utilizou a Convenção das Pessoas com Deficiência (CDPD) da ONU, a Lei nº 13.146/2015, a Resolução nº 230, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e o artigo 92, dos incisos II ao VII, da Constituição Federal Brasileira de 1988.

O Programa de Acessibilidade nas eleições, destinado a pessoas com deficiência ou algum tipo de mobilidade reduzida, abriga panoramas gerais como a utilização da linguagem de sinais nos programas de radiodifusão ofertados pela Justiça Eleitoral do Ceará, bem como a possibilidade de fiscalização das diretrizes propostas pelas organizações representativas de pessoas com deficiência. Procura, ainda, adotar medidas no sentido de realizar “[...] a remoção

de barreiras físicas, arquitetônicas, de comunicação e atitudinais de modo a promover o amplo e irrestrito acesso de pessoas com deficiência às suas dependências” (BRASIL, 2010).

O princípio do acesso tem como objetivo garantir que pessoas vulneráveis possam exercer seus direitos fundamentais (incluindo as Pessoas com Deficiência) de acordo com as suas necessidades. Tornando-se concretização desse princípio, a Acessibilidade busca oferecer uma vida independente com cidadania e participação social a Pessoa com Deficiência como qualquer outro cidadão. Com vistas a garantir a Acessibilidade na vida prática desse grupo vulnerável, o artigo 227, II, §2º da Constituição Federal do Brasil prevê a obrigação do Estado em garantir acesso adequado às pessoas com deficiência a logradouros, edifícios públicos e transporte coletivo por meio de normas que deverão ser dispostas pela lei, bem como a criação de programas de prevenção, atendimento especializado, integração social, eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação.

Existindo uma preocupação mundial no processo de inclusão de pessoas com deficiência, a Organização das Nações Unidas (ONU), mediante a Convenção das Pessoas com Deficiência (CDPD), elencou medidas e exigências que garantem a inclusão, a justiça social e a dignidade, bem como os direitos políticos desse grupo vulnerável.

A Convenção das Pessoas Com Deficiência tem alcance global³ e foi incorporada pelo Brasil como o primeiro Tratado Internacional de Direitos Humanos com força de norma constitucional. Dias e Junqueira (2017, p. 165) salientam a importância da Convenção ao afirmar que:

Em termos gerais, a CDPD traduz-se como importante mecanismo de alcance global para modificar o cenário de exclusão das pessoas com deficiência nos países signatários, destacando as vulnerabilidades enfrentadas pelos beneficiários, e exigindo das autoridades nacionais e dos diversos atores sociais ações concretas para a implementação dos direitos e garantias consagrados em seu texto. A Convenção foi adotada pela Comunidade Internacional com o propósito estruturante de assegurar e promover a emancipação das pessoas com deficiência, principalmente, a partir do princípio da igualdade e da inclusão social, o qual se desdobra no direito à promoção de acessibilidade aos direitos humanos e fundamentais.

Os autores ainda sublinham o artigo 29⁴ da Convenção das Pessoas com Deficiência que obriga aos Estados Partes a garantia aos direitos das pessoas com deficiência de votarem e

³ 160 países são signatários da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências, dos quais 92 ratificaram a Convenção (UN, 2019).

⁴ “Article 29 – Participation in political and public life. States Parties shall guarantee to persons with disabilities political rights and the opportunity to enjoy them on an equal basis with others, and shall undertake: a) To ensure that persons with disabilities can effectively and fully participate in political and public life on an equal basis with others, directly or through freely chosen representatives, including the right and opportunity for

serem votadas, conferindo-lhes isonomia social. O artigo também determina garantir a promoção da igualdade através de políticas realizadas pelo Estado:

[O]s procedimentos, instalações e materiais, e equipamentos para votação serão apropriados, acessíveis, e de fácil compreensão e uso, assegurando a proteção ao voto secreto, e garantindo-se, sempre que necessário e a seu pedido, permissão para que a pessoa com deficiência seja auxiliada na votação por alguém de sua escolha. Assegura também o direito das pessoas com deficiência candidatarem-se e desempenharem quaisquer funções públicas em todas as esferas de governo, usando novas tecnológicas assistivas quando apropriado. (DIAS; JUNQUEIRA, 2017, p. 167).

Inspirando-se na Convenção das Pessoas com Deficiência, em 6 de julho de 2015, o Brasil promulgou o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). A lei trouxe grandes avanços como a dissociação entre o voto e a capacidade jurídica, vedação de seções eleitorais exclusivas para pessoas com deficiência, exigência de legendas em libras e audiodescrição em pronunciamentos, entre outros.

O direito à acessibilidade é compreendido como o direito de ter acesso a direitos. É, portanto, instrumento fundamental para a efetivação dos demais direitos, por isso, há uma relação entre dignidade humana e direito à acessibilidade. A pessoa com deficiência somente poderá usufruir de uma vida digna, caso tenha garantido acesso aos direitos fundamentais. A acessibilidade eleitoral visa erradicar as barreiras que distanciam os indivíduos do exercício de seus direitos políticos. Não se traduz exclusivamente no direito de votar com facilidade, vai além. Tem como propósito a superação, dentre outros, dos obstáculos arquitetônicos das zonas e seções eleitorais; do preconceito e ignorância social que mitigam as chances de candidatos e candidatas com deficiência serem eleitos; da inacessibilidade das propagandas partidárias e eleitorais, dos informes oficiais e debates televisivos que não contam com audiodescrição, linguagem de sinais e legenda. (DIAS; JUNQUEIRA, 2017, p. 164).

A vedação das seções eleitorais exclusivas para Pessoas com Deficiência tem o intuito de desmotivar o preconceito social ao estabelecer um local apenas para essas pessoas, visando incluir dentro do contexto de qualquer pessoa a possibilidade de exercer o direito democrático ao voto onde quer que deseje. Até porque a seção única para Pessoa com

persons with disabilities to vote and be elected, inter alia, by: i. Ensuring that voting procedures, facilities and materials are appropriate, accessible and easy to understand and use; ii. Protecting the right of persons with disabilities to vote by secret ballot in elections and public referendums without intimidation, and to stand for elections, to effectively hold office and perform all public functions at all levels of government, facilitating the use of assistive and new technologies where appropriate; iii. Guaranteeing the free expression of the will of persons with disabilities as electors and to this end, where necessary, at their request, allowing assistance in voting by a person of their own choice; b) To promote actively an environment in which persons with disabilities can effectively and fully participate in the conduct of public affairs, without discrimination and on an equal basis with others, and encourage their participation in public affairs, including: i. Participation in non-governmental organizations and associations concerned with the public and political life of the country, and in the activities and administration of political parties; ii. Forming and joining organizations of persons with disabilities to represent persons with disabilities at international, national, regional and local levels” (ONU, 2020).

Deficiência não contemplaria os casos de pessoas com mobilidade reduzida. Para que isso ocorra faz-se necessário que as adaptações necessárias estejam presentes em todas as seções eleitorais. Contudo, esse assunto será mais bem discutido e analisado ao longo do presente trabalho.

A análise da legislação internacional e brasileira será pormenorizada no decorrer dos próximos capítulos do presente trabalho. Não há dúvidas que houve significativo avanço legislativo nessa seara, porém faz-se imperioso analisar se na vida prática houve mudanças significativas no exercício do voto da Pessoa com Deficiência no Estado do Ceará.

Pretende-se buscar uma compreensão mais aprofundada sobre o exercício do voto pelas pessoas com deficiência, compreendendo essa atividade como fundamento da dignidade da pessoa humana e dos valores democráticos que devem balizar o Estado Democrático de Direito insculpida não apenas na Constituição Federal da República Federativa do Brasil, mas nos diversos tratados internacionais que versam sobre o assunto. Perceber o direito de votar da pessoa com deficiência física trata-se de uma questão de direitos humanos, valorizar a autonomia dessas pessoas é uma forma de promover o desenvolvimento do ser humano.

Dessa forma, intentamos extrair o conhecimento do factual e palpável cenário no qual as pessoas com deficiência que votam vivem dentro desse corte contextual (tema/localidade) para agregar informações com valor científico que sejam úteis a posteriores aperfeiçoamentos, modificações e ampliação do projeto de acessibilidade eleitoral, de maneira qualificada e centrada no viés da Ciência Política.

3. Revisão de literatura

Durante o levantamento bibliográfico realizado não foram encontrados trabalhos acadêmicos sobre o Programa de Acessibilidade do TRE Ceará, de forma que se buscou pela relevância de temas colaterais como a participação política da pessoa com deficiência, acessibilidade da pessoa com deficiência, inovações eleitorais após a publicação do Estatuto da pessoa com deficiência etc. Orientando sempre a pesquisa para títulos que abordassem o tema de forma regionalizada no âmbito do TRE Ceará.

De fato, há uma extensa variedade na literatura quanto ao tema da pessoa com deficiência e acessibilidade de uma forma geram e, de outra banda, o mesmo ocorre com a temática do direito eleitoral após a publicação do Estatuto da pessoa com deficiência. Contudo,

no momento em que os dois temas convergem, a literatura demonstra-se incipiente e rasa. Essa escassez apenas corrobora a urgência e relevância que os estudos nessa área demandam.

Estudo de análise bibliométrica da produção científica sobre os direitos da pessoa com deficiência realizado por Aline Droppé Bravo (2013) demonstra que as publicações científicas tiveram uma vultuosa crescente de 1991 a 2002. A maioria das produções foi concebida por autores que possuem área de formação acadêmica em Direito (60%), Pedagogia (16,8%) e Serviço Social (8,4%), “[...] além disso, entre as 17 linhas de pesquisa em que mais concentram trabalhos, 14 são da área do Direito” (BRAVO, 2013, p. 65). Não foram apresentados estudos sobre o tema explorados na área das Ciências Políticas, sendo as asserções de maior repercussão de estudo aquelas relacionadas com o trabalho, acessibilidade e ações afirmativas das pessoas com deficiência (BRAVO, 2013).

Segundo outro estudo bibliométrico realizado por Cícera Henrique Silva *et al.* (2018), com o título “A pesquisa sobre acessibilidade no Brasil: um olhar sobre os grupos de pesquisa do CNPQ”, revela-se que os três maiores grupos de pesquisa sobre acessibilidade estão inseridos nas áreas de Educação (24%); Ciências da computação (9%); Fisioterapia, Terapia ocupacional, Arquitetura e urbanismo (7% cada).

A obra de Demetrio Saker Neto, juiz com atuação no Estado do Ceará, busca compreender a situação da pessoa com deficiência no atual cenário eleitoral após as mudanças realizadas pela Lei Brasileira de Inclusão (LBI), inovação legislativa que instrumentalizou a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, segundo o autor. Em sua obra intitulada “A participação da pessoa com deficiência no sistema eleitoral” o autor realiza uma análise específica do tema eleitoral no Estado Ceará. No seu estudo, conclui que a Justiça Eleitoral do Ceará empenha-se continuamente com a inclusão e participação política da pessoa com deficiência, “[...] inclusive em relação à transposição de obstáculos físicos, de comunicação e preponderantemente de atitudes, com o objetivo cada vez maior de viabilizar o exercício de um direito fundamental” (SAKER NETO, 2020, p. 95).

Luiz Clóvis Guido Ribeiro (2019) aborda temática semelhante, contudo com uma perspectiva nacional, na obra “As pessoas com deficiência e o processo eleitoral no Brasil”. O autor entende que quanto mais acessibilidade (meios adequados para exercer o voto) maior participação política terão os eleitores com deficiência, uma vez que muitos não exercem os direitos como eleitores por conta das barreiras atualmente existentes.

Outra contribuição literária de enorme relevância para o assunto é o trabalho de Joelson Dias e Ana Junqueira (2017) no qual os autores entendem que o fato que torna uma

pessoa cidadã é sua capacidade de participar na tomada de decisão de forma ativa, portanto o verdadeiro potencial político da pessoa com deficiência só será verdadeiramente constatado após despidas todas as barreiras. Para o sucesso dessa derrocada é necessária uma ação integrada entre o Estado e a sociedade civil.

A presente dissertação apresenta contribuições com a finalidade de agregar novos dados e informações qualificadas no que diz respeito ao voto na pessoa da pessoa com deficiência em Fortaleza. Perpassa o conhecimento da Ciência Política, visto que até o momento este tema é investigado por outras áreas segundo levantamento bibliométrico mas não pelo viés da Ciência Política.

Pode-se considerar como sua principal contribuição para literatura, primeiramente, a comparação desse tema associado ao programa de acessibilidade eleitoral do TRE Ceará visto que essa composição constitui uma abordagem original que agrega valor às publicações já existentes. Em segundo, a área onde este estudo foi delimitado, qual seja: o município de Fortaleza. Assim como as garantias constitucionais, o amparo legal trazido pela LBI e pela Resolução do TRE é, sem dúvidas, um vultuoso avanço no que diz respeito à participação política das pessoas com deficiência e efetivação da sua dignidade como pessoa humana, mas não é suficiente se transcender o domínio da lei para a vida real, nas palavras de Alvim e Dias (2018) “[...] cuida-se de premissa a ser verificada não apenas no plano conceitual, mas ainda no mundo dos fatos”.

5. Objetivos

Nesse sentido, o objetivo geral proposto nesse trabalho é avaliar as consequências do programa de acessibilidade da Justiça Eleitoral do Ceará como fomentador do direito ao voto das pessoas com deficiência física. Fundamentando-se na questão de partida e no objetivo geral, são objetivos específicos: a) estudar as diretrizes do programa de acessibilidade da Justiça Eleitoral do Ceará de acordo com a Constituição Federal, tratados internacionais e legislação brasileira sobre o tema; b) identificar as principais barreiras existentes atualmente que impedem as pessoas com deficiência física de exercer seu direito ao voto; c) estudar como se encontra a situação atual da acessibilidade no que tange à efetivação do direito ao voto das pessoas com deficiência no município de Fortaleza.

CAPÍTULO I – DIREITOS POLÍTICOS E SUFRÁGIO UNIVERSAL: CONCEITOS E ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. Conceitos Relevantes

No presente capítulo serão introduzidos e aprofundados conceitos relevantes para o estudo da Pessoa com Deficiência. Serão analisados alguns temas, à luz do voto da Pessoa com deficiência, tais como o sistema democrático brasileiro, direitos políticos, sufrágio universal, voto, princípio da isonomia, ações afirmativas e participação política.

Segundo o artigo 2º da Lei nº 13.146/2015, é considerada pessoa com deficiência aquela que tem “[...] impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com um ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”. Portanto, é expresso na legislação que a Pessoa com Deficiência (PCD) é aquela com impedimento legal de **longo prazo** para exercer plenamente seus direitos. Já no caso das pessoas que apresentam esse mesmo impedimento, porém de forma temporária – ou seja, **curto prazo** – são denominadas pessoas com mobilidade reduzida, como por exemplo idosos, gestantes, obesos e até mesmo alguém que se encontra com dificuldade de locomoção por conta de acidentes. Nesse caso, ficam resguardadas as mesmas políticas de acesso garantidas a Pessoa com Deficiência

Em todo o mundo existem aproximadamente 15% de pessoas com algum tipo de deficiência (ONU, 2016), de forma que, entre os objetivos⁵ da Organização das Nações Unidas (ONU), encontra-se a redução das desigualdades por meio do empoderamento e promoção da inclusão social, independentemente de qualquer forma de deficiência. Apesar de considerarmos as pessoas com deficiência como um só grupo vulnerável⁶, faz-se relevante ressaltar a natureza da sua homogeneidade, pois ostentam formas diferentes de deficiência, cada uma com a sua peculiaridade representando, assim, “a maior minoria do planeta” (MAIOR, 2015).

⁵ São 17 objetivos apontados pela ONU que pretendem transformar o mundo: “[...] erradicação da pobreza; fome zero; saúde e bem-estar, educação de qualidade; igualdade de gênero; água potável e saneamento; energia limpa e sustentável; trabalho decente e crescimento econômico; indústria, inovação e infraestrutura; **redução das desigualdades**; cidades e comunidades sustentáveis; consumo e produção responsáveis; ação global contra a mudança do clima; vida na água; vida terrestre; paz, justiça e instituições eficazes e parcerias e meios de implementação” (ONU, 2015, grifo nosso).

⁶ “O termo vulnerabilidade designa grupos ou indivíduos fragilizados, jurídica ou politicamente, na promoção, proteção ou garantia de seus direitos de cidadania” (AYRES *et al.*, 2003, p. 117).

Muitas pessoas com deficiência ainda sofrem dificuldades para exercer o direito ao voto. O Brasil conta com o total de 45 milhões de pessoas com deficiência (23,9% da população⁷) (IBGE, 2010), dentro desse total somam-se 940.630 mil eleitores que apresentam algum tipo de deficiências, apesar disso apenas 10% das seções eleitores são adaptadas. (BRANDINO, 2018).

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), o município de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, conta com aproximadamente 2,5 milhões de habitantes, contendo cerca de 866.414 pessoas com deficiência (181.427 com algum tipo de deficiência motora, 508.397 com deficiência visual, 144.997 mil com deficiência auditiva e 31.593 com deficiência intelectual). No caso dos eleitores com deficiência, segundo dados do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará são 54.979 em todo o estado.

Consoante Cahue Talarico e Ricardo Sampaio (2020), a evolução dos conceitos que visam à promoção da proteção à pessoa com deficiência passou por quatro importantes fases, quais sejam: segregação, invisibilidade, integração e inclusão. Na primeira fase a deficiência representava uma punição divina, “[...] um peso morto para a sociedade, [...] alguém sem valor profissional” (SASSAKI, 2014) de modo que as pessoas que apresentavam qualquer tipo de deficiência eram separadas do convívio da família e da sociedade. Já na segunda fase, o indivíduo com deficiência classificado como invisível, inclusive um termo utilizado até meados do século XX foi “inválido”, que pode ser compreendido como “indivíduos sem valor” (SASSAKI, 2014).

Já na terceira fase, ocorre a integração (modelo biomédico) que pode ser compreendida como a permissão de convivência em sociedade tendo em vista a cura da deficiência que acometiam essas pessoas. Logo, não se tratava de aceitação das pessoas e de suas limitações como elas são, mas sim a tentativa médica de cura para só então realizar o pertencimento das pessoas com deficiência à sociedade.

No modelo biomédico, considera-se a deficiência como consequência de uma doença ou acidente, que deve ser objeto de tratamento para a habilitação ou a reabilitação do máximo de capacidades, aproximando-se da cura. Este paradigma tem como foco as limitações funcionais que se encontram na pessoa, desconsiderando as condições do contexto social. O modelo biomédico corresponde à integração da pessoa com deficiência à sociedade, situação na qual os esforços de participação são desenvolvidos pela pessoa e sua família, sem que haja mudanças da sociedade. (MAIOR, 2015).

⁷ Constata-se que, no “[...] censo de 1990, este percentual era de apenas 1,9%. Já em 2000 passou para 14,5%” e, em 2010, como descrito, é de 23,9% (BORGES; STEIL, 2016, p. 8), o que demonstra um crescente significativo ao longo dos anos.

Nessa fase “nega-se a questão da diferença” (SASSAKI, 2014) buscando apenas transformar aquelas pessoas em “normais”. Por fim, a inclusão trata-se da colocação das pessoas com deficiência na sociedade com o devido respeito e adaptação às suas diferenças (modelo social⁸). Apesar dos avanços acadêmicos, legais e científicos que ocorreram na terminologia das pessoas com deficiência, ainda existem muitas barreiras a serem transpostas. É ponderoso destacar os tipos de barreiras e trazer o seu significado, para tanto utilizaremos os conceitos elaborados pela Lei Brasileira de Inclusão em seu artigo 3º, IV:

Barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em: a) barreiras **urbanísticas**: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo; b) barreiras **arquitetônicas**: as existentes nos edifícios públicos e privados; c) barreiras nos **transportes**: as existentes nos sistemas e meios de transportes; d) barreiras nas **comunicações** e na **informação**: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação; e) barreiras **atitudinais**: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas; f) barreiras **tecnológicas**: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias. (BRASIL, 2015a, grifos nossos).

A partir da aprovação da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, o modelo social foi utilizado como parâmetros de conceituação legal para pessoa com deficiência na Constituição Federal do Brasil e, conseqüentemente, na legislação infraconstitucional. O conceito de pessoa com deficiência (e até mesmo os termos utilizados para classificá-la) evoluíram de forma considerável ao longo do tempo, o que não estagna seu desenvolvimento. Portanto, é importante considerar que por se tratar de um conceito social pode ser metamorfoseado de maneira dinâmica como é próprio dos fenômenos sociais e políticos. “A deficiência é um conceito em evolução, de caráter multidimensional, e o envolvimento da pessoa com deficiência na vida comunitária depende de a sociedade assumir sua responsabilidade no processo de inclusão, visto que a deficiência é uma construção social” (MAIOR, 2015).

⁸ “O modelo social tem por foco as condições de interação entre a sociedade e as pessoas com limitações funcionais. As pessoas com deficiência são sujeitos de direitos, com autonomia e independência para fazer suas escolhas, contando com apoios sociais [...] As intervenções são realizadas na esfera atitudinal e na provisão de acessibilidade nas construções e espaços urbanos, nos transportes, nas diversas formas e sistemas de comunicação, de informação, assim como acesso à tecnologia assistiva” (MAIOR, 2015).

Apenas no Código Eleitoral vigente o voto da pessoa com deficiência passou a ser tratado de forma mais inclusiva, uma vez que nos códigos anteriores o assunto era tratado de maneira retraída, expressando no passado de forma literal apenas as condições de alistamento eleitoral⁹ dos “cegos alfabetizados” (Lei nº 48/1935) e das pessoas “inválidas”, para as quais o alistamento e o voto não eram obrigatórios à época (Decreto-Lei nº 7.586/1945).

Assim como em todo o mundo, as pessoas com deficiência percorriam um movimento associativo no Brasil em busca de melhorias para sua categoria (processo de redemocratização pós ditadura militar), tendo seu ápice nos anos 80, o que culminou como uma grande influência na assembleia nacional constituinte para a Constituição cidadã de 1988. Nessa esteira, “[...] o movimento das pessoas com deficiência também participou desse processo, na busca pela inserção de suas demandas no texto constitucional” (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 64).

Desde o início da década de 1980, a principal demanda do movimento era a igualdade de direitos e, nesse sentido, reivindicavam que os dispositivos constitucionais voltados para as pessoas com deficiência deveriam integrar os capítulos dirigidos a todos os cidadãos. O movimento vislumbrava, portanto, que o tema deficiência fosse **transversal** no texto constitucional. (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 67, grifo nosso).

A transversalidade diz respeito a integração de assuntos de distintas áreas do conhecimento com objetivo de aperfeiçoar a gestão das políticas públicas cingidas pela burocracia, horizontalidade e departamentalização dos assuntos abordados nas circunstâncias de tomadas de decisão. Portanto, a transversalidade “[...] busca por maior articulação dos atores e sinergia entre os esforços tornou-se diretriz de governo para execução de suas políticas, sobretudo daquelas orientadas para os chamados grupos vulneráveis” (MACHADO, 2014, p. 4).

O Código Eleitoral pecou em considerar facultativo o alistamento eleitoral da pessoa com deficiência em seu artigo 6º, II (apesar de já prever a obrigatoriedade do voto). Contudo, deve ser levado em consideração que o Código Eleitoral utilizado atualmente no Brasil data do ano de 1965 (pré-constituição). Portanto, sua interpretação deve ser feita conforme a Constituição Federal de 1988. Levando em consideração tanto o avanço na legislação sobre o assunto quanto as mudanças sociais, no ano de 2004 o Tribunal Superior Eleitoral entendeu¹⁰ que as pessoas com deficiência devem ser consideradas pessoas comuns,

⁹ A qualificação é a prova de que o cidadão satisfaz as exigências legais para exercer o direito de voto, enquanto que a inscrição eleitoral, que permite ao cidadão obter o título de eleitor, faz com que ele passe a integrar o Cadastro Nacional de Eleitores da Justiça Eleitoral (BRASIL, 2019).

¹⁰ Ora, há fatos que a sabedoria humana não pode prever, situações que não pôde levar em consideração e nas quais, tornando-se inaplicável a norma, é necessário, de um modo ou de outro, afastando-se o menos possível

o que torna tanto o voto quanto o alistamento eleitoral obrigatórios, exceto nos casos em que a natureza da deficiência impossibilite ou tornem oneroso o exercício das obrigações eleitorais (Resolução nº 21.290 do TSE), caso em que “[...] esses indivíduos podem requerer por si ou por meio de terceiros devidamente habilitados, certidão de quitação eleitoral com prazo de validade indeterminado” (BRASIL, 2015b).

A obrigatoriedade do voto como regra no Brasil acaba por determinar o debate político da população e aumentar a educação dos eleitores, tornando-os mais presentes no destino político da sociedade na qual estão inseridos. Além disso, considerando alta porção de grupos vulneráveis e a má distribuição de renda no país “[...] o voto constitui [...] um forte instrumento para que essa coletividade de excluídos manifeste sua vontade política” (SOARES, 2004, p. 4).

O grupo de pessoas com deficiência pode ser considerado mais intensamente excluído, uma vez que as pessoas com deficiência no Brasil têm o nível de escolaridade em média um ano mais baixa, assim como menor renda (NERI, 2003). São dados como esses que representam o factual papel que a pessoa com deficiência desempenha na sociedade, o que demonstra a necessidade iminente de políticas públicas com vistas a reduzir tais clivagens. “Indivíduos com iguais características (escolaridade, gênero, raça, idade, UF e tamanho de cidade) exceto o fato de possuírem alguma deficiência, ganham 12,65% a menos que aqueles que não possuem deficiência” (NERI, 2003, s.p.).

As ações afirmativas têm caráter temporário e buscam equilibrar desigualdades de certos grupos vulneráveis a partir de ações promovidas pelo poder público. Relativamente a pessoa com deficiência existem várias políticas públicas com vistas a contrabalançar tais desigualdade como as políticas de cotas em concursos públicos, previsão de políticas públicas para a inserção no mercado de trabalho, entre outras. Quanto ao presente trabalho destacaremos o viés da participação política, mais estritamente ao direito do exercício do voto. Para tanto, analisaremos o Programa de Acessibilidade Eleitoral desenvolvido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará.

A Resolução nº 23.381/2012 do Tribunal Superior Eleitoral institui o Programa de Acessibilidade no âmbito nacional com vistas a garantir a autossuficiência da pessoa com deficiência no momento do exercício do direito ao voto. Em âmbito regional, o Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará promoveu o Programa de Acessibilidade Eleitoral desde

das prescrições legais, fazer frente às brutais necessidades do momento e opor meios provisórios à força invencível dos acontecimentos (PERELMAN *apud* MENDES, 2011).

2010 (Resolução nº 401/2010, posteriormente substituída pela Resolução nº 659/2017) e conta os seguintes objetivos:

Implementação gradual de medidas para a remoção de barreiras urbanísticas, arquitetônicas, nas comunicações e na informação, atitudinais e tecnológicas, a fim de promover o amplo e irrestrito acesso de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, usuários internos ou externos dos espaços ou dos serviços da Justiça Eleitoral, no âmbito da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, dos cartórios eleitorais e dos locais de votação do Estado do Ceará. (BRASIL, 2015b).

Uma sociedade inclusiva e desenhada para todos só é possível a partir do momento em que existe uma consonância de ações em prol do mesmo objetivo: inclusão da pessoa com deficiência como forma de realizar os direitos da pessoa humana. No mundo, em cada dez pessoas, uma apresenta alguma forma de deficiência (UN, 2003) e o esperado é que esse número aumente ao longo dos anos, tanto em escala mundial quanto regional. Portanto, é sábio antecipar e organizar as necessidades políticas e sociais desse grupo com vistas a garantir sua completa integração em sociedade.

*In some cases, equalization of opportunities for disabled persons requires a specific disability programme at the first stage of development. At both the project design and the operational levels, a component approach – and even a disability-specific design of operations which take into account the needs, rights and potentials of disabled persons – may sometimes be the best way to achieve full inclusion of persons with disabilities in the long run [...] **Caution must, however, be exercised so that the disability-specific approach does not become the only and final solution.** (UN, 2003, grifo nosso)¹¹.*

Quanto ao delineamento do eleitor brasileiro, deficiente ou não, sobre o cenário político no Brasil, segundo pesquisa realizada no ano de 2018 pode-se constatar que “[...] 95% dos entrevistados afirmam que os atuais políticos não são transparentes; 94% acreditam que os governantes não pensam na população para tomar decisões” (G1, 2018). Tamanha crise de representatividade tem grande repercussão nas urnas, pois 42,1 milhões decidiram por não votar (votos nulos, brancos e abstinências) nas últimas eleições presidenciais bateu o recorde, o que representa a “maior alta desde a redemocratização” (CERIONI, 2018). Dentro desse grupo chama a atenção a escassez do público jovem, particularmente aqueles que têm entre 16 a 18 anos, hipótese em que o voto é facultativo. As eleições de 2018 no Brasil demonstraram que a

¹¹ “Em alguns casos, a equalização de oportunidades para pessoas com deficiência requer um programa específico no seu primeiro estágio de desenvolvimento. Tanto no projeto quanto nos níveis operacionais, uma abordagem componente – e até mesmo um desenho específico para deficientes de operações que levem em conta as necessidades, direitos e potenciais das pessoas com deficiência – pode, por vezes, ser a melhor maneira de alcançar a inclusão plena das pessoas com deficiência no longo prazo” (tradução livre).

participação dos jovens em 2018 foi a menor desde 2002 e aponta que a causa desse declínio é a “[...] desilusão política e falta de identificação com os partidos” (COSTA; MORENO, 2018).

2. O sistema democrático brasileiro

O sistema democrático adotado pelo Brasil é a democracia semidireta ou participativa, insculpido nos artigos 1º, Parágrafo Único e 14¹² da Constituição Federal. Caracteriza-se por um regime híbrido entre a democracia direta (o povo exerce diretamente seu poder político decisório sem a necessidade de representantes intermediários) e a democracia representativa (em que há outorga do poder do povo aos representantes em toda e qualquer hipótese).

Em sua maioria, as características da democracia semidireta brasileira são representativas. Contudo, há mecanismos garantidos constitucionalmente que asseguram o exercício do direito da democracia pelo povo, são eles: referendo, plebiscito, iniciativa popular e ação popular. Os dois primeiros instrumentos detêm maior relevância perante nosso objeto de estudo, visto que seu exercício ocorre por meio do sufrágio.

Tanto o referendo quanto o plebiscito são formas de consulta à população a respeito de assuntos de destacada importância nacional. O plebiscito ocorre previamente, cabendo à população aprovar ou negar a decisão política que foi levada a avaliação popular, enquanto no referendo a decisão política já foi realizada e a população irá ratificá-la ou rejeitá-la. O resultado detém efeito vinculante em relação ao legislador, não sendo possível editar lei em sentido contrário ao resultado da consulta.

Já a maneira pela qual o cidadão participa e interage com o Estado é organizada por meio das “[...] normas que disciplinam os problemas eleitorais e prescrevem o modo de atuação da soberania popular” (BULOS, 2010, p. 412), é o que pode ser compreendido como Direitos Políticos.

Os Direitos Políticos são divididos entre positivos e negativos. No primeiro caso, tratam do “[...] conjunto de normas jurídicas que asseguram a participação popular no cenário eleitoral do Estado” (BULOS, 2010, p. 412), tais como direito ao sufrágio, sistemas eleitorais

¹² “Art. 1º. Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição. Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: I - plebiscito; II - referendo; III - iniciativa popular”.

e procedimento eleitoral. Já os Direitos Políticos negativos dividem-se entre os casos de inelegibilidade (absolutas e relativas) e privação dos Direitos Políticos (perda e suspensão). Considerando objeto de estudo do presente trabalho, faz-se relevante o aprofundamento do estudo dos Direitos Políticos positivos, em específico o direito ao sufrágio.

Segundo Uadi Lammego Bulos (2010, p. 735), os Direitos Políticos podem ser compreendidos como “[...] prerrogativas jurídico-constitucionais, verdadeiros *direitos públicos subjetivos*, que traduzem o *grau de participação* dos cidadãos no cenário governamental do Estado”. Na mesma esteira, Gilmar Mendes (2016, p. 643) define que os Direitos Políticos se referem ao:

Direito de participação no processo político como um todo, ao direito ao sufrágio universal e ao voto periódico, livre, direto, secreto e igual, à autonomia de organização do sistema partidário, à igualdade de oportunidades dos partidos. Nos termos da Constituição, a soberania popular se exerce pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, nos termos da lei, mediante plebiscito referendo e iniciativa popular.

Dessa forma, entendemos que a principal forma de instrumentalizar a efetivação da democracia e da soberania popular, dentro do sistema político brasileiro, é o sufrágio universal. O sufrágio pode ser compreendido como um Direito Político que vai além do direito de votar e ser votado e também pode ser dividido entre ativo e passivo: ativo quando se trata de do direito de votar e eleger um representante ou decisão política, passivo quando diz respeito ao direito de ser eleito. Segundo Gilmar Mendes (2016, p. 643), os Direitos Políticos englobam “[...] o direito ao sufrágio, que se materializa no direito de votar, de participar da organização da vontade estatal e no direito de votar e ser votado”, e completa que permite ainda aos seus titulares exercer “[...] o poder por meio da participação em plebiscitos, referendos e iniciativas populares”.

O livre exercício do direito ao voto é um dos pilares da democracia, além de incorporar uma força capaz de promover mudanças significativas à sociedade e aos seus cidadãos. Dias e Junqueira (2017, p. 160) ressaltam que, como função pública, o voto traduz-se em expressão da dignidade humana no contexto do Estado Democrático de Direito:

Com a consolidação do Estado Democrático de Direito, a dignidade humana transformou-se em axioma universal de toda e qualquer função pública. Por ser agente precípua na consolidação do interesse público, a participação política na condução do Estado torna-se direito fundamental e pressuposto da soberania popular.

É sabido que os sistemas democráticos buscam na amplitude do sufrágio a sua medida de legitimação, haja vista que, nesses modelos, a justificativa para o poder político

assenta no consentimento expressado pelos cidadãos. Logo, excluir ou discriminar torna-se um impedimento antidemocrático aos grupos vulneráveis.

Como mais, a questão da extensão dos direitos políticos guarda conexão com a preservação da dignidade da pessoa humana¹³, objeto central do constitucionalismo democrático. Por tais razões, aceita-se sem controvérsias o fato de que as democracias contemporâneas fundamentam como imposto obrigatório a garantia do sufrágio universal¹⁴.

O reconhecimento dos direitos políticos como manifestação da dignidade da pessoa, em sua dimensão básica, e como instrumento para a preservação de outros direitos, não deixa dúvidas quanto à sua relevância para a conformação das democracias constitucionais. É nessa linha que os direitos políticos estão contemplados nos tratados internacionais de Direitos Humanos e protegidos pelos respectivos sistemas de apuração de violações. (ROSENO, 2017, p. 566).

Atualmente, mediante a Constituição Federal de 1988, o Brasil pode ser compreendido como uma democracia social, participativa e pluralista na qual o poder é de titularidade do povo¹⁵ que o exerce pelo sufrágio universal e pelo voto direto, secreto e periódico (ARAUJO; DAMIA, 2010), mais especificamente de todo aquele que está no gozo dos seus direitos políticos, ou seja, do cidadão¹⁶. Dentro dessa perspectiva, os direitos políticos ensinam a participação dos cidadãos no processo político como um todo e, nessa medida, “[...] formam a base do regime democrático brasileiro” (MENDES, 2016, p. 739).

Segundo José Afonso da Silva (2002, p. 350), o voto pode ser considerado universal “[...] quando se outorga o direito de votar a todos os nacionais de um país, sem restrições derivadas de condições de nascimento, fortuna e capacidade especial”. Paulo Bonavides (2017, p. 250-251) o conceitua como “[...] aquele em que a faculdade de participação não fica adstrita às condições de riqueza, instrução, nascimento, raça e sexo”, excluindo tais restrições não

¹³ Sarlet, Marinoni e Mitidiero (2017, p. 703) põem acento na “[...] vinculação entre a democracia, os direitos políticos e a dignidade humana, pois, de acordo com a lição de Peter Häberle, a democracia é a garantia organizacional e política da dignidade da pessoa humana e do pluralismo, ao passo que esta assume a condição de premissa e pressuposto antropológico do Estado Democrático de Direito. Afinal, é mediante a fruição de direitos de participação política (ativos e passivos) que o indivíduo não será reduzido à condição de mero objeto da vontade estatal (mero súdito), mas terá assegurada a sua condição de sujeito do processo de decisão sobre a própria vida e sobre a vida da comunidade que integra”.

¹⁴ Nesse sentido, Andreas Schedler (2016, p. 128) observa que, no momento atual, as restrições ao sufrágio anteriormente aplicadas com base em critérios de riqueza, sapiência, gênero e etnia já não se aceitam em termos universais, haja vista que o conceito moderno em torno do *demos* pretende incluir toda a população adulta de um território nacional.

¹⁵ “Art. 1º. Parágrafo Único. Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de seus representantes eleitos ou diretamente” (BRASIL, 1988).

¹⁶ “Para aquisição dos direitos da cidadania, é necessário o alistamento eleitoral, que é pressuposto objetivo do exercício do voto, que viabiliza o exercício da soberania popular” (ARAUJO; DAMIA, 2010, p. 330).

significa que não possam haver limitações feitas a capacidade do eleitor, contudo estas dizem respeito a condições de “[...] nacionalidade, residência, idade [...] serviço militar e alistamento”. Reinhold Zippelius (2016, p. 318), por sua vez, pondera que “[...] a universalidade do sufrágio significa que, por princípio, todos os cidadãos nacionais maiores gozam do direito de eleger e de serem eleitos, sem atender à sua origem, posição social e patrimônio, religião e ideologia”.

Na medida em que se afirma como um modelo baseado no princípio da autodeterminação coletiva, o sistema democrático “[...] outorga ao corpo de governados a possibilidade de exercer a participação política em suas diversas formas de exteriorização”. Dentro desse raciocínio, “[...] o ideal democrático supõe a inexistência de barreiras descabidas entre os indivíduos e a representação política” (ALVIM, 2018, p. 35-36).

Salgado (2015) lembra que a Carta Política Brasileira assegura, para além do sufrágio universal, os princípios da igualdade geral e do pluralismo, que conduzem à conclusão de que a democracia brasileira garante obrigatoriamente a participação das minorias no debate público e nas instituições políticas. Mais ainda:

É que o exercício da soberania popular e da prerrogativa que lhe surge como consectário, consubstanciada na possibilidade de que os cidadãos influenciem, na mesma medida, os destinos políticos do Estado, envolve, em essência, a livre manifestação de vontade e de opinião daqueles que, segundo critérios adotados pela respectiva ordem jurídica, figurem dentre os aptos à participação na vida pública. (ROSENO, 2017, p. 562).

Expressão dotada de variados sentidos¹⁷, a participação política é vista como instrumento para efetivação do exercício da cidadania e da soberania popular, pode ser utilizada para designar uma série de atividades, tais como: “[...] o ato do voto, a militância num partido político, a participação em manifestações, a contribuição para uma certa agremiação política”, entre outros (BOBBIO, 1998, p. 899)¹⁸. Ao fim e ao cabo, a democracia é, por definição, um “sistema participativo” (BORJA, 1998, p. 762).

¹⁷ Consoante observa Meirinho Martins (2010, p. 15), a participação encampa uma multiplicidade semântica que pode remeter a “[...] comportamentos activos ou passivos dos cidadãos, a atitudes face à vida política e pública, a acções individuais e voluntárias destinadas a intervir no processo de decisão política, a actividades estimuladas por diversos agentes políticos e sociais, a comportamentos consentidos e não consentidos, ou a intervenções na esfera política e social”. Na mesma esteira, Calanchini Urroz (2011, p. 91-92) situa as formas de exteriorização da participação em diversos níveis, com o fim de propor uma categorização que divisa, num primeiro nível, atividades de cidadãos “combatentes”; num segundo nível, atividades correlatas a cidadãos “em transição”; num terceiro nível, atividades típicas de cidadãos “espectadores”; e, finalmente, num “marco exterior”, os cidadãos absolutamente inertes, entregues à apatia política.

¹⁸ “Nessa direção, o conhecimento acadêmico especializado visa diferentes formas e graus de participação política, destacando categorias que, em geral, levam em consideração a intensidade desses movimentos. Nesse compasso, diferentes autores abordam não somente o exercício do voto e a participação ativa em organizações partidárias,

Dias e Junqueira (2017) assinalam que a democracia precisa considerar a relevância da diversidade humana, respeitando e aceitando as diferenças entre os indivíduos para que estes possam ser partícipes das decisões do Estado e nas questões que lhe afetam mais diretamente. Por esse motivo, a sua participação política é ferramenta imprescindível para a construção da sua inclusão social.

Considera-se como premissa que a concepção contemporânea de democracia afasta o alijamento do sufrágio, tornando imperativo tanto a superação de obstáculos fáticos, políticos e jurídicos ao exercício do voto e da representação como princípio da máxima inclusão.

Sob o imperativo do Direito, além de ter o ônus de promover a igualdade e inclusão, a ordem democrática deve coibir ações ou omissões de cunho discriminatório na sociedade. A noção de povo como ‘a razão e fim da sociedade e Estado’ deve ser compreendida com base na diversidade humana, respeitando e aceitando as diferenças entre os indivíduos e incluindo os integrantes dos grupos sociais mais vulneráveis. Essa [é] a razão pela qual as pessoas com deficiência merecem proteção normativa específica. É necessário tratar os desiguais de forma diferente para que seja alcançada a igualdade material. (DIAS, 2017, p. 4).

Nesse panorama, esta pesquisa se orienta pela ideia de que a concepção pela segregação de deficientes, inclusive mentais, já não se justifica em nenhum plano e deve ser abolida no âmbito do Estado Democrático de Direito.

Alvim e Dias (2018) asseveram que um sistema verdadeiramente democrático não deve permitir que nenhum homem ou grupo esteja acima de outros homens ou grupos. Portanto, restringir o acesso de um cidadão deficiente ao sufrágio fere os pressupostos de convivência social inclusiva, além prejudicar sua capacidade de gerenciar a vida pública por meio da eleição dos seus representantes. Onde não se encontra assegurada a prerrogativa do cidadão de exercer seus direitos políticos dentro de critérios razoáveis e proporcionais é possível afirmar que não há democracia.

3. Ação afirmativa e princípio da isonomia à luz da pessoa com deficiência

Segundo Carmem Lúcia Rocha (1996), a garantia da igualdade é um Direito Fundamental constitucional que inclui uma prestação negativa, qual seja: a proibição da

como também a presença em manifestações e protestos contra os governantes, a difusão de informações políticas e o engajamento em discussões em torno de problemas públicos relevantes” (SANI, 2009, p. 888).

desigualdade. Contudo, não promove por si só a igualdade. Para que seja alcançada a igualdade material faz-se necessário uma ação por parte do Estado, daí a nomenclatura “ação positiva”, “ação afirmativa” ou “discriminação positiva”.

Em um primeiro momento a prestação negativa foi importante para promover a igualdade formal. De forma geral e abstrata o lema de que todos são iguais perante a lei nivelava todas as pessoas numa mesma posição, não se tratava de um desfavor, mas de uma proteção genérica promovida a partir do receio da discriminação negativa. O “termo da diferença” (PIOVESAN, 2008) fundamentava-se nas mais graves violações aos direitos humanos promovidos pela história da humanidade, tais como escravidão, nazismo, xenofobia, sexismo, entre outros.

A nomenclatura “ação afirmativa” foi utilizada primeiramente pelos norte-americanos após a superação das políticas raciais segregacionistas conhecidas como *separate but equal* que proibia negros de frequentarem os mesmos lugares, escolas e transportes públicos que os brancos. Posteriormente, essa teoria caiu por terra dando lugar à teoria do *treatment as an equal*, sendo emblemático o caso *Brown vs. Board Education of Tapeka*¹⁹, no qual a Suprema Corte americana possibilitou a inscrição de pessoas negras em “*all white schools*” (CRUZ; CABRAL, 2014). Considerando que a igualdade formal tornou-se insuficiente para equalizar as desigualdades, Flávia Piovesan entende há uma evolução no conceito de igualdade que é importante ser levada em consideração e que foi maturada a partir das necessidades sociais, em síntese autora entende que:

Destacam-se, assim, três vertentes no que tange à concepção da igualdade: a. igualdade formal, reduzida à fórmula ‘todos são iguais perante a lei’ (que no seu tempo foi crucial para a abolição de privilégios); b. igualdade material, correspondente ao ideal de justiça social e distributiva (igualdade orientada pelo critério socioeconômico); e c. igualdade material, correspondente ao ideal de justiça

¹⁹ “O caso chegou à Suprema Corte a partir de decisões dos Estados de Kansas, Carolina do Sul, Virginia e Delaware, que, apesar de suas peculiaridades, traziam um pleito comum: a minoria negra tentava ser admitida, de modo não-segregado, em escolas públicas de suas comunidades. Nas instâncias de origem, o acesso às escolas dirigidas às crianças brancas lhes foi negado, em virtude de leis estaduais que impunham ou permitiam a separação das crianças por raça. Os autores alegavam que esse tipo de segregação violava o direito à igual proteção da lei, garantido pela 14ª Emenda. Todavia, os Tribunais locais aplicaram a doutrina ‘separados, mas iguais’, consolidada pela Suprema Corte em *Plessy v. Ferguson*. No caso de Delaware, a Corte Estadual, a despeito de aplicar essa doutrina, ordenou que os autores fossem admitidos em escolas para brancos, por constatar que essas tinham qualidade superior à das escolas para negros. [...] Warren (o juiz que atuou no caso) considerou que a segregação, em si, tinha um efeito nocivo sobre as crianças negras, sendo interpretada como inferioridade racial. Esse senso de inferioridade afetava a motivação dos alunos para aprender, o que poderia retardar o desenvolvimento mental e educacional dos alunos segregados. Concluiu, ao final, que a doutrina ‘separados, mas iguais’ não poderia ser aplicada no campo da educação pública, pois haveria violação do direito de igual proteção da lei (14ª Emenda)” (CAMPOS, 2009).

como reconhecimento de identidades (igualdade orientada pelos critérios gênero, orientação sexual, idade, raça, etnia e demais critérios). (PIOVESAN, 2008).

Em contramão das clivagens existentes entre aqueles que detêm não apenas o processo produtivo, mas a vantagem competitiva dentro desse contexto, certas minorias não teriam êxito em penetrar ambientes que, via de regra, os deixam à margem. Expandido essa ideia não apenas ao contexto do mercado de trabalho, mas também ao cenário político, as ações afirmativas são o instrumento para garantir o (re)equilíbrio e a paz social para garantir a harmonia no convívio em sociedade.

Especificamente quanto à Pessoa com Deficiência (PCD), as ações afirmativas tratam-se da eliminação não apenas de barreiras visíveis, mas também das invisíveis, vez que figura “[...] como meta das ações afirmativas a implantação de ‘representatividade’ dos grupos minoritários nos mais diversos domínios da atividade pública e privada” (GOMES; SILVA, 2003). Dessa forma, o indivíduo não é visto apenas como um ente abstrato perante o Estado, mas um ser que por ter na sua essência individualidades específicas merece representatividade. Nesse diapasão, John Stuart Mill (2018, p. 141) evidencia que “[...] um elemento essencial da democracia é que as minorias sejam representadas de modo adequado. Nenhuma democracia real, nada a não ser uma falsa aparência de democracia, é possível sem isso”.

É possível verificar por meio do caput do artigo 76²⁰ do Estatuto da Pessoa com Deficiência que há um dever de agir ao Estado, o que pode ocorrer por meio de ações afirmativas²¹ para a efetivação dos direitos fundamentais das Pessoas com Deficiência.

Com esse espírito, a Lei Brasileira de Inclusão coloca essa categoria de exigências no plexo de direitos destinados às pessoas com deficiência. Nos termos do art. 76, caput, e §1º, II, o poder público deve lhes garantir a oportunidade de exercer os direitos políticos (ativos e passivos) em igualdade de condições com as demais pessoas, além de criar políticas que estimulem a candidatura de cidadãos oriundos do grupo em questão. A ideia é possibilitar que as pessoas com deficiência deem mais um passo no caminho da plena autonomia, logrando a ocupação de espaços nas instâncias políticas, podendo assim contribuir com o progresso da sociedade em que habitam. (ALVIM; DIAS; OLIVEIRA, 2019, p. 58).

Cruz (2009, p. 159) conceitua como ação afirmativa a forma de “[...] discriminação positiva e lícita que pode amparar/resgatar fatia considerável da sociedade que se vê tolhida no

²⁰ “Art. 76. O poder público deve garantir à pessoa com deficiência todos os direitos políticos e a oportunidade de exercê-los em igualdade de condições com as demais pessoas. [...] § 2º O poder público promoverá a participação da pessoa com deficiência, inclusive quando institucionalizada, na condução das questões públicas, sem discriminação e em igualdade de oportunidades, observado o seguinte [...]”.

²¹ “As ações afirmativas foram, pioneiramente, concebidas nos Estados Unidos da América, no entanto passaram a ser implantadas no Brasil e em diversos países europeus, asiáticos e africanos” (VIEIRA, 2011, p. 35).

direito fundamental de participação na vida pública e privada”. Ou seja, cabe ao Estado agir de maneira positiva para garantir a igualdade de oportunidades e de direitos aos grupos sociais historicamente subjugados em relação aos demais grupos, objetivando superar a desigualdade e a discriminação (VIEIRA, 2011).

Mesmo tendo seus direitos garantidos constitucionalmente, as pessoas com deficiência são, constantemente, vítimas de discriminação e excluídas do mercado de trabalho, do acesso ao lazer e à educação, o que demonstra não serem suficientes apenas previsões legais para a efetivação da igualdade. É necessário que se promova a igualdade de oportunidades, por intermédio da execução de políticas públicas, programas e ações concretas que compensem a redução da capacidade funcional das pessoas com deficiência física e sensorial. Diante dessa situação, a sociedade, muitas vezes, é omissa, por acreditar ser a responsabilidade exclusiva do Estado. Não se deve esquecer, contudo, de que a coletividade é responsável pelo amparo às pessoas com deficiência física e sensorial, cabendo também a ela a inclusão desses indivíduos na vida social. (VIEIRA, 2011, p. 9).

Segundo Joaquim Barbosa Gomes e Fernanda Duarte Lopes (2003, p. 90), as ações afirmativas materializam o princípio da isonomia por meio de uma ação do Estado que busca suavizar as clivagens sociais das entre a maioria e as minorias. Dessa forma, utilizando a igualdade material como meio, as ações afirmativas trabalham no sentido de neutralizar discriminações para além do campo apenas jurídico, mas também pelo Estado e sociedade em conjunto.

Leonardo Cabral (2018) explica que as políticas de ações afirmativas para as pessoas com deficiência podem constituir-se como parte do processo de construção do contexto inclusivo, sobretudo se não agirem de forma isolada e se forem orquestradas a outros elementos que visem favorecer a plena participação desse público. Cabe ressaltar que é responsabilidade não apenas do poder público realizar a inclusão social da Pessoa com Deficiência, mas de toda a sociedade²², portanto as ações afirmativas tratam-se de normas programáticas, uma vez que a sua materialização depende do esforço conjunto da sociedade e do Estado (nesse caso, através da construção e aplicação das políticas públicas) (ALVIM; DIAS; OLIVEIRA, 2019).

Há vários dispositivos na legislação brasileira (leis, estatutos, resoluções etc.) que procuram promover a discriminação positiva das Pessoas com Deficiência de forma a tentar

²² “Art. 8º **É dever do Estado, da sociedade e da família** assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico” (BRASIL, 2015a, grifo nosso).

amenizar ou eliminar os obstáculos para a persecução dos seus direitos. Um dos exemplos de ação afirmativa são as vagas diferenciadas em concursos públicos²³, o acesso ao serviço público tem o objetivo de compensar “os desníveis e as dificuldades que afetam os indivíduos que compõem esse grupo vulnerável” (RSM 32.732 AgR, 2ª T. rel. Min. Celso de Mello, public. 1-8-2014).

Contudo, também há previsão da não obrigatoriedade da Pessoa com Deficiência em utilizar as ações afirmativas (artigo 4º, §2º, da Lei 13.146/2015²⁴), caso considere ter condições de concorrer em igualdade com seus demais concorrentes, por exemplo no caso das cotas exclusivas para concursos públicos, a Pessoa com Deficiência não estará obrigada a concorrer nas cotas podendo prestar o certame em ampla concorrência.

No próximo capítulo será realizada uma análise pormenorizada dos dispositivos jurídicos que visam a essa promoção de igualdade, contudo guardaremos atenção ao objeto de estudo no trabalho, qual seja: o voto da pessoa com deficiência no município de Fortaleza à luz do Programa de Acessibilidade do Tribunal Regional Eleitoral.

²³ “Art. 38. A entidade contratada para a realização de processo seletivo público ou privado para cargo, função ou emprego está obrigada à observância do disposto nesta Lei e em outras normas de acessibilidade vigentes” (BRASIL, 2015a).

²⁴ “Art. 4º. Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação. § 2º A pessoa com deficiência não está obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa” (BRASIL, 2015a).

CAPÍTULO II – O PROGRAMA DE ACESSIBILIDADE DO CEARÁ

Durante o presente capítulo será realizada a análise pormenorizada das principais referências legislativas sobre o tema em estudo, nomeadamente do Programa de Acessibilidade do Ceará. Antes, contudo trataremos da incorporação da Convenção de Nova York no ordenamento jurídico brasileiro, seus trâmites e *status* adquirido após a incorporação. Num segundo momento, analisaremos o Estatuto da Pessoa com Deficiência, seus principais artigos e diretrizes que vão ao encontro do tema estudado nesse trabalho.

Serão analisados os principais marcos da fundamentação legal para a Acessibilidade, são elas: Lei Federal nº 10.098/2000, Decreto Federal nº 5.296/2004, Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto Legislativo nº 186/2008 – aprova o texto da Organização das Nações Unidas e Decreto Federal nº 6.949/2009 – promulga o texto da Convenção da ONU), Lei Federal nº 13.146/2015, Resolução nº 230/2016 e Resolução nº 659/2017 TRE/CE.

1. Incorporação de tratados internacionais na legislação pátria

Os tratados internacionais obrigam tão somente aqueles Estados-partes que anuírem livremente com a sua assinatura, respeitando a soberania²⁵ de cada país de participar ou não das regras de um tratado internacional. Contudo, uma vez que o Estado-parte demonstre interesse e realize os trâmites necessários para a assinatura, ratificação e incorporação do tratado encontra-se obrigado a seguir seus preceitos, independente das normas anteriormente dispostas no direito interno.

No Brasil, a incorporação jurídica de tratados internacionais no ordenamento interno é considerada como um ato subjetivamente complexo, uma vez que necessita da junção de vontade de dois atores diferentes, quais sejam: Presidente da República (Poder Executivo) e as duas casas do Congresso Nacional (Poder Legislativo).

²⁵ “Os internacionalistas são homens que veem sempre com suspeição o princípio da soberania. Não apenas com suspeição, senão como se fora ele obstáculo à realização da comunidade internacional, à positivação do direito internacional, à passagem do direito internacional, de um direito de bases meramente contratuais, apoiado em princípio de direito natural, de fundamentos tão-somente éticos ou racionais, a um direito que coercitivamente se pudesse impor a todos os Estados” (BONAVIDES, 2017, p. 143).

O passo inicial para incorporação de um tratado internacional é a negociação e posterior assinatura do tratado pelo Presidente da República. Nessa fase não há qualquer efeito jurídico vinculante, corresponde apenas a uma situação de confirmação precária. Num segundo momento é realizada a aprovação pelo Congresso Nacional (Câmara do Deputados e Senado Federal) por meio de Decreto Legislativo), aprovado o texto completa-se a fase da ratificação. Por fim, o Presidente da República efetiva em definitivo a incorporação do tratado por meio da edição de Decreto de promulgação (também chamado de Decreto Executivo ou Decreto Presidencial), referendado pelo Ministro das Relações Exteriores²⁶. Ressalte-se que não há previsão constitucional ou legal que regule o prazo para esse trâmite (RAMOS, 2012).

A partir da Emenda Constitucional 45 de 2004²⁷ todos os tratados internacionais incorporados ao ordenamento jurídico interno que versarem sobre Direitos Humanos e forem aprovados pelo quórum de 3/5 dos votos em dois turnos nas duas casas do Congresso Nacional (CN) (Câmara dos Deputados - CD e Senado Federal - SF) têm os status de Emenda Constitucional, que é o caso da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência. Logo, essa Convenção poderá ser usada como referência para controle de constitucionalidade²⁸. Já os demais tratados, seja por terem sido incorporados antes de 2004 ou por tratarem de assunto diverso aos Direitos Humanos, têm status supralegal, ou seja, estão hierarquicamente acima das leis ordinárias, mas abaixo da Constituição Federal.

2. Legislações relevantes sobre o assunto

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI), como também é conhecido o Estatuto da Pessoa do com Deficiência, tem por objetivo uma construção social coletiva, sendo obrigação não apenas do Estado, mas de toda a sociedade “[...] assegurar e promover, em condições de

²⁶ “Art. 87. Os Ministros de Estado serão escolhidos dentre brasileiros maiores de vinte e um anos e no exercício dos direitos políticos. Parágrafo único. Compete ao Ministro de Estado, além de outras atribuições estabelecidas nesta Constituição e na lei: I - exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração federal na área de sua competência e **referendar os atos e decretos assinados pelo Presidente da República**” (BRASIL, 1988, grifo nosso).

²⁷ “Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: § 3º **Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais**” (BRASIL, 1988, grifo nosso).

²⁸ “É do Poder Judiciário a palavra final sobre a constitucionalidade de leis no Brasil. Os Poderes Executivo e Legislativo detêm controles prévios à vigência da norma, como, por exemplo, veto jurídico presidencial, comissões temáticas. Uma vez em vigor, cabe ao Tribunais aferir se o ato normativo é ou não constitucional com a Constituição Federal” (CNJ, 2020).

igualdade, o exercício dos direitos e liberdades fundamentais da Pessoa com Deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015a).

Considera-se, nos termos da lei, Pessoa com Deficiência “[...] aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial” (BRASIL, 2015a). Caso o impedimento seja de curto prazo, trata-se de pessoa com mobilidade reduzida, enquanto encontrar-se nessa situação, essas pessoas poderão contar com a estrutura de acessibilidade criada para a Pessoa com Deficiência. Complementando o conceito, o artigo 2º informa ainda que a Pessoa com Deficiência tem seus impedimentos como obstrução para sua “[...] participação plena e efetiva em sociedade em igualdade com as demais pessoas” (BRASIL, 2015a).

A avaliação da Pessoa com Deficiência será biopsicossocial e realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, sendo obrigação do Poder Executivo criar instrumentos necessários para a avaliação da deficiência. Segundo Cristiano Chaves de Farias (2016, p. 25) entende-se como avaliação biopsicossocial aquela que:

Considera aspectos sociais que circundam o deficiente, além, por óbvio, de dados médicos capazes de demonstrar sua incapacidade. Na avaliação biopsicossocial há, portanto, a junção desses dois aspectos na abordagem do deficiente, superando-se, nessa linha de raciocínio, o simples modelo biológico, para se considerar, em acréscimo, fatores sociais outros como nível de escolaridade, profissão, composição familiar, etc.

O direito que garante que a Pessoa com Deficiência viva de maneira independente, exercendo seus direitos, cidadania e participação social, seja de maneira pública ou privada, é chamado de acessibilidade. Segundo o artigo 3º, inciso I, da Lei Brasileira de Inclusão, a acessibilidade poder ser compreendida como a “[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços [...] de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida” (BRASIL, 2015a).

Dessa forma, a pessoa com deficiência tem o direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de maneira que o objetivo da acessibilidade é promover as adaptações necessárias para proporcionar à Pessoa com Deficiência a não discriminação²⁹. A lei protege,

²⁹ “Art. 3º. §1º Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou por omissão, que tenha o propósito ou efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologia assistiva” (BRASIL, 2015a).

ainda, de forma especial as Pessoas com Deficiência vulneráveis, quais sejam: criança, adolescente, mulher e idoso (artigo 5º, Parágrafo único).

Outra mudança relevante que surgiu no ordenamento jurídico brasileiro a partir do artigo 6º³⁰ do Estatuto da Pessoa com Deficiência foi a necessidade de adequação da legislação interna para que a Pessoa com Deficiência não fosse mais considerada civilmente incapaz. Dessa forma, foram alterados os artigos 3º e 4º do Código Civil (BRASIL, 2002), entre outros dispositivos.

Permanece, ainda, a causa de incapacidade relativa (artigo 4º, III, CC) quanto aquele que não puder exprimir sua vontade por causa transitória ou permanente (alternativa que pode ocorrer com qualquer pessoa, inclusive a Pessoa com Deficiência), caso em que será nomeado um assistente, mas ainda nesses casos será buscada a participação da Pessoa com Deficiência dentro do possível. Por ser pessoa plenamente capaz, a Pessoa com Deficiência poderá tanto ser tutor como tutelado (por exemplo: menor idade) ou curador como curatelado (no exemplo do artigo 4º, III, CC³¹).

O Código Civil, em seu artigo 1783-A, aborda um novo instituto trazido pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência chamado de tomada de decisão apoiada. Nesse caso a Pessoa com Deficiência poder escolher pelos menos duas pessoas³² idôneas com quem tenha relação de confiança para disponibilizar apoio na tomada de decisões sobre os atos da vida cível de caráter patrimonial.

Nesse caso, não se deve confundir com a substituição de vontade da Pessoa com Deficiência, uma vez que essa é pessoa plenamente capaz. Mas sim, de apoio e auxílio que permita maior garantia para ambas as partes quanto aos atos negociais praticados. O terceiro em relação negocial poderá solicitar que os apoiadores contra assinem contrato ou acordo especificando sua situação de apoiadores. Em situações excepcionais caberá ao juiz decidir sobre as questões conflitantes, levando em conta o melhor para a Pessoa com Deficiência.

A Lei Brasileira de Inclusão impõe um dever solidário a toda a sociedade de comunicar às autoridades competentes qualquer forma de ameaça ou violação aos direitos da

³⁰ “Art. 6º. A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa” (BRASIL, 2015a).

³¹ “Art. 4º. São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer: III - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade” (BRASIL, 2002).

³² Não se confunde com os conceitos de atendente pessoal e acompanhante. O atendente pessoal poderá ser membro da família (ou não) que assiste ou presta cuidados básicos à Pessoa com Deficiência no exercício das suas atividades diárias, recebendo (ou não) remuneração para tanto, excluídas as profissões legalmente estabelecidas. Já o acompanhante é aquele que está junto à Pessoa com Deficiência, podendo ser atendente pessoal ou não.

Pessoa com Deficiência, incluindo juízes e tribunais no exercício das funções que, no caso, terão a obrigação de dar conhecimento dos fatos ao Ministério Público e às autoridades policiais³³.

Quanto aos objetivos perquiridos pelo presente trabalho, o artigo 76 (Capítulo IV) do Estatuto da Pessoa com Deficiência é o dispositivo legislativo mais relevante a ser analisado, pois trata do direito à participação na vida pública e política da Pessoa com Deficiência.

A intenção do legislador foi deixar clara a obrigação do poder público de garantir à Pessoa com Deficiência “[...] todos os direitos políticos e oportunidades de exercê-los em igualdade de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2015a). Portanto, a Pessoa com Deficiência tem o direito de votar e ser votada, sendo o alistamento e o voto obrigatórios.

A exceção quanto a aplicação de sanção da Pessoa com Deficiência fica a cargo da Resolução nº 21.290/2004 do Tribunal Superior Eleitoral, que prevê a liberação da sanção a Pessoa com Deficiência que “[...] torne impossível ou demasiadamente oneroso o cumprimento das obrigações eleitorais relativas ao alistamento eleitoral e ao exercício do voto” (BRASIL, 2004b). Perceba que não se trata de uma exceção a obrigatoriedade do voto, pois ele continua sendo obrigatório, apenas a sanção pelo não cumprimento da obrigação que não será aplicada.

No inciso I do artigo 76 existe a previsão da vedação da instalação de seções eleitorais exclusivas para a Pessoa com Deficiência. O legislador, ao realizar tal proibição, buscou evitar que houvesse qualquer discriminação no sentido de que a Pessoa com Deficiência não se sinta segregada, sendo obrigação do poder público oferecer acessibilidade em todas as seções eleitorais. Esse tema foi objeto de indagação no questionário aplicado às Pessoas com Deficiência que votam no município de Fortaleza com o objetivo de investigar se esse posicionamento legislativo realmente é o mais eficiente a ser adota de acordo com a prática da amostra que respondeu ao questionário.

A Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, versa sobre normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência “[...] mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios” (BRASIL, 2000). Muitos conceitos trazidos pela legislação, que ao tempo de sua publicação foi, sem dúvidas uma grande inovação no ordenamento jurídico brasileiro, encontra-se desatualizada pela LBI de 2015.

³³ “Art. 26. Os casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra a pessoa com deficiência serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade policial e ao Ministério Público, além dos Conselhos de Direitos das Pessoas com Deficiência” (BRASIL, 2015a).

São pontos fundamentais trazidos pela lei a acessibilidade nos edifícios públicos ou privados de uso coletivo quanto a construção, ampliação ou reforma para que sejam acessíveis de maneira padronizada dentro das normas publicadas. Nas disposições finais, a legislação prevê que a partir do primeiro dia de vigência da lei a destinação orçamentária para “[...] adaptação, eliminações e supressão de barreiras arquitetônicas nos edifícios de uso público e de sua propriedade e naqueles que estejam sob sua administração e uso” (BRASIL, 2000).

Já o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, também modificado com as atualizações pertinentes do Estatuto da Pessoa com Deficiência, aborda sobre a prioridade de atendimento e acessibilidade da PCD. Segundo o artigo 6º desse Decreto, o atendimento prioritário pode ser compreendido como:

I - assentos de uso preferencial sinalizados, espaços e instalações acessíveis; II - mobiliário de recepção e atendimento obrigatoriamente adaptado [...]; III - serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, [...]; IV - pessoal capacitado para prestar atendimento às pessoas com deficiência visual, mental e múltipla, bem como às pessoas idosas; V - disponibilidade de área especial para embarque e desembarque de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida; VI - sinalização ambiental para orientação das pessoas referidas no art. 5 ; VII - divulgação, em lugar visível, do direito de atendimento prioritário das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; VIII - admissão de entrada e permanência de cão-guia ou cão-guia de acompanhamento junto de pessoa portadora de deficiência [...]; IX - a existência de local de atendimento específico para as pessoas referidas no art. 5º. (BRASIL, 2004a).

No caso de estabelecimentos médicos, a prioridade dependerá da realização de prévia análise clínica conforme a gravidade do caso. O rol disposto no artigo é apenas exemplificativo, podendo serem acrescentadas outras formas de atendimento prioritário à PCD.

Em âmbito estadual, tem-se como legislação relevante a Lei nº 8.149/98 e, em âmbito municipal, a Lei nº 12.916/99, que versam sobre a acessibilidade da pessoa com deficiência em prédios públicos.

O Conselho Nacional de Justiça é um órgão de alcance federal, com sede em Brasília – Distrito Federal – criado pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, para otimizar o funcionamento do Poder Judiciário brasileiro quanto a gestão, planejamento, efetividade dos serviços judiciais, autonomia, moralidade, prestação de serviços ao cidadão, transparência e controle administrativos. Considera como missão institucional “[...] desenvolver políticas que promovam a efetividade e a unidade do Poder Judiciário, orientadas para os valores de justiça e paz social” (CNJ, 2020).

A Recomendação nº 27 de 16 de dezembro de 2009 editada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) foi direcionada a todos e tribunais e órgãos do Poder Judiciário com o intuito de “[...] promover o amplo e irrestrito acesso de pessoas com deficiência às suas dependências [...]” e serviços, bem como previa que fossem instituídas comissões de acessibilidade com o objetivo de auxiliar no planejamento e elaboração de projetos para desenvolver metas nesse sentido.

Após a publicação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência a recomendação nº 27 do CNJ convolou-se na Resolução nº 230 de 2016 que contém os mesmos objetivos da primeira recomendação, contudo adiciona a criação das Comissões Permanentes de Acessibilidade e Inclusão. Vale ressaltar que as recomendações do CNJ não têm força vinculante, enquanto a natureza de suas resoluções é a de ato normativo primário³⁴. A transformação da recomendação em resolução trouxe maior obrigatoriedade às diretrizes lá impostas.

3. Resolução Tribunal Regional Eleitoral – Programa de Acessibilidade do Ceará (Resolução nº 659/2017)

A Justiça Eleitoral, criada no ano de 1932, é composta pelo Tribunal Superior Eleitoral, pelos Tribunais Regionais Eleitorais (dividido nas capitais de cada Estado-membro e Distrito Federal), pelos juízes (integrantes da justiça comum de primeiro grau do Poder Judiciário brasileiro) e juntas eleitorais (compostas por um juiz de direito e dois ou quatro cidadãos de notória idoneidade). É instituição responsável por “[...] organizar todas as etapas do processo eleitoral brasileiro, desde o alistamento dos eleitores até a diplomação dos candidatos eleitos” (BRASIL, 2020b). São as principais funções da Justiça Eleitoral: julgar crimes eleitorais, organizar e fiscalizar as eleições, organizar o processo eleitoral (alistamento eleitoral, votação, apuração, diplomação etc.), entre outras (BRASIL, 2020b).

A Justiça Eleitoral é um órgão de jurisdição especializada que integra o Poder Judiciário e cuida da organização do processo eleitoral (alistamento eleitoral, votação,

³⁴ “Os órgãos constitucionais que foram aquinhoados com a possibilidade de editar estes instrumentos jurídicos são detentores da chamada competência para expedir atos normativos primários, atos que podem inovar no ordenamento jurídico independentemente da existência de interposto texto legal, uma vez que o fundamento de validade para edição de tais atos primários advém da própria Carta Republicana” (NOGUEIRA, 2006, s.p.).

apuração dos votos, diplomação dos eleitos, etc.). Logo, trabalha para garantir o respeito à soberania popular e à cidadania (DIAS, 2020, s.p.).

Note-se que o Conselho Nacional de Justiça é um órgão que tem alcance federal, logo suas resoluções englobam órgão do Poder Judiciário de todo o Brasil. Em âmbito estadual e eleitoral, o Tribunal Regional Eleitoral instituiu no ano de 2010 o Programa de Acessibilidade da Justiça Eleitoral do Ceará por meio da Resolução nº 401, posteriormente substituída pela Resolução nº 659, do ano de 2017. O Programa de Acessibilidade destina-se às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida que utilizam os serviços prestados pela Justiça Eleitoral do Ceará ainda que em caráter eventual ou sazonal.

Para alcançar o objetivo proposto, que é “[...] implementar, gradualmente, medidas para a remoção de barreiras [...] a fim de promover o amplo e irrestrito acesso da pessoa com deficiência” (CEARÁ, 2018, p. 4), o Programa se desenvolve mediante cinco linhas de atuação: a) construção, ampliação ou reforma de instalações físicas pertencentes à justiça eleitoral do Ceará; b) adoção de medidas com vistas a identificação dos eleitores com deficiência e melhoria da acessibilidade e comunicação nos locais de votação; c) implementação de ações de capacitação e conscientização de magistrados, servidores e terceirizados; d) produção e manutenção de material de comunicação acessível; e) oferecimento de recursos de tecnologia assistiva para que a pessoas com deficiência tenha garantido o acesso à justiça.

Além das linhas de atuação propostas pelo programa o TRE Ceará promove a acessibilidade da pessoa com deficiência através de contrato de cooperação entre a o Tribunal Regional Eleitoral e a prefeitura de Fortaleza³⁵, com vistas a implementar a remoção de barreiras nos locais de votação pertencentes a prefeitura. Realizou a revisão biométrica (atualização do cadastro eleitoral por meio da biometria) em entidades representativas das pessoas com deficiência, evitando o deslocamento delas até a Justiça Eleitoral. Edição de ofício circular (Ofício Circular CRE-CE nº 44/2019) que dispõe sobre a possibilidade de reestabelecimento dos direitos políticos às pessoas que antes da Lei Brasileira de Inclusão eram consideradas civilmente incapazes e, por isso, tinham seus direitos políticos suspensos.

³⁵ Os contratos de cooperação existentes entre o TRE (em sede estadual - Ceará) e o município de Fortaleza (quanto ao poder Executivo) procuram promover a remoção das barreiras arquitetônicas nos colégios eleitorais para facilitar o exercício do voto das Pessoas com Deficiência. Considerando o tema ora estudado torna-se relevante ressaltar o Convênio nº 3/2016 (CEARÁ, 2016) que implementa medidas de remoção de barreiras arquitetônicas físicas em 150 locais de votação pertencentes a prefeitura de Fortaleza afim de promover acesso irrestrito e amplo a PCD, segundo a cláusula 4.3 a responsabilidade da reforma dos locais indicado e estabelecer grupo de trabalho para superação das barreiras existentes a cada eleição era da prefeitura de Fortaleza. Enquanto caberia ao TRE monitorar os prédios onde encontram-se os colégios eleitorais, informar ao conveniado (prefeitura de Fortaleza) sobre a situação de acessibilidade dos prédios e identificar e desenvolver linhas de atuação e interesse mútuo.

A atualização do cadastro de eleitores com deficiência é de fundamental importância para que o Tribunal Regional Eleitoral possa promover medidas de acessibilidade utilizando esses dados como parâmetro. Para isso, é esforço do Programa de Acessibilidade promover a conscientização do eleitores para que eles mantenham o cadastro sempre com dados mais fidedignos possível. Visando ao atendimento das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, o Tribunal Regional Eleitoral do Ceará:

Adquiriu 12 (doze) cadeiras de rodas com o objetivo de facilitar o acesso dos eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida aos prédios da Justiça Eleitoral. Foram destinadas à capital 3 (três) cadeiras: 1 (uma) à CEATE, 1 (uma) ao Fórum Eleitoral e 1 (uma) à Secretaria do Tribunal. As demais foram entregues nos municípios de Aquiraz, Caucaia, Crateús, Iguatu, Itapipoca, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Maracanaú e Sobral, sendo 1 (uma) cadeira para cada município. (CEARÁ, 2020b).

O Programa realiza, ainda, reformas em edificações da Justiça Eleitoral (colocação de corrimão nas escadas internas, rampas na entrada dos prédios, bem como construção de sanitários femininos e masculinos acessíveis no andar do térreo). Vistoria nos locais de votação junto à Corregedoria Regional Eleitoral, acessibilidade nos sítios eletrônicos (*site* e aplicativos), capacitação e sensibilização sobre acessibilidade e inclusão em eventos internos e externos (CEARÁ, 2020b).

As organizações representativas de pessoas com deficiência têm legitimidade para acompanhar as ações, bem como o cumprimento dos requisitos de acessibilidade. A linguagem acessível (Libras³⁶, Braille³⁷, legenda, audiodescrição, entre outros) deve estar presente em todas as manifestações públicas da Justiça Eleitoral³⁸. Devendo ser adotada com urgência qualquer medida para prevenir ou eliminar barreiras para assegurar a acessibilidade plena dos eleitores com deficiência.

As diretrizes infra legais que já existiam antes da publicação do Estatuto da Pessoa com Deficiência foram adaptadas após 2015, ano de publicação do Estatuto, de acordo com

³⁶ A Língua Brasileira de Sinais (Libras) “[...] foi desenvolvida a partir da língua de sinais francesa e tem estrutura gramatical própria. Os sinais são formados pela combinação de formas e de movimentos das mãos e de pontos de referência no corpo ou no espaço” (CEARÁ, 2018, p. 22).

³⁷ “Braille é um sistema de leitura para cegos inventado pelo francês Louis Braille. O alfabeto é composto de caracteres indicados por pontos em relevo que podem ser distinguidos por meio do tato” (CEARÁ, 2018, p. 22).

³⁸ “Os portais da Justiça Eleitoral (TSE e TREs) na internet contam com um software chamado Rybená, que é um recurso de acessibilidade que promove a inclusão digital de pessoas com deficiência auditiva ou visual, dentre outras. A Rybená faz a tradução de textos publicados na internet em língua portuguesa para a Língua Brasileira de Sinais (Libras), oferecendo também a opção de áudio do texto selecionado. Para acionar o recurso, o usuário deve localizar na página o botão ‘mãos’ (para Libras) ou o botão ‘rosto’ (para áudio), clicar e selecionar o texto que deseja traduzir ou ouvir” (CEARÁ, 2018).

seus preceitos. De forma que essa lei se tornou, não apenas um marco de orientação para todo ordenamento jurídico brasileiro, mas também um divisor de águas para as leis e diretrizes publicadas posteriormente.

O TRE Ceará, por meio dos seus servidores, promove campanhas de identificação dos eleitores com deficiência com a finalidade de manter o cadastro sempre atualizado. O objetivo principal do cadastro é organizar medidas de redução de barreiras que possam obstar o exercício do voto. No ano de 2010 havia apenas 1.895 eleitores cadastrados no estado do Ceará, já o ano de 2018 apresentou a crescente de 46.055 eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida cadastrados no estado do Ceará (CEARÁ, 2018).

O formulário de identificação do eleitor com deficiência³⁹ pode ser preenchido e entregue a qualquer tempo em seu respectivo cartório eleitoral, juntamente com a apresentação de documento oficial com foto e assinatura. A partir disso, a Pessoa com Deficiência é cadastrada do sistema da Justiça Eleitoral de acordo com os dados informados.

A Justiça Eleitoral não pode construir ou reformar os locais de votação, pois trata-se de lugares públicos ou privados requisitados administrativamente para esse fim. São consideradas como principais barreiras físicas que frustram o exercício do voto pela Pessoa com Deficiência: “Terrenos irregulares nos pátios de acesso, batentes no acesso aos locais de votação e suas áreas internas (corredores), escadas, portas e portões estreitos, batentes (palco) nas salas onde ficam as seções eleitorais e fios da urna eletrônica não fixados” (CEARÁ, 2018, p. 14-15).

Para reduzir as barreiras físicas, o Programa de Acessibilidade nas eleições do TRE Ceará busca alguns meios de ajustar os locais de votação para torná-los mais acessíveis sem maiores ônus, é o que se entende por adaptação razoável⁴⁰. São exemplos de adaptação razoável segundo a Cartilha de Acessibilidade nas Eleições do TRE Ceará (CEARÁ, 2018, p. 16-17):

- a) As seções eleitorais devem funcionar prioritariamente no térreo, para evitar o uso das escadas; b) Não sendo possível que todas seções sejam no térreo serão priorizadas as seções com eleitores com deficiência cadastrados na Justiça Eleitoral; c) Realizar a instalação da cabina de votação a uma distância da parede que permita os movimentos necessários para a mobilidade dos cadeirantes durante o uso da urna eletrônica, resguardando o sigilo do voto; d) O acesso dos eleitores deverá ser preferencialmente feito por portões que não tenham barreiras físicas; e) Evitar que as

³⁹ Modelo de formulário de identificação do eleitor com deficiência ou mobilidade reduzida ASE 396.

⁴⁰ “Art. 2º. Para os fins desta Resolução são estabelecidas as seguintes definições: VI – adaptação razoável: as modificações e os ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional o indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que as pessoas com deficiência possam gozar ou exercer, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos humanos e liberdades fundamentais”.

seções eleitorais funcionem em salas que tenham barreiras físicas; f) Não instalar a urna eletrônica sobre palco, batente ou qualquer outro desnível que dificulte o acesso; g) Fixar os fios da urna eletrônica com fita para evitar acidentes.

Para cumprir os ajustes propostos há uma padronização das medidas por meio das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR 9050/2015 que versa sobre “[...] os parâmetros técnicos a serem observados ao projetar, construir e proceder a instalação de edifícios urbanos às condições de acessibilidade” (ABNT, 2015, p. 1).

Além da identificação dos eleitores com deficiência por meio do cadastro da Justiça Eleitoral também são linhas de atuação do Programa de Acessibilidade a partir do artigo 5º da Resolução nº 659/2017 implementar ações de capacitação e conscientização de magistrados, servidores e terceirizados, produção e manutenção de material de comunicação acessível – o que pode ser encontrado principalmente na internet – e oferecimento de recursos por meio de tecnologia assistiva – como é o caso da urna eletrônica que dispõe de fones de ouvidor e convocação de intérprete de Libras, se necessário.

CAPÍTULO III – ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

1. Metodologia

O presente trabalho desenvolveu uma pesquisa **bibliográfica**, que buscou explicar o problema debruçando-se na leitura de livros, artigos, periódicos e da legislação nacional referentes ao tema. Teceu, ainda, uma contextualização histórica perpassada por discussões sobre a igualdade material de direitos, o acesso ao voto, o reconhecimento das diferenças, o princípio da isonomia, a pluralidade de identidades, as políticas de ações afirmativas e alusões aos mecanismos de regulação do Estado, através do Estatuto da Pessoa com deficiência, das Resoluções do Conselho Nacional de Justiça, Tribunal Superior Eleitoral e do Tribunal Regional Eleitoral. Também utilizou dados provenientes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, da Justiça Eleitoral, bem como outros órgãos oficiais que possam oferecer dados fidedignos e relevantes para a pesquisa.

O método de pesquisa *survey*, que consiste na “[...] obtenção de dados ou informações sobre características, ações ou opiniões de determinado grupo de pessoa” (FREITAS *et al.*, 2000, p. 105) foi utilizado por meio de aplicação de questionário. Quanto ao propósito, segundo a classificação de Pinsonneault e Kraemer (1993), compreende-se esta pesquisa como **exploratória** com unidade de análise num grupo especificado (pessoas com deficiência que votaram nas últimas eleições) de corte transversal⁴¹. Na pesquisa exploratória: “O objetivo é familiarizar-se com o tópico ou identificar os conceitos iniciais sobre um tópico, dar ênfase na determinação de quais conceitos devem ser medidos e como devem ser medidos, buscar descobrir novas possibilidades e dimensões da população de interesse” (FREITAS *et al.*, 2000).

Por questionário compreende-se o “[...] conjunto de questões que são colocadas aos elementos que vão constituir a amostra representativa da comunidade em estudo” (CAEIRO, 2015, p. 74). O questionário empregado utilizou tanto questões fechadas que poderiam ser respondidas com “sim” e “não” como questões abertas, sendo aplicado de maneira direta aos entrevistados que o preencheram sem auxílio de intermediários. Considerando o cenário no qual o mundo se encontra durante a pandemia de Covid-19 não se

⁴¹ *Cross-sectional*: a coleta de dados ocorre em um só momento, pretendendo descrever e analisar o estado de uma ou várias variáveis em um dado momento (FREITAS *et al.*, 2000).

faz prudente a aplicação presencial do questionário. De forma que, com intuito de salvaguardar a integridade física tanto dos pesquisadores como dos pesquisados, obedecemos às barreiras sanitárias impostas pelas autoridades governamentais, bem como buscamos atingir um número maior de entrevistados, o questionário foi aplicado por meio de plataforma virtual.

O software utilizado para aplicar o questionário foi o Survey Monkey. Trata-se de um software de pesquisas online, sendo considerada a maior plataforma de pesquisas online da atualidade (MORALES, 2021). O programa oferece ao pesquisador a possibilidade de usar perguntas abertas, fechadas ou realizar um questionários misto. Após a confecção das perguntas pelo pesquisador é gerado um link que deve ser enviado aos respondentes para que possam participar da pesquisa à distância.

Por tratar-se de uma pesquisa acadêmica, antes dos respondentes terem acesso às perguntas colocou-se como requisito obrigatório a aceitação do Termo de Consentimento que garante o balizamento ético das informações utilizadas posteriormente na dissertação. O pesquisador cadastra um prazo para que as perguntas fiquem disponíveis, após o decurso desse prazo o software possibilita que o pesquisador exclua questionários que foram preenchidos de forma errada ou não apresentam respostas completas e, por fim, desenvolve a análise em gráfico a partir das respostas marcadas.

Antes de iniciar a resolução das questões do **questionário virtual** foi colocado Termo de Consentimento dispondo dos objetivos e finalidade, instituição acadêmica de origem, dados do pesquisador e solicitação do uso dos dados coletados. A amostra foi composta pelo total de 40 participantes respondentes, sendo o público alvo pessoas com deficiência que tenham participado das últimas eleições no município de Fortaleza/CE.

O *link* do questionário virtual foi disponibilizado por *e-mail*, redes sociais (Facebook) e aplicativo de mensagens (WhatsApp) direcionada para pessoas que exercem cargos de gestão ou direção em associações, organizações ou outras instituições de Pessoas com Deficiência (tais como Pastoral da Pessoa com Deficiência, Comissão de Doenças Raras, Comissão de Pessoas com Deficiência, Centro de Apoio da Pessoa com Deficiência e ao Idoso, Fundação Projeto Diferente, Comissão de Defesa de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Ordem dos Advogados do Ceará, Associação de Cegos do Estado do Ceará,

Associação dos Surdos de Fortaleza, Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ceará)⁴².

O questionário ficou disponível na internet por 30 dias (de 10 de junho de 2020 a 10 de julho de 2020), sendo a coleta de dados interrompida depois de atingir o número de 40 questionários respondidos (sendo 29 válidos⁴³). Além da questão da pandemia, ressaltamos que o questionário *online* possibilitou atingir um maior número do público alvo pesquisado de forma anônima, imparcial e com baixo custo, principalmente por tratar-se muitas vezes de pessoas com dificuldade de locomoção, o que demonstra que foi a melhor opção para coleta de dados na presente pesquisa. Após a coleta de dados foi realizado o tratamento dos dados por meio de *software*, sendo apresentados em forma de gráficos no capítulo referente a análise de resultados.

Após o levantamento de dados foi realizada análise **qualitativa** para alcançar elencar as considerações finais buscando interpretar o objeto de estudo a partir de um viés mais subjetivo a partir da totalidade dos dados adquiridos a partir das fontes primária – questionário – e secundária – dados de órgãos oficiais e literatura sobre o assunto. Com isso, a partir da metodologia apresentada pretende-se atingir os objetivos delineados no projeto de pesquisa, bem como responder à pergunta de partida anteriormente proposta.

Por fim, pretendeu-se buscar uma compreensão mais aprofundada sobre o exercício do voto pelas pessoas com deficiência em Fortaleza, compreendendo essa atividade como fundamento da dignidade da pessoa humana e dos valores democráticos que devem balizar o Estado Democrático de Direito insculpida não apenas na Constituição Federal da República Federativa do Brasil, mas nos diversos tratados internacionais que versam sobre o assunto. Além de perceber que o direito de votar e ser votado da pessoa com deficiência física trata-se de uma questão de direitos humanos e que valorizar a autonomia dessas pessoas é uma forma de promover o desenvolvimento do ser humano.

⁴² As entidades que foram contactadas com o objetivo de angariar respondentes para o questionário dentro do perfil proposto são legitimadas para requerer medidas judiciais de acordo com a Lei 7.853/89 (BRASIL, 1989) caso já sejam constituídas a mais de um ano tenham por finalidade institucional a proteção dos interesses e a promoção das Pessoas com Deficiência.

⁴³ Participaram da pesquisa 40 pessoas, sendo necessária a exclusão de 11 dessas pessoas pelo fato dos questionários não serem válidos.

2. Limitações da pesquisa e a pandemia do Novo Coronavírus (Covid-19)

Demonstrar as limitações metodológicas existentes em uma pesquisa, ao contrário do que pode parecer num primeiro momento, não busca validar suas dificuldades ou aspectos prejudiciais, mas sim enaltecer a imparcialidade científica em não encobrir ou disfarçar os dados, uma vez que não é possível conceber um trabalho científico que seja desprovido de restrições. Dessa forma, “[...] é um dever do pesquisador propiciar a reprodutibilidade e o nivelamento do caminho que os outros devem ou não seguir, mostrar onde fazer maiores esforços da próxima vez, ou seja, como ‘não tropeçar na mesma pedra’” (MANCIA; VARGAS, 2019, p. 876).

Segundo dados da Justiça Eleitoral (Tribunal Regional Eleitoral do Ceará) realizada no ano de 2018, no município de Fortaleza⁴⁴ existem aproximadamente 13.000 eleitores (CEARÁ, 2018) com alguma espécie de deficiência. Contudo, esse número não foi utilizado como o universo da pesquisa para chegar ao número ideal de questionários respondidos, sendo essa a principal limitação encontrada.

Deve ser ponderado que, por conta da pandemia de Covid-19 (Novo Coronavírus), as associações, sociedades e conselhos que representam Pessoas com Deficiência em todos os níveis que participaram dessa pesquisa não estavam em seu normal funcionamento, pois as aglomerações de pessoas foram proibidas pelas autoridades estatais como forma de precaução da disseminação do vírus. Dessa forma, o número de participantes do questionário (amostra) utilizada foi **não probabilística e, de dentro dessa, uma amostra por conveniência**. Quanto ao primeiro elemento, se caracteriza por resultados não generalizáveis sendo sua utilização mais conveniente nos casos de tipo de amostra em grupos específicos (FREITAS *et al.*, 2000). Já em relação a amostra por conveniência, essa pode ser entendida como o pesquisador não tem acesso a lista completa dos indivíduos que fazem parte da população (universo) por isso o pesquisador seleciona uma amostra acessível naquela circunstância – “o que representa uma maior

⁴⁴ O universo de 46.000 mil Pessoas com Deficiência cadastradas como eleitoras no TRE/CE (sendo 13.000 em Fortaleza) não pôde ser considerada para fins de aplicação dos inquéritos, uma vez que tratam-se de dados governamentais. O acesso a esses dados não é público, mas sim sigiloso. A pesquisa buscou Pessoas com Deficiência eleitores por meio de pesquisa a entidades e associações constituídas com fins de promoção e proteção aos interesses das Pessoas com Deficiência, a partir desse contato remoto (por meio telefônico e Whatsapp) foram levantadas pessoas com interesse voluntário para participar da pesquisa como respondente dentro do perfil procurado. Considerando as limitações advindas da pandemia do COVID-19 não foi possível visitar os locais pessoalmente nem orientar as pessoas no momento de responder o questionário, o que acarretou num número baixo de respondentes.

facilidade operacional” (OCHOA, 2015). Veremos de maneira mais pormenorizada esses argumentos do decorrer desse tópico.

No Brasil, as medidas de distanciamento social foram decretadas pelos Governadores dos Estados em parceria com os Prefeitos dos municípios, portanto houve uma política descentralizada quanto ao distanciamento social. De forma que cada Estado da federação utilizou o rigor que julgou necessário de acordo com o número de casos e gravidade da pandemia.

Seguindo as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), os Governadores dos Estados do Brasil publicaram decretos comandando o fechamento de “[...] serviços não essenciais como lojas, *shoppings*, e cinemas, mantendo em funcionamento somente serviços essenciais como supermercados, farmácias e restaurantes” (PÊGO *et al.*, 2020, p. 26).

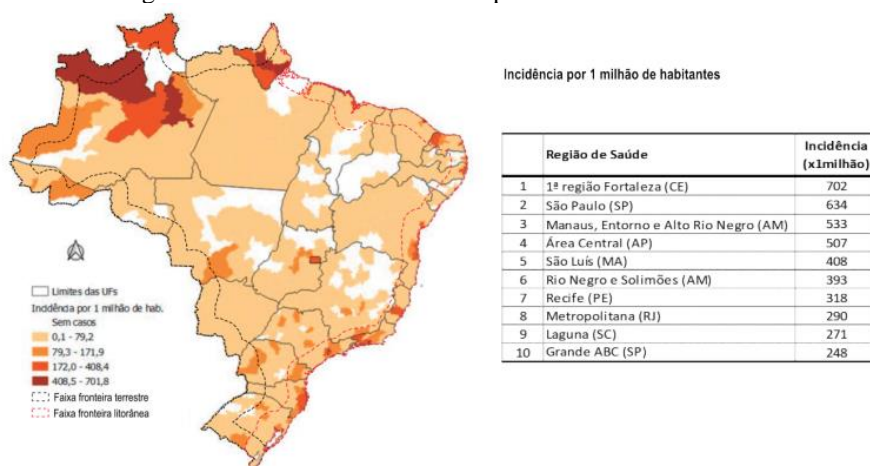
Em Boletim Epidemiológico nº 6, do Ministério da Saúde, o Brasil foi identificado como situação de “risco muito alto” (BRASIL, 2020c). O Ceará foi “[...] um dos estados mais afetados pela pandemia [...] manteve as políticas de maior rigor no país por aproximadamente dois meses” (MORAES, 2020, p. 15), considerando-se especialmente críticas as situações de Fortaleza (PÊGO *et al.*, 2020, p. 13). Em abril do ano de 2020, o país encontrava-se na fase de transmissão comunitária com algumas regiões que avançaram para a fase de aceleração descontrolada, em relatório sobre a evolução da Covid-19 publicado Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) podem ser verificados as principais justificativas do aumento descontrolado de contaminação no Brasil:

No Brasil [...] as medidas de **distanciamento social e de fechamento de fronteiras** passaram a ser tomadas em grande escala desde então e de diferentes formas, por municípios e estados e, apesar delas, os números vêm crescendo a cada dia. Conforme relatado pelo MS, o momento atual no país é de **início de aceleração da curva**, justamente quando se avolumam as preocupações diante de problemas de acesso à compra de materiais e equipamentos de proteção nos hospitais, baixo nível de testagem e de dificuldades na manutenção do distanciamento social, principalmente por parte daquela população resistente e também incapaz de entender o perigo iminente. No Brasil, **essa situação se agravou, em especial, em função das próprias divergências de entendimento sobre as formas de enfrentamento dentro do governo federal**, [...] os governos estaduais atuaram amplamente, desta forma, na tomada de decisões de restrições de mobilidade entre os estados, gerando discordância com o governo federal quanto a quem cabe tal tomada de decisão, além de decisões de distanciamento social e de circulação de pessoas nas cidades. (PÊGO *et al.*, 2020, p. 14, grifos nossos).

Como pode ser verificado no mapa com dados disponibilizados pelo Ministério da Saúde do Brasil (Figura 1), a capital do Ceará (Fortaleza) registrou a maior incidência de

Coronavírus em todo o Brasil no período de abril de 2020. Várias razões confluem para justificar esses números, desde a resistência da população em aceitar as normas de isolamento social, como o fato de o aeroporto de Fortaleza ser um dos principais acessos de países estrangeiros ao Brasil e ter suspenso os voos internacionais de forma tardia (AGUIAR, 2020). Por fim, complementando-se a todas essas razões anteriormente apontadas, soma-se um problema anterior à pandemia, qual seja: falta de estrutura do serviço público de saúde SUS (Sistema Único de Saúde)⁴⁵.

Figura 1 – Incidência de Covid-19 por 1 milhão de habitantes



Fonte: Ministério da Saúde (2020d).

Além das questões relacionadas à saúde da população houve uma nítida pressão dos lojistas e associações de comerciantes no sentido do retorno das atividades comerciais no estado – acompanhada pelo o entendimento do Governo Federal⁴⁶ (WIZIAK, 2020), temendo que houvesse uma paralisia econômica tão grave quanto os problemas acarretados pela pandemia em si.

O primeiro decreto estadual publicado em 16 de março de 2020 sobre a situação de emergência em saúde no Estado do Ceará suspendeu durante 15 dias qualquer atividade coletiva que provocasse aglomeração (artigo 3º, II do Decreto nº 33.510/2020). Tais medidas foram prorrogadas durante diversos meses⁴⁷ até que o estado entrasse em fase de transição para a

⁴⁵ Até mesmo os hospitais particulares sofreram dificuldades para atender à demanda na fase de aumento exponencial da curva de infectados, tendo sua ocupação registrada entre 98% e 100%. Algumas unidades tiveram atendimentos suspensos por conta da lotação (G1, 2020).

⁴⁶ “Equipe de Guedes teme paralisia da economia e crise social a partir de julho: Ministério espera queda de 4,7% no PIB em 2020 e risco de falências e desemprego no 2º semestre” (WIZIACK, 2020, s.p.).

⁴⁷ Decretos e leis estaduais publicados durante a pandemia no Estado do Ceará: <https://www.sedet.ce.gov.br/2020/04/01/acesse-os-decretos-estaduais-publicados-durante-a-pandemia/>.

retomada das atividades, encontrando-se atualmente na “[...] fase 4⁴⁸ do plano de retomada da economia, com restrições; 5 cidades permanecem em isolamento rígido” (AUGUSTO; WAGNER, 2020, s.p.). Apesar da tímida abertura, de acordo com o Decreto estadual nº 33.648, de 18 de julho de 2020, mantém-se o isolamento social em todo o estado, bem como o dever de proteção individual e permanência domiciliar (artigos 1º e 2º).

Todas as restrições citadas *alhures* levaram a limitações da pesquisa no que diz respeito a coleta de dados e tamanho da amostra. Considerando a proibição de atividades coletivas que resultassem em aglomerações, mediante o Decreto estadual nº 33.510/20 e suas seguintes renovações, não foi possível conhecer as associações e sociedades de Pessoas com Deficiência *in loco*, nem realizar a aplicação presencial do questionário, o que poderia trazer maiores benefícios tanto na maior quantidade de público alvo atingido quanto na qualidade das respostas, uma vez que como pesquisadora, me fazendo presente no momento da aplicação do questionário poderia esclarecer dúvidas e explicar de forma mais tranquila a etiologia por trás de cada pergunta.

É possível que a falta de esclarecimento de dúvidas tenha levado ao preenchimento incorreto de alguns questionários que foram posteriormente excluídos da pesquisa. Participaram da pesquisa 40 pessoas, dentre as quais foram excluídas 11. O primeiro critério utilizado para exclusão foram os respondentes que informaram não ser Pessoas com Deficiência – totalizando seis pessoas, depois foram excluídos os respondentes que não residem em Fortaleza – totalizando três pessoas. Por fim, um respondente não votou na última eleição e um respondente não respondeu o questionário de maneira completa. Optou-se por não categorizar a amostra uma vez que trata-se de uma amostra pequena, além do que a maioria das perguntas realizadas nos inquéritos foram aplicadas na modalidade fechada.

Apesar das limitações apontadas quanto ao uso questionário online, esse demonstrou ser uma formidável ferramenta tecnológica que possibilitou o alcance de pessoas em um momento de total isolamento social (*lockdown*) em Fortaleza. Logo, não teria sido possível a coleta de dados, considerando o contexto pandêmico vivido no ano de 2020, se não pelo uso dessa ferramenta. Se utilizado dentro dos parâmetros éticos que devem nortear

⁴⁸ “Diante dos números, os municípios da macrorregião de Fortaleza passam para a fase 3 e a Capital para a fase 4. A Macrorregião Norte, por seus indicadores continuarem em queda, passa para a fase 1”, comunicou Camilo. Em Fortaleza, algumas atividades continuarão sem autorização para funcionamento. São elas: escolas e universidades para aulas presenciais; academias; cinemas; bares e eventos. O governador disse que, a partir da próxima segunda-feira (20), equipes do Estado e da Prefeitura vão iniciar reuniões para definir prazos e protocolos para a volta desses setores (AUGUSTO; WAGNER, 2020).

qualquer pesquisa científica, o questionário online demonstra ser uma técnica fascinante. Atualmente, o método já amplamente utilizado e vem sendo aperfeiçoado cada vez mais, no que diz respeito ao futuro enuncia ser um grande aliado dos investigadores científicos das ciências humanas.

3. Análise dos dados do questionário

A amostragem da pesquisa seguiu alguns critérios para atingir seu público-alvo, estavam aptas a participar do questionário as pessoas com deficiência que tenham comparecido das últimas eleições no município de Fortaleza/CE. A partir da avaliação desses critérios o questionário foi distribuído de forma online por e-mail, redes sociais e aplicativos de mensagens direcionada a gestores de associações, organizações e outras instituições de pessoas com deficiência em Fortaleza. Não obstante as orientações serem expostas aos gestores quando da apresentação da pesquisa, equívocos levaram a invalidação de alguns questionários.

No total foram 40 pessoas respondentes do questionário virtual disponível durante 30 dias, dentre as quais foi preciso proceder a exclusão de 11 respondentes. Os critérios para exclusão foram adotados por ordem de relevância: primeiramente excluíram-se os respondentes que informaram não ser pessoa com deficiência (um total de seis pessoas), após excluiu-se aqueles que não residem em Fortaleza (três pessoas), em sequência foi retirado aquele que não participou da última eleição (uma pessoa) e, por fim, aquele que não respondeu o questionário de maneira completa. Totalizando, ao final, 29 questionários com respondentes válidos.

O questionário foi dividido em três blocos de assuntos: dados pessoais – análise do perfil dos respondentes, barreiras e restrições – as reais dificuldades na hora de votar e engajamento político/perspectiva de mudança – o quanto a pessoa com deficiência é engajada em temas que lhe são afins e qual sua opinião sobre o uso do voto como vetor de mudança social.

O Programa de Acessibilidade nas Eleições do TRE Ceará, criado em 2010, contou com o aumento relevante de cadastrados de eleitores com deficiência. Em 2010 havia 1.895 de eleitores com algum tipo de deficiência ou mobilidade reduzida cadastrados na Justiça Eleitoral. Já no ano de 2014, os cadastros chegaram num total de 15.622 e, em última análise dos dados oficiais disponibilizados pelo TRE Ceará, em 2018 havia 46.055 eleitores com deficiência cadastrados.

Figura 2 – Evolução do resultado das campanhas de identificação



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral (2018).

Como já explanado alhures, 100% dos respondentes correspondem a pessoas com deficiência, residentes no município de Fortaleza e que participaram das últimas eleições, dentre os quais 37,93% têm 33 a 44 anos, 44,83% são casados e 44,83% são solteiros. Mais da metade, com 62,07% é do sexo feminino, 37,93% tem a renda pessoal de R\$ 1.500,00 a R\$ 5.000,00 e o grau de escolaridade que prevalece na amostragem é de 48,28% das pessoas com Ensino Superior.

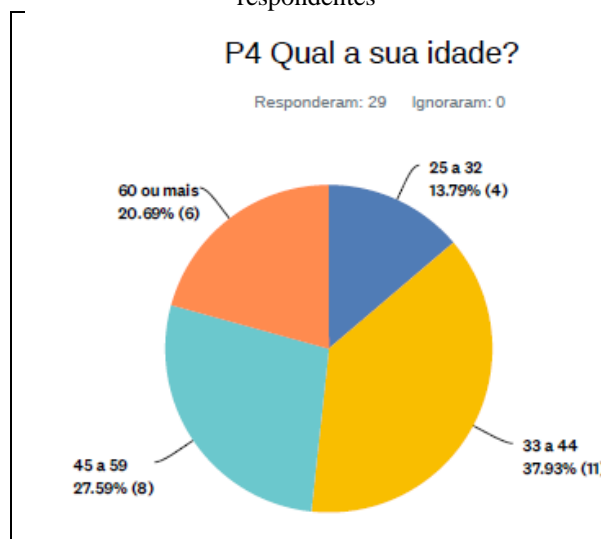
Portanto, no que diz respeito ao perfil dos eleitores entrevistados chegamos à conclusão que se tratam de jovens adultos com ensino superior completo, renda acima de R\$ 1.500,00 e abaixo de R\$ 5.000,00, em sua maioria do sexo feminino, e, por fim, tanto casados como solteiros tiveram a mesma participação.

Os dados da Febraban (2006) indicam que o perfil das pessoas com deficiência no Brasil (eleitores ou não) são em sua maioria pessoas casadas (43,8%), com mais de 40 anos (64,1%), com renda até dois salários mínimos (64,6%) e apenas 0,1% cursaram nível superior. Ao realizar a comparação entre esses dados, salta aos olhos o fato do baixo percentual de pessoas com deficiência que cursaram nível superior no Brasil, contrastando com 48,28% dos

respondentes da pesquisa. Logo, conclui-se que o grau de escolaridade dos respondentes dessa pesquisa encontra-se muito acima da média brasileira, segundos os dados da Febraban.

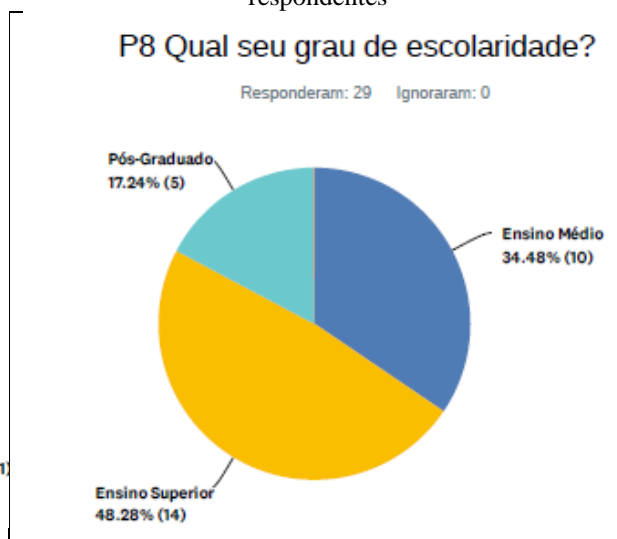
Constatou-se que não a participação de nenhum jovem dentro da faixa etária entre 16 e 24 anos, grupo que abrange a possibilidade do voto facultativo (de 16 a 18 anos), o que pode demonstrar um desinteresse dessa fatia da população com deficiência em participar das tomadas de decisão políticas que envolvam seu grupo, consoante aos dados de 2018 que demonstram quanto a falta de representatividade cresceu no Brasil, sendo que 95% dos entrevistados entendem que os políticos não são transparentes (G1, 2018), ademais da maioria dos jovens não terem comparecido nas últimas eleições, sendo a menor participação desde 2002 (COSTA; MORENO, 2018). Nessa mesma esteira, o grau de escolaridade ser predominantemente superior completo expressa que as pessoas com deficiência formalmente instruídas podem ter maior nível de consciência política e, por isso, empenham-se para participar do processo decisório político do país.

Gráfico 1 – Avaliação da faixa etária dos respondentes



Fonte: Elaboração própria (2020).

Gráfico 2 – Avaliação do grau de escolaridade dos respondentes

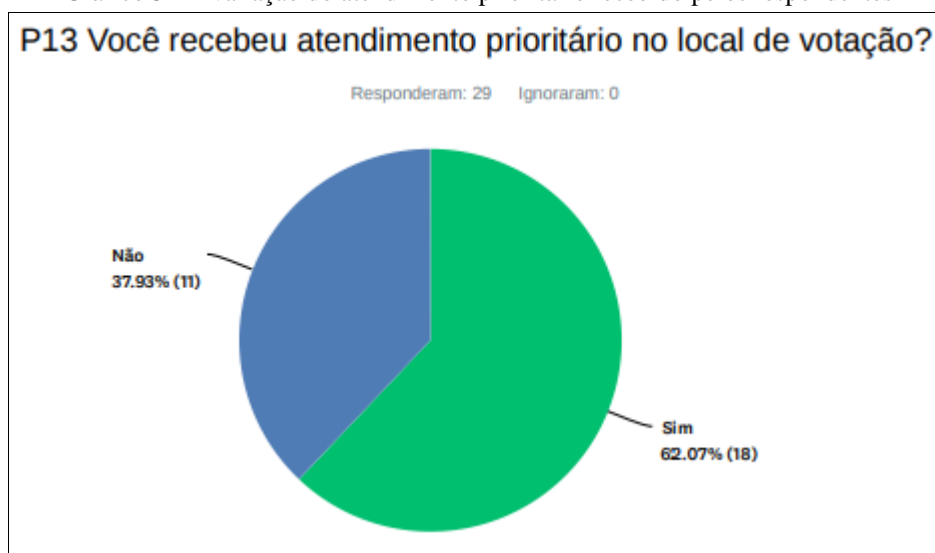


Fonte: Elaboração própria (2020).

O atendimento prioritário no local da votação, a redução de barreiras físicas e atitudinais por meio de adaptações nos prédios utilizados pelo Tribunal Regional Eleitoral nos dias de votação, a possibilidade do auxílio de acompanhante e de auxílio do mesário no momento da votação são mecanismos de inclusão da pessoa com deficiência garantidos pela legislação e pelo Programa de Acessibilidade nas Eleições do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará com finalidade de transcender as barreiras atuais que impedem a Pessoa com Deficiência de votar. Realizar a identificação dessas barreiras é um dos objetivos deste trabalho.

Segundo dados do questionário, 62,07% dos respondentes afirmaram ter recebido atendimento prioritário no momento de votação e 66,52% informaram a sua seção eleitoral atendia às respectivas necessidades de adaptação de cada participante para votar. Números que, apesar de representarem mais da metade dos respondentes, aparentam estar aquém do necessário para que a legislação esteja sendo cumprida de maneira efetiva. Já 75,88% afirmaram não necessitar de auxílio do mesário no momento da votação e quanto ao auxílio de terceiro, a maioria dos respondentes afirmou não precisar de ajuda de acompanhante (79,31%), porém 20,69% utiliza este meio de acessibilidade.

Gráfico 3 – Avaliação do atendimento prioritário recebido pelos respondentes



Fonte: Elaboração própria (2020).

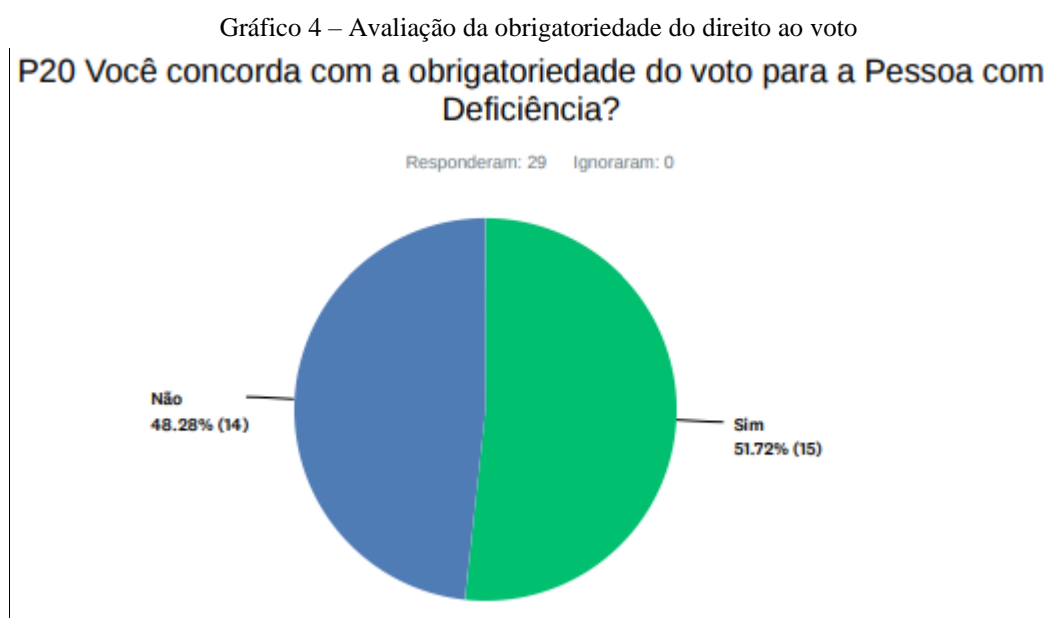
Chama a atenção o fato de 68,97% dos respondentes afirmarem que não tem conhecimento da dispensa do voto (sem sanção) nos casos em que o deslocamento seja muito desgastante ou trabalhoso e 100% afirmou nunca ter feito uso de tal dispositivo. É um número expressivo e que demonstra falta de informação dos eleitores com deficiência sobre seus direitos. Este instrumento poderia auxiliar uma grande quantidade de pessoas que não conseguem comparecer ao local de votação por cumprir tais requisitos. Contudo, esses dados podem ser analisados de maneira positiva, pois demonstram assiduidade política da pessoa com deficiência.

Quanto ao quesito da instalação de seção única, atualmente proibida por lei, 65,52% responderam que a seção única para pessoas com deficiência não facilitaria seu acesso ao voto. Contudo, 58,62% afirmaram que não se sentiriam discriminados caso houvesse a instalação de seção única para o voto de pessoas com deficiência. Não sendo este o cerne do presente estudo,

não parece interessante dedicar-se a esse ponto de discussão na presente análise de dados, ficando o registro para outro momento de estudo e posterior deliberação e aprofundamento.

Um pouco mais da metade dos respondentes, 51,72%, entenderam que é necessária a obrigatoriedade do voto para as pessoas com deficiência. Surpreende verificar que se trata de um percentual que demonstra dois hemisférios opostos. Contudo, não parece ser uma perspectiva isolada àqueles eleitores com deficiência, mas sim um reflexo do descontentamento político do povo brasileiro, uma vez 42,1 milhões de eleitores decidiram por não votar nas últimas eleições (CERIONI, 2018).

Essa bisseção pode ser justificada com a resposta aberta das duas últimas perguntas (“Você sente o voto uma obrigação ou oportunidade de mudança social” e “Como pessoa com deficiência qual você considera a maior dificuldade para o exercício do voto?”) que serão analisadas em seguida.



Fonte: Elaboração própria (2020).

A grande maioria dos respondentes (82,76%) afirmou que costuma acompanhar questões políticas envolvendo pessoas com deficiência, o que demonstra um alto engajamento político no que diz respeito aos assuntos concernentes a sua categoria. Nessa mesma esteira, 79,31% dos respondentes entenderam como “muito importante” o assunto eleições de forma ampla. Apesar disso, a maioria dos respondentes (44,83%) indicou que o sistema eleitoral brasileiro é apenas “razoavelmente confiável”.

As duas últimas perguntas foram feitas de forma que os participantes respondessem de maneira aberta: a) “Você sente o voto como uma obrigação ou oportunidade de mudança social?” e b) “Como Pessoa com Deficiência qual você considera a maior dificuldade para o exercício do voto?”.

Na primeira pergunta muitos pesquisados limitaram-se a responder “obrigação” ou “oportunidade de mudança social” repetindo o enunciado da pergunta, tendo a última opção angariado maior número de respostas. Uma das respondentes ao replicar “mudança social”, completou afirmando que o voto é “uma oportunidade de fazer sua opinião ser ouvida” (Respostas #4). Enquanto outro respondente adicionou que a mudança social não vai depender apenas do seu voto, mas do “contexto geral” (Resposta #14). Por fim, houve uma respondente que afirmou que entende o voto “como único momento que temos voz e vez” (Resposta #26).

Já no que diz respeito a segunda pergunta, os respondentes apresentaram respostas mais elaboradas. A reclamação mais recorrente disse respeito ao quesito da “acessibilidade”, alguns foram mais específicos ao explicar a dificuldade para chegar até o local de votação informando sobre elementos como “calçadas”, “falta de mobilidade urbana”, “quando o acesso a seção é distante” e “translado”. Enquanto outros reclamaram das barreiras físicas e atitudinais dentro da própria seção, tais como “falta de capacidade dos mesários”, “muitas escadas da minha sessão”, “lotação nas seções eleitorais, demora para votar, ando com apoio e ficar muito tempo em pé é cansativo”, “barreiras atitudinais” e “a ignorância de quem está nas filas”.

Apenas um respondente informou que não tem “nenhuma dificuldade, depois da urna eletrônica”. Como demonstrado, a maioria das respostas trouxe questões de barreiras físicas e atitudinais, mas também houve respostas considerando as dificuldades quanto ao contexto político da pessoa com deficiência no cenário atual: “A falta de propostas claras e possíveis de aplicação sobre políticas e inclusão do PCD. O debate ainda não chegou na abrangência adequada para haver uma maior e mais rápida evolução no respeito dos PCDs” (P26).

Do mesmo modo alguns respondentes expressaram sua descrença e indignação com o quadro político atual, ao apontarem que sua principal dificuldade como pessoa com deficiência é “decidir em quem votar no país da impunidade” e “ver como os políticos estão cada vez roubando para tirar proveito para si e não fazem mudança, em prol de todos”.

Os dados do questionário demonstram que o Programa de Acessibilidade é de enorme valia e vantagem para a sociedade cearense, além de ter alcançado seu propósito quando da sua criação. Podemos observar que o atendimento prioritário, a redução de barreiras por

meio de estruturas adaptativas (adaptação razoável⁴⁹) resultou na eficiência da acessibilidade para mais de 50% das pessoas com deficiência respondentes do questionário.

⁴⁹ Prioridade ao uso de seções no térreo para pessoas com deficiência, instalação da cabina de votação de forma a possibilitar o uso de cadeiras de rodas, não instalação da urna eletrônica em cima de palcos ou batentes, entre outros (CEARÁ, 2018, p. 16-17).

CONCLUSÃO

Pode-se considerar que tem evoluído a forma pela qual a sociedade tem percebido as possibilidades de convivência inclusiva da pessoa com deficiência. Se cogitarmos que a discussão que hoje permeia a inclusão de pessoas com deficiência já aconteceu com o voto feminino a alguns anos – questão hoje pacificada – demonstra que apesar dos pequenos passos, visto que, sem dúvidas, já poderiam ser mais largos, estamos caminhando na direção correta.

A inclusão é um processo holístico e deve ser alcançado em todas as áreas da vida da pessoa com deficiência. Nesse trabalho buscamos o viés do Direito ao exercício do voto como emancipação política do cidadão deficiente. Apesar desse movimento emancipatório ocorrer num fluxo internacional por meio das convenções e tratados de direito internacional, a ideia desse trabalho foi analisar um projeto de acessibilidade regional: Programa de Acessibilidade da Justiça Eleitoral do Ceará.

Considerando esses aspectos foi proposto como objetivo geral avaliar as consequências do programa de acessibilidade da Justiça Eleitoral do Ceará como fomentador do direito ao voto das pessoas com deficiência. Foram definidos três objetivos específicos, os quais foram respondidos através da análise de dados oficiais e aplicação de questionário.

No que diz respeito ao primeiro objetivo específico – estudar as diretrizes do programa de acessibilidade da Justiça Eleitoral do Ceará de acordo com a Constituição Federal, tratados internacionais e legislação brasileira sobre o tema – constatou-se que pormenorizando as diretrizes e objetivos propostos pela Constituição Federal e legislação infraconstitucional brasileira, bem como das normas que derivam delas, é possível compreender que o Brasil tem demonstrado esforço legislativo para estar em harmonia com os tratados e convenções internacionais que abordam os direitos da Pessoa com Deficiência. Nessa mesma esteira, o Programa de Acessibilidade da Justiça Eleitoral do Estado do Ceará corrobora com essa preocupação (e também com a ação) no âmbito eleitoral – participação política passiva.

O segundo objetivo específico teve o intuito de identificar as principais barreiras existentes atualmente que impedem as pessoas com deficiência física de exercer o direito ao voto, quanto a esse objetivo foi possível constatar que o recorte do questionário aplicado, apesar de expor um grupo de Pessoas com Deficiência que diverge do perfil traçado como majoritário no Brasil, verifica que ainda há uma grande necessidade de adaptação arquitetônica definitivas (construção de rampas, elevadores, espaços concebidos de acordo com as normas da ABNT pensadas para a autonomia da pessoa com deficiência) para acomodar essas pessoas de forma

que o exercício do voto não ofereça obstáculos aos cidadãos com deficiência. Atualmente, não é possível a Justiça Eleitoral, por questões legais, realizar reforma nos espaços públicos cedidos como locais de votação, de forma que cabe apenas a adaptação razoável desses espaços por meio de uma acomodação temporária da arquitetura desses locais para receber os eleitores com deficiência.

O terceiro objetivo específico buscou estudar como se encontra a situação da acessibilidade no que tange à efetivação do direito ao voto das pessoas com deficiência no município de Fortaleza de forma que foi possível contatar que a situação atual da acessibilidade pode ser retratada como um cenário que evoluiu significativamente ao longo dos anos, principalmente a partir do avanço legislativo impulsionado pelas ações afirmativas para transpor as dificuldades de acesso. Contudo, ainda há um longo caminho a ser percorrido, sobretudo no que diz respeito a educação das atitudes das pessoas que trabalham com as eleições e dos cidadãos em geral.

No que diz respeito ao objetivo geral mencionado no terceiro parágrafo, conclui-se que as principais dificuldades relatadas durante a pesquisa se assemelham aos problemas que também são encontrados em outras áreas do cotidiano da pessoa com deficiência, além da participação política (como saúde, educação, lazer, entre outras): acessibilidade física e atitudinal. Um pouco mais da metade dos respondentes do questionário indicaram que foram atendidos pela Justiça Eleitoral no dia de votar com a acessibilidade e as adaptações necessárias ao evento. Além disso, o número de Pessoas com Deficiência no Estado do Ceará que exerceram o direito ao voto nos últimos dez anos aumentou em mais de 2000%.

Quanto à metodologia aplicada, uma grande limitação inesperada – não apenas pelo pesquisadores acadêmicos mas por todo o mundo – foi a pandemia do COVID-19. Considerando que no momento de coleta de dados e realização dos questionários o município de Fortaleza era um dos mais afetados no Brasil, a consequência desse fenômeno para a dissertação foi a amostragem abaixo do esperado. Motivo pelo qual utilizou-se amostragem não probabilística por conveniência e, também, optou-se por não categorizar a amostragem. Contudo, a análise qualitativa demonstrou valorosa contribuição para o estudo acadêmico do assunto, podendo ser posteriormente aprofundada quanto ao seu viés quantitativo em estudos posteriores.

Tendo em vista esse promissor sucesso ao comparar os números da década anterior, é inegável afirmar que o Programa de Acessibilidade do Tribunal Regional do Ceará é um notável fomentador que conquistou uma repercussão muito positiva no que diz respeito a

inclusão da pessoa com deficiência. Além das conquistas atuais, vale ressaltar que o programa também demonstra perspectivas futuras promissoras.

Considerando as barreiras físicas e atitudinais: a primeira é reparada de forma mais prática e objetiva: priorização de orçamento para obras em edifícios já existentes com o intuito de realizar as devidas adaptações, bem como conceber e fiscalizar obrigação legal de acessibilidade em obras públicas ou privadas vindouras.

Quanto as barreiras atitudinais, urge a necessidade de um trabalho mais elaborado obstinado por meio de treinamento de servidores públicos e mesários, campanhas educativas com alcance nacional para a população em geral e disseminação de informação sobre o assunto que esteja ao fácil alcance de todos. O comportamento preconceituoso ou até mesmo equivocado ao se dirigir a uma pessoa com deficiência, muitas vezes, é praticado pela falta de informação. A única forma de corrigir isso é por meio da educação e orientação tanto daqueles estão na “linha de frente” do trabalho quanto a população que terá contato com a pessoa com deficiência não só nesse contexto político, mas em qualquer outro contexto social.

Constatou-se, de forma geral, que o alvo principal é que no futuro a autonomia das pessoas com deficiência ocorra em todas as áreas da vida, no presente trabalho abordamos a sua autonomia política como eleitor, uma colaboração acadêmica com a esperança que gere frutos de contribuição na vida prática dessas pessoas.

À vista disso, no que concerne a trabalhos futuros, é pretendido realizar pesquisas ampliando o universo da amostragem para que seja possível alcançar conclusões mais precisas, visto que nesse momento não foi possível realizá-lo por motivo de força maior já compilados no Capítulo que trata da análise de dados. Além de priorizar os estudos e coleta de dados não apenas nas adversidades trazidas pelas barreiras físicas, mas também pelas barreiras atitudinais.

REFERÊNCIAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: http://abridef.org.br/conteudoextra/abridef-arquivo-2016_07_05_09_49_50-361.pdf. Acesso em 12 ago. 2020.

AGUIAR, Inácio. Para Camilo, controle no aeroporto demorou e favoreceu pandemia: sob responsabilidade da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), o terminal de Fortaleza estava praticamente sem barreiras sanitárias até semana passada. Liminar, no domingo, deu poder ao Governo Estadual para atual. **Diário do Nordeste**. 23 mar. 2020. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/politica/para-camilo-controle-no-aeroporto-demorou-e-favoreceu-pandemia-1.2226107>. Acesso em 20 jul. 2020.

ALVIM, Frederico Franco. A elegibilidade e seus impedimentos no direito comparado e nos pactos internacionais. In: FUX, Luiz; PEREIRA, Luiz Fernando Casagrande; AGRA, Walber de Moura (Org.). **Tratado de Direito Eleitoral**. Tomo 3: Elegibilidade e Inelegibilidades. Belo Horizonte: Fórum, 2018. p. 35-88.

ALVIM, Frederico Franco; DIAS, Joelson. A Lei Brasileira de Inclusão e a efetivação do direito à participação política das pessoas com deficiência. In: FIUZA, César (Org.). **Temas relevantes sobre o estatuto da pessoa com deficiência**. Salvador: Juspodivm, 2018. p. 291-316.

ALVIM, Frederico; DIAS, Joelson; OLIVEIRA, Wendelaine de Andrade. Cidadania revigorada: direito ao sufrágio e inclusão política das pessoas com deficiência. **Revista Justiça Eleitoral em Debate**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 43-62, 2019. Disponível em: https://www.tre-rj.jus.br/site/gecoi_arquivos/130920191620_arq_150849.pdf. Acesso em: 7 fev. 2020.

ARAÚJO, Luiz Alberto David Júnior; DAMIA, Fábila Lima de Brito. O direito ao voto das pessoas com deficiência. **Revista Novos Estudos Jurídicos**, Itajaí, v. 15, n. 3, p. 327-345, 2010. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/2747>. Acesso em 30 de mar. de 2019.

AUGUSTO, Filipe; WAGNER, José. Capital avança para fase 4 do plano de retomada da economia, com restrições; 5 cidades permanecem em isolamento rígido. **Governo do Estado do Ceará**, 17 jul. 2020. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2020/07/17/capital-avanca-para-fase-4-do-plano-de-retomada-da-economia-com-restricoes-5-cidades-permanecem-em-isolamento-rigido/>. Acesso em: 19 jul. 2020.

AYRES, J. R. C. M *et al.* O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: CZERESNIA, D.; FREITAS, C. M. (Org.). **Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p. 117-140.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1998.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência política**. 24. ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

BORJA, Rodrigo. **Enciclopedia de la política**. 2. ed. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1998.

BRANDINO, Gêssica. Acessibilidade para eleitores ainda é desafio nas eleições. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/acessibilidade-para-eleitores-com-deficiencia-ainda-e-desafio-nas-eleicoes.shtml>. Acesso em: 5 abr. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Resolução nº 230, de 22 de junho de 2016. Orienta a adequação das atividades dos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares às determinações exaradas pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência por meio – entre outras medidas – da convalidação em resolução a Recomendação CNJ 27, de 16/12/2009, bem como da instituição de Comissões Permanentes de Acessibilidade e Inclusão. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 jun. 2016.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Serviço**: como funciona o controle de constitucionalidade. 2020a. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/cnj-servico-como-funciona-o-controle-de-constitucionalidade/>. Acesso em: 20 jun. 2020.

BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 out. 1989.

BRASIL. Decreto Federal nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 dez. 2000.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 3 dez. 2004a.

BRASIL. Justiça Eleitoral. **Conheça a Justiça Eleitoral**. Brasília, DF: TSE, 2020b. Disponível em: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/>. Acesso em: 20 jul. 2020.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 jan. 2002.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 7 jul. 2015a.

BRASIL. Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965. Institui o Código Eleitoral. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 jul. 1965.

BRASIL. Ministério da Saúde. Centro de Operações de Emergência em Saúde Pública Covid-19. **Boletim epidemiológico 06**. Brasília, DF: MS; COE Covid-19, 3 abr. 2020c. Disponível em: <https://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2020/april/03/be6-boletim-especial-do-coe.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Centro de Operações de Emergência em Saúde Pública Covid-19. **Boletim epidemiológico 09**. Brasília, DF: MS; COE Covid-19, 11 abr. 2020d. Disponível em: <https://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2020/>. Acesso em: 19 jul. 2020.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Resolução nº 21.290, de 19 de setembro de 2004b**. Disponível em: <http://www.juriseleitoral.org.mx/oea/sites/default/files/proceso%20administrativo%2018.483.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2020.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Resolução nº 23.381, de 19 de junho de 2012**. Institui o Programa de Acessibilidade da Justiça Eleitoral e dá outras providências. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/legislacao-tse/res/2012/res233812012.htm>. Acesso em: 18 dez. 2019.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Você sabe o que é alistamento eleitoral?** O glossário eleitoral brasileiro esclarece. 2019. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2019/marco/voce-sabe-o-que-e-alistamento-eleitoral-o-glossario-eleitoral-brasileiro-esclarece>. Acesso em: 25 jul. 2020.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Voto do deficiente físico no Brasil: conquista e reconhecimento**. 2015b. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/o-tse/memoria-eleitoral/historia-e-memoria/voto-do-deficiente-fisico-no-brasil-conquista-e-reconhecimento>. Acesso em: 25 jul. 2020.

BRAVO, Aline Droppe. **Análise bibliométrica da produção científica sobre os direitos das pessoas com deficiência**. 2013. Monografia (Especialização em Educação Especial) – Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

BULOS, Uadi Lammego. **Curso de Direito Constitucional**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

CABRAL, Leonardo Santos Amâncio. Políticas de ações afirmativas, pessoas com deficiência e o reconhecimento das identidades e diferenças no ensino superior brasileiro. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, São Carlos, v. 26, n. 57, p. 1-33, 2018. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/ojs/article/viewFile/3364/2062>. Acesso em: 7 fev. 2020.

CAEIRO, Joaquim Croca. **Estado social, políticas públicas e política social**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2015.

CAMPOS, Gustavo Caldas Guimarães de. Discriminação racial e ações afirmativas no acesso à educação: breve descrição de casos emblemáticos apreciados pela Suprema Corte americana. **Revista Publicações da Escola da Advocacia Geral da União**, Brasília, DF, 2009.

CEARÁ. Decreto nº 33.510, de 16 de março de 2020. Decreta situação de Emergência em saúde e dispõe sobre medidas de enfrentamento e contenção da infecção humana pelo novo coronavírus. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Poder Executivo, Fortaleza, 16 mar. 2020a.

CEARÁ. Tribunal Regional Eleitoral (CE). **Cartilha acessibilidade nas eleições**. Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Fortaleza: TRE-CE, 2018. Disponível em: http://apps.tre-ce.jus.br/tre/consultas/publicacoes/doc-publicacao.php?doc=2014%7cprograma-de-acessibilidade%7carquivo%7cprograma_de_acessibilidade_cartilha.pdf. Acesso em: 7 fev. 2020.

CEARÁ. Tribunal Regional Eleitoral (CE). **Programa de Acessibilidade**. Fortaleza: TRE, 2020b. Disponível em: <http://www.tre-ce.jus.br/o-tre/programas-institucionais/acessibilidade/programa-de-acessibilidade>. Acesso em: 19 jun. 2020.

CEARÁ. Tribunal Regional Eleitoral (CE). **Resolução nº 401, de 21 de junho de 2010**. Institui o Programa de Acessibilidade no âmbito da secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, cartórios eleitorais e locais de votação do Estado do Ceará. Disponível em: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ce-resolucao-n-o-401>. Acesso em: 5 nov. 2019.

CEARÁ. Tribunal Regional Eleitoral (CE). **Resolução nº 659, de 20 de março de 2017**. Adapta o Programa de Acessibilidade da Justiça Eleitoral do Ceará, instituído pela Resolução TRE-CE nº 401, de 21 de junho de 2010, à Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Estatuto da Pessoa com Deficiência) e à Resolução CNJ nº 230, 22 jun. 2016. Disponível em: <https://apps.tre-ce.jus.br/tre/consultas/resolucoes-tre-ce/doc-resolucao.php?doc=legislacao|resolucoes-do-tre-ce|2017|resolucao-n-o-659-de-20-3.2017|tre-ce-resolucao-659.pdf>. Acesso em: 11 maio 2020.

CEARÁ. Tribunal Regional Eleitoral (CE). **Convênio nº 3, de 30 de março de 2016**. Implementa medidas de remoção de barreiras físicas e arquitetônicas em 150 locais de votação pertencentes à Prefeitura. Disponível em: <http://apps.tre-ce.jus.br/tre/consultas/convenios/doc-convenio.php?doc=2016%7Cconvenio-no-003-2016%7Carquivo%7Ctre-ce-convenio-no-003-2016.pdf>. Acesso em 09 de jan. 2021.

CERIONI, Clara. Número de eleitores que não votaram bate recorde e é o maior desde 1989. **Revista Exame**, 2018. Disponível em: <https://exame.com/brasil/numero-de-abstencoes-nas-urnas-bate-recorde-e-e-o-maior-desde-1989/>. Acesso em: 19 jul. 2020.

COSTA, Fabiano; MORENO, Ana Carolina. Número de eleitores jovens cai por desilusão com política e falta de identificação com os partidos, avaliam especialistas. **G1**, Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/08/16/no-de-eleitores-jovens-cai-por-desilusao-com-politica-e-falta-de-identificacao-com-os-partidos-avaliam-especialistas.ghtml>. Acesso em: 26 jul. 2020.

CRUZ, Álvaro de Souza. **O direito à diferença**: as ações afirmativas como mecanismo de inclusão social de mulheres, negros, homossexuais e pessoas portadoras de deficiência. 3. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

CRUZ, Álvaro de Souza; CABRAL, Maria Walkiria de Faro Coelho G. **Ações afirmativas no Brasil: o trabalho do Ministério Público para torná-las possíveis**. Biblioteca Virtual do Ministério Público de Minas Gerais, 2014. Disponível em: <https://aplicacao.mpmg.mp.br/xmlui/handle/123456789/1211>. Acesso em: 1º abr. 2020.

DIAS, Joelson. **Acessibilidade Eleitoral**: Direito Fundamental das Pessoas com Deficiência *In*: SEMINÁRIO DE INVESTIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS, 10., 2017, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UFPR, 2017. p. 1-19 Disponível em: http://www.ninc.com.br/img/pesquisa/arquivo_20170724201507_91.pdf. Acesso em: 7 fev. 2020.

DIAS, Joelson; JUNQUEIRA, Ana Luísa Cellular. O direito à participação política das pessoas com deficiência. **Revista Eletrônica do TRESC**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 159-180, 2017. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_informativo/bibli_inf_2006/resenha_v.21_n.1.08.pdf. Acesso em: 7 fev. 2020.

DIAS, Renata Livia de B. Justiça eleitoral: composição, competências e funções. **Revista Eletrônica EJE**, Brasília, DF, v. 4, n. 1, 2020. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/o-tse/escola-judiciaria-eleitoral/publicacoes/revistas-da-eje/artigos/revista-eletronica-eje-n.-1-ano-4/justica-eleitoral-composicao-competencias-e-funcoes>. Acesso em: 20 jul. 2020.

FARIAS, Cristiano Chaves de. **Estatuto da Pessoa com Deficiência comentado artigo por artigo**. Salvador: Juspodivm, 2016.

FEBRABAN. **Coleção Febraban de inclusão social**: população com deficiência no Brasil fatos e percepções. 2006. Disponível em: https://www.febraban.org.br/7rof7swg6qmyvwjcfwf7i0asdf9jyv/sitefebraban/livro_popula_e7ao_deficiencia_brasil.pdf. Acesso em: 26 jul. 2020.

FREITAS, Henrique *et al.* O método de pesquisa survey. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 35, p. 105-112, 2000. Disponível em: http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1138_1861_freitashenriquerausp.pdf. Acesso em: 10 jul. 2020.

G1. Brasileiros não se sentem representados por políticos em exercício, aponta pesquisa. **G1**, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/brasileiros-nao-se-sentem-representados-por-politicos-em-exercicio-aponta-pesquisa.ghtml>. Acesso em 26 jul. 2020.

G1. Hospitais privados do Ceará que atendem pacientes com Covid-19 têm ocupação entre 98% e 100%. **G1**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/05/07/hospitais-privados-do-ceara-que-atendem-pacientes-com-covid-19-tem-ocupacao-entre-98percent-e-100percent.ghtml>. Acesso em 20 jul. 2020.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa; SILVA, Fernanda Duarte Lopes Lucas da. **As ações afirmativas e os processos de promoção da igualdade efetiva**. Seminário internacional as minorias e o direito (2001: Brasília) / Conselho Nacional de Justiça, Centro de estudos jurídicos; AJUFE; Fundação Pedro de Mello e Silva; The British Council. Brasília, DF, CJF, 2003.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico**: ano 2010. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf. Acesso em: 20 abr. 2019.

LANNA JÚNIOR, Mário Cleber M. **História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil**. Brasília, DF: Secretaria dos Direitos Humanos, 2010.

MACHADO, Danilo Vergani. **Políticas públicas e transversalidade**: um estudo de caso sobre o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Viver sem Limite. Brasília, DF: Enap, 2014.

MAIOR, Izabel M. M. de Loureiro. **História, conceito e tipos de deficiência**. São Paulo: Secretaria de Estado dos direitos da pessoa com deficiência, 2015.

MANCIA, Joel Rolim; VARGAS, Mara Ambrosina de O. A importância do pesquisador ao apontar as limitações do estudo. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, DF, v. 72, n. 4, p. 832-833, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672019000400832&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 20 jul. 2020.

MARTINS, Manuel Meirinho. **Cidadania e participação política**: temas e perspectivas de análise. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2010.

MENDES, Gilmar Ferreira. **Estado de direito e jurisdição constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2011.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MILL, John Stuart. **Considerações sobre o governo representativo**. Porto Alegre: L&PM, 2018.

MORAES, Rodrigo Fracassoli de. **Covid-19 e medidas legais de distanciamento social: isolamento social, gravidade da epidemia e análise do período de 25 de maio a 7 de junho de 2020**. Brasília, DF: Ipea, Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais, (DINTE) NT nº 22, Boletim nº 5, 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200610_nt_dinte_n_22.pdf. Acesso em: 18 jul. 2020.

MORALES, Fernanda. **SurveyMonkey: a empresa que descobriu o Brasil como mercado para suas pesquisas**. CanalTech, 2021. Disponível em: <https://canaltech.com.br/curiosidades/SurveyMonkey-a-empresa-que-descobriu-o-Brasil-como-mercado-para-suas-pesquisas/>. Acesso em: 09 jan. 2021.

NERI, Marcelo. **Retratos da deficiência no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2003. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/22039/sumario-executivo-diversidade-retratos-da-deficiencia-no-brasil.pdf?sequence=1&isallowed=y>. Acesso em: 26 jul. 2020.

NOGUEIRA, Roberto Wagner Lima. Resolução do CNJ e lei são atos normativos primários. **Revista Consultor Jurídico**, 2006. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2006-fev-21/resolucao_cnj_lei_sao_atos_normativos_primarios. Acesso em: 8 maio 2020.

OCHOA, Carlos. Amostragem não probabilística: amostragem por conveniência. **Netquest**, 2015. Disponível em: <https://www.netquest.com/blog/br/blog/br/amostra-conveniencia>. Acesso em 21 jan. 2021.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Conheça os novos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU**. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/amp/>. Acesso em: 28 jul. 2020.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Convenção das Pessoas com Deficiência**. Departamento de assuntos econômicos e sociais. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/disabilities/convention-on-the-rights-of-persons-with-disabilities/article-29-participation-in-political-and-public-life.html>. Acesso em: 3 maio 2020.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Inclusão de pessoas com deficiência é fundamental para a implementação da agenda 2030**. 2016. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-inclusao-de-pessoas-com-deficiencia-e-fundamental-para-a-implementacao-da-agenda-2030/>. Acesso em: 24 jul. 2020.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 24 jul. 2020.

PÊGO, B. *et al.* **Pandemia e fronteiras brasileiras**: análise da evolução da COVID-19 e proposições. Brasília, DF: Ipea; NT nº 16, 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200521_n_16_dirur.pdf. Acesso em: 19 jul. 2020.

PINSONNEAULT, Alain; KRAEMER, Kenneth. Survey research in management systems: an assesment. **Journal of Magement Information System**, v. 10, p. 75-105, 1993.

PIOVESAN, Flávia. Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 887-896, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v16n3/10.pdf>. Acesso em: 3 maio 2020.

RAMOS, André de Carvalho. **Teoria geral dos direitos humanos na ordem constitucional**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

RIBEIRO, Luiz Clóvis Guido. As com deficiência e o processo eleitoral no Brasil. **Revista Caderno Virtual**, Brasília, DF, v. 3, n. 45, p. 1-15, 2019. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/cadernovirtual/article/view/3947/1724>. Acesso em: 26 set. 2020.

ROCHA, Cármen Lúcia Antunes. Ação afirmativa: o conteúdo democrático do princípio da igualdade jurídica. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, DF, v. 33, n. 131, p. 283-295, 1996. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/176462>. Acesso em: 27 mar. 2020.

ROSENO, Marcelo. Estatuto das pessoas com deficiência e exercício dos direitos políticos: elementos para uma abordagem garantista. **Revista Jurídica da Presidência**, Brasília, DF, v. 18, n. 116, p. 559-582, 2016-2017. Disponível em: <https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/view/1315/1189>. Acesso em: 15 maio 2019.

SALGADO, Eneida Desiree. **Princípios constitucionais eleitorais**. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

SAMPAIO, R. A.; TALARICO, C. A. O novo conceito de pessoa com deficiência e sua aplicabilidade por órgãos fiscalizadores ou reconhecedores de direitos estatais. **Revista Digital Constituição e Garantia de Direitos**, Natal, v. 12, n. 2, p. 230-251, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/constituicaoegarantiadedireitos/article/view/17891/12550>. Acesso em: 24 jul. 2020.

SANI, Giacomo. Participação política. In: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Org.). **Dicionário de Ciência Política**. Tomo II. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2009. p. 888-890.

SAKER NETO, Demétrio. A participação da pessoa com deficiência no sistema eleitoral. **Themis**, Fortaleza, v. 18, n. 1, p. 71-97, 2020. Disponível em: <file:///c:/users/user/downloads/751-2808-1-pb.pdf>. Acesso em: 25 set. 2020.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Direito Constitucional**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Como chamar as pessoas que têm deficiência? **Revista Diversa: Educação Inclusiva na Prática**, 2014. Disponível em: <https://diversa.org.br/artigos/como-chamar-pessoas-que-tem-deficiencia/>. Acesso em 24 jul. 2020.

SCHEDLER, Andreas. **La política de la incertidumbre en los regímenes electorales autoritarios**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2016.

SILVA, Diego Martins Aragão *et al.* A pesquisa sobre acessibilidade no Brasil: um olhar sobre os grupos de pesquisa do CNPq. **Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cientometria**, v. 6, p. 6, Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cientometria, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/117729>. Acesso em: 30 jul. 2020.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional positivo**. 21. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

SOARES, Paulo Henrique. Vantagens e desvantagens do voto obrigatório e do voto facultativo. Texto para discussão 6. **Consultoria Leg. Senado Federal**, 2004. Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-6-vantagens-e-desvantagens-do-voto-obrigatorio-e-do-voto-facultativo>. Acesso em: 16 jun. 2014.

UN – United Nations. **Convention on the rights of persons with disabilities (CRPD)**. 2019. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/disabilities/convention-on-the-rights-of-persons-with-disabilities.html>. Acesso em: 15 maio 2019.

UN – United Nations. **Manual on inclusive planning: disability dimension in development action**. Finlândia: Helsinki, 2003.

URROZ, Juan Calanchini. Governabilidad: Legitimidad – Eficacia – Efectividad – Estabilidad – participación política. In: CALANCHINI, Juan J (Coord.). **Lecturas de Ciencia Política**. Tomo II. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 2011.

VIEIRA, Ana Paula. **As ações afirmativas como mecanismo de inclusão das pessoas com deficiência física e sensorial à luz da Constituição Federal de 1988**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Direito Público) – Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará, Fortaleza, 2011.

WIZIACK, Julio. Equipe de Guedes teme paralisia da economia e crise social a partir de julho: Ministério espera queda de 4,7% no PIB em 2020 e risco de falências e desemprego no 2º semestre. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 maio 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/05/equipe-de-guedes-teme-paralisia-da-economia-e-crise-social-a-partir-de-julho.shtml>. Acesso em: 19 jul. 2020.

ZIPPELIUS, Reinhold. **Teoria do Estado**: Ciência Política. São Paulo: Saraiva, 2016.

APÊNDICE A – GRÁFICOS DO QUESTIONÁRIO DA PESQUISA

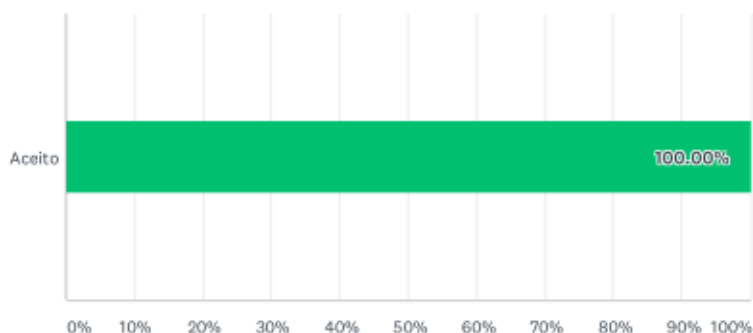
1/26

VOTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA EM FORTALEZA/CE

SurveyMonkey

P1 Declaro, em conformidade com a legislação vigente, que aceito participar voluntariamente, de forma livre esclarecida, como sujeito de pesquisa científica da aluna Liana Holanda de Melo. Esclareço que fui informado sobre o objetivo geral desta pesquisa, que é colher resultados obtidos após questionário realizado às pessoas com deficiência que participaram das últimas eleições no município de Fortaleza-Ceará para compor informações para a sua dissertação, no Mestrado de Ciências Sociais e Políticas, na Universidade de Lisboa. O estudo é voltado para a identificação das principais barreiras que existem atualmente ao exercício do voto pelas pessoas com deficiência no município de Fortaleza. Minha participação se dará sob a forma de preenchimento de questionário, desde que seja garantido o absoluto sigilo, que assegure a minha privacidade quanto aos dados confidenciais ou qualquer juízo de valor por mim emitido na oportunidade. Autorizo, ainda, que, garantido o referido sigilo, esses dados possam ser utilizados na elaboração de textos para publicação.

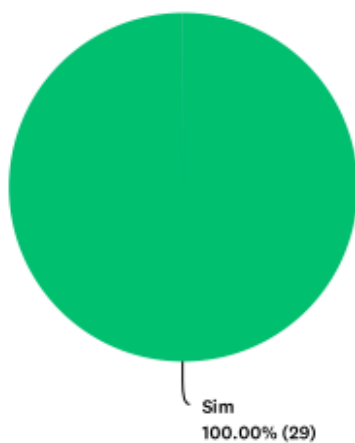
Responderam: 29 Ignoraram: 0



OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS
Aceito	100.00% 29
Total de respondentes: 29	

P2 Você é Pessoa com Deficiência?

Responderam: 29 Ignoraram: 0



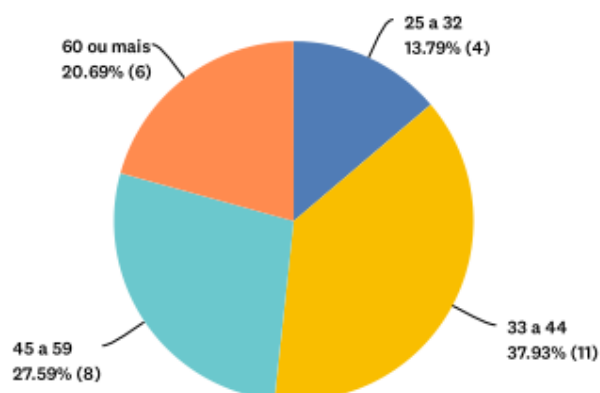
OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
Sim	100.00%	29
Não	0.00%	0
TOTAL		29

P3 Qual o tipo da sua Deficiência?

Responderam: 29 Ignoraram: 0

P4 Qual a sua idade?

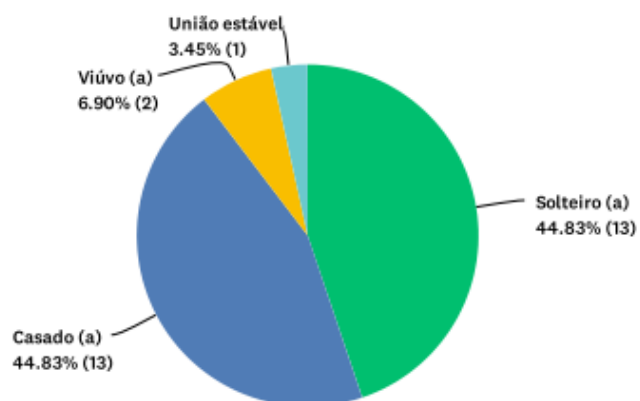
Responderam: 29 Ignoraram: 0



OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
16 a 24	0.00%	0
25 a 32	13.79%	4
33 a 44	37.93%	11
45 a 59	27.59%	8
60 ou mais	20.69%	6
TOTAL		29

P5 Qual o seu estado civil?

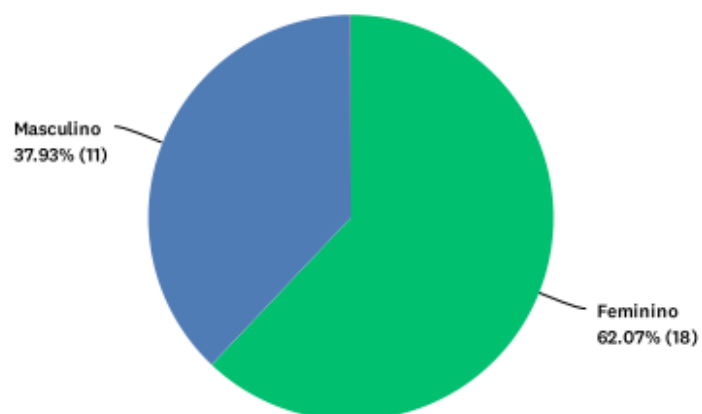
Responderam: 29 Ignoraram: 0



OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
Solteiro (a)	44.83%	13
Casado (a)	44.83%	13
Viúvo (a)	6.90%	2
União estável	3.45%	1
TOTAL		29

P6 Qual seu gênero?

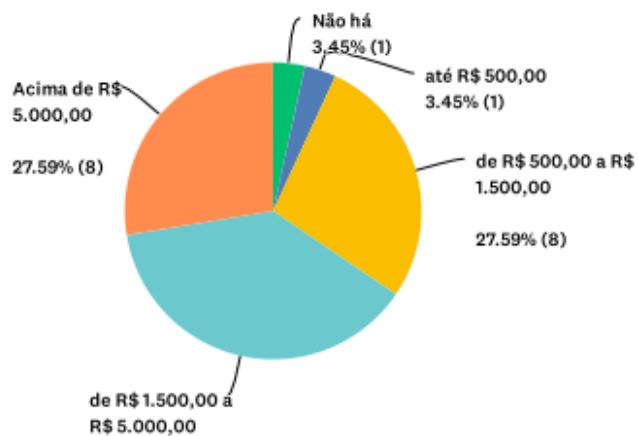
Responderam: 29 Ignoraram: 0



OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
Feminino	62.07%	18
Masculino	37.93%	11
Outros	0.00%	0
TOTAL		29

P7 Qual a sua renda mensal pessoal?

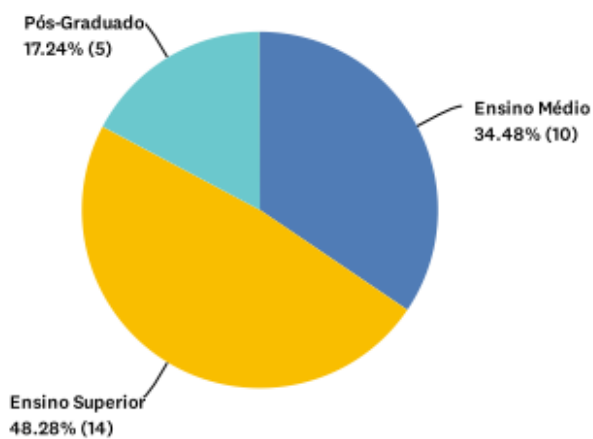
Responderam: 29 Ignoraram: 0



OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
Não há	3.45%	1
até R\$ 500,00	3.45%	1
de R\$ 500,00 a R\$ 1.500,00	27.59%	8
de R\$ 1.500,00 a R\$ 5.000,00	37.93%	11
Acima de R\$ 5.000,00	27.59%	8
TOTAL		29

P8 Qual seu grau de escolaridade?

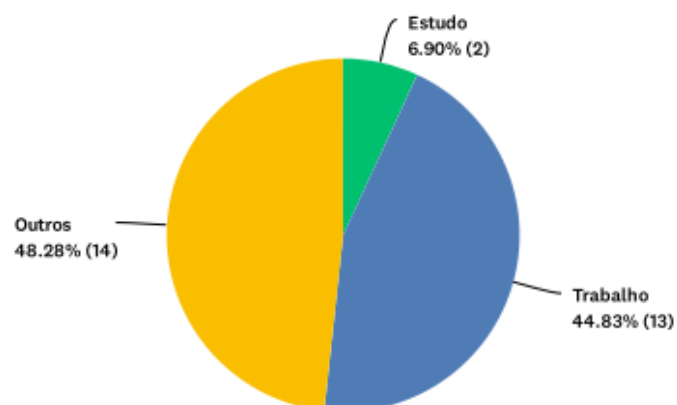
Responderam: 29 Ignoraram: 0



OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
Ensino Fundamental	0.00%	0
Ensino Médio	34.48%	10
Ensino Superior	48.28%	14
Pós-Graduado	17.24%	5
Mestrado/Doutorado	0.00%	0
TOTAL		29

P9 Qual sua ocupação atual?

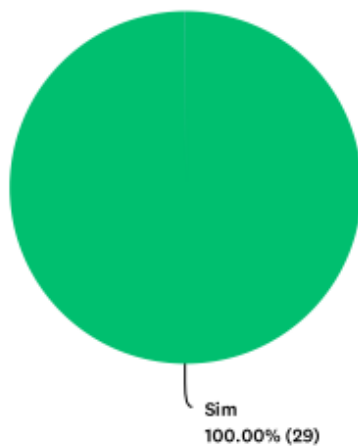
Responderam: 29 Ignoraram: 0



OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
Estudo	6.90%	2
Trabalho	44.83%	13
Outros	48.28%	14
TOTAL		29

P10 Você reside na cidade de Fortaleza?

Responderam: 29 Ignoraram: 0



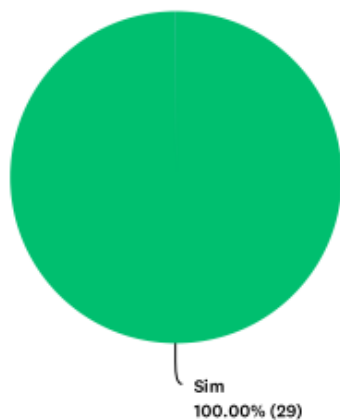
OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
Sim	100.00%	29
Não	0.00%	0
TOTAL		29

P11 Qual bairro você reside?

Responderam: 29 Ignoraram: 0

P12 Você votou nas últimas eleições?

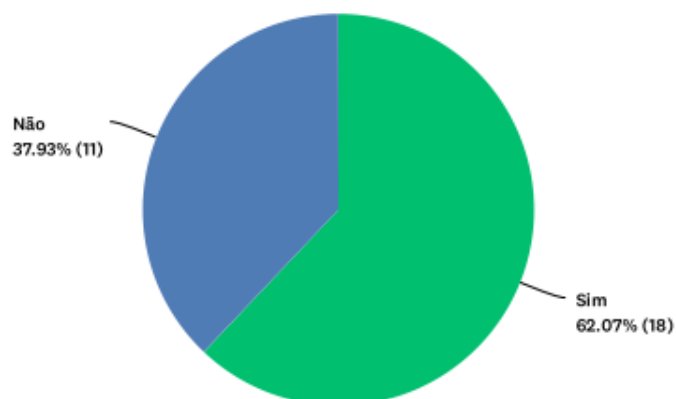
Responderam: 29 Ignoraram: 0



OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
Sim	100.00%	29
Não	0.00%	0
TOTAL		29

P13 Você recebeu atendimento prioritário no local de votação?

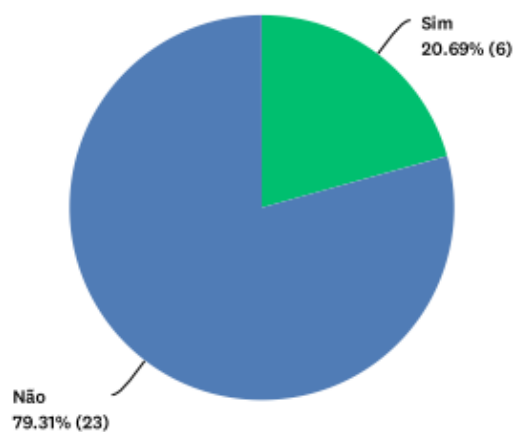
Responderam: 29 Ignoraram: 0



OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
Sim	62.07%	18
Não	37.93%	11
TOTAL		29

P14 Você necessita do auxílio de acompanhante para votar?

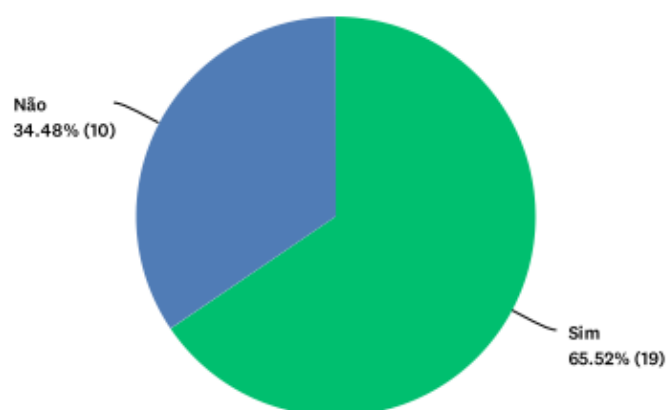
Responderam: 29 Ignoraram: 0



OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
Sim	20.69%	6
Não	79.31%	23
TOTAL		29

P15 A sua seção eleitoral atende às suas necessidades de adaptação para votar?

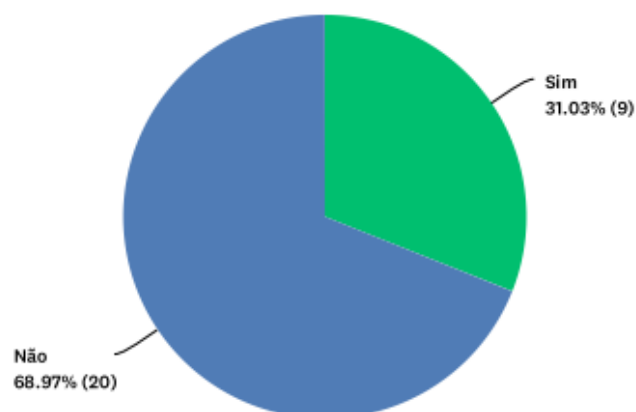
Responderam: 29 Ignoraram: 0



OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
Sim	65.52%	19
Não	34.48%	10
TOTAL		29

P16 Você tem conhecimento da possibilidade de pedir dispensa do voto (sem sanção) no caso em que o seu deslocamento seja muito desgastante ou trabalhoso?

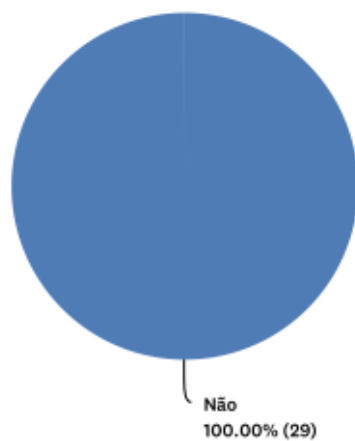
Responderam: 29 Ignoraram: 0



OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
Sim	31.03%	9
Não	68.97%	20
TOTAL		29

P17 Você já fez uso dessa dispensa?

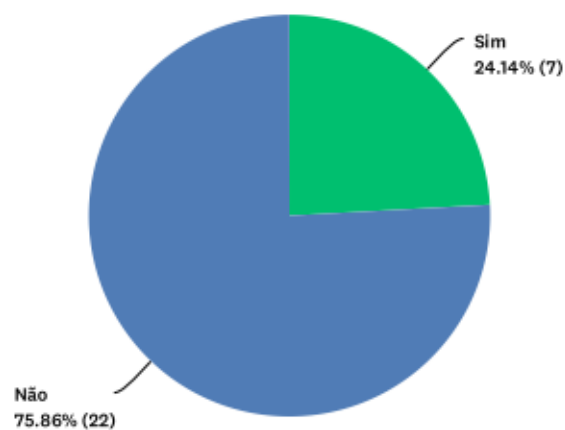
Responderam: 29 Ignoraram: 0



OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
Sim	0.00%	0
Não	100.00%	29
TOTAL		29

P18 Você já solicitou ajuda do mesário para a resolução de alguma questão envolvendo acessibilidade?

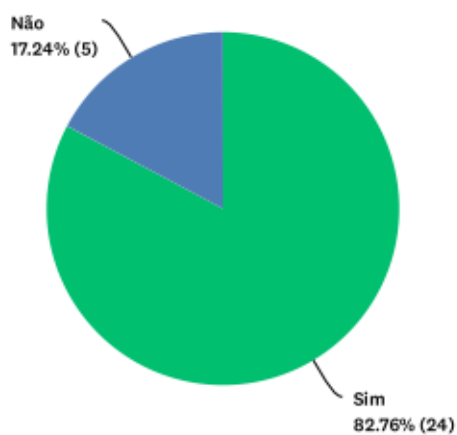
Responderam: 29 Ignoraram: 0



OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
Sim	24.14%	7
Não	75.86%	22
TOTAL		29

P19 Você costuma acompanhar as questões políticas envolvendo as Pessoas com Deficiência?

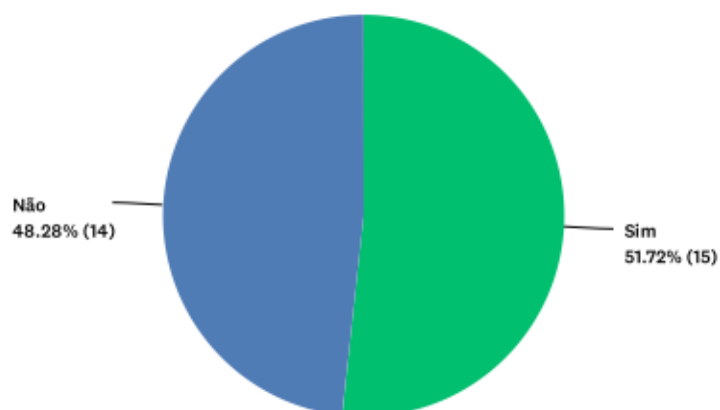
Responderam: 29 Ignoraram: 0



OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
Sim	82.76%	24
Não	17.24%	5
TOTAL		29

P20 Você concorda com a obrigatoriedade do voto para a Pessoa com Deficiência?

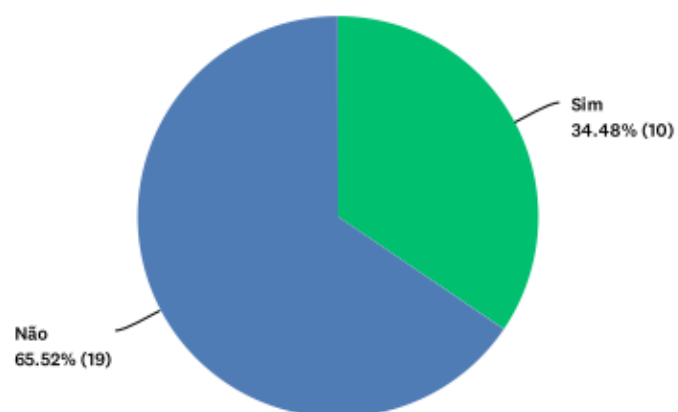
Responderam: 29 Ignoraram: 0



OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
Sim	51.72%	15
Não	48.28%	14
TOTAL		29

P21 Você considera que uma seção única para Pessoas com Deficiência facilitaria seu acesso ao voto?

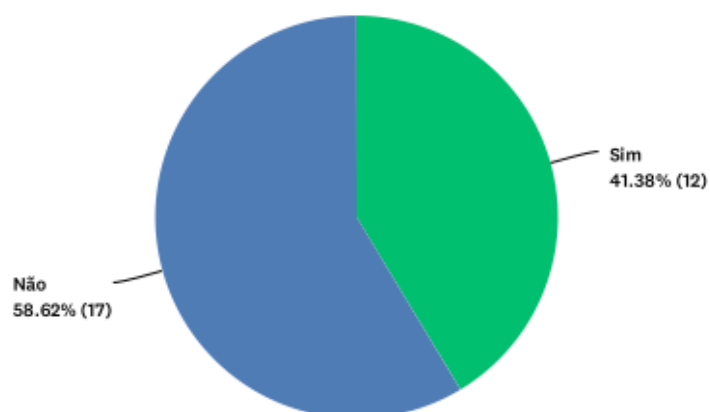
Responderam: 29 Ignoraram: 0



OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
Sim	34.48%	10
Não	65.52%	19
TOTAL		29

P22 Você se sentiria discriminado por uma seção única para Pessoa com Deficiência votarem?

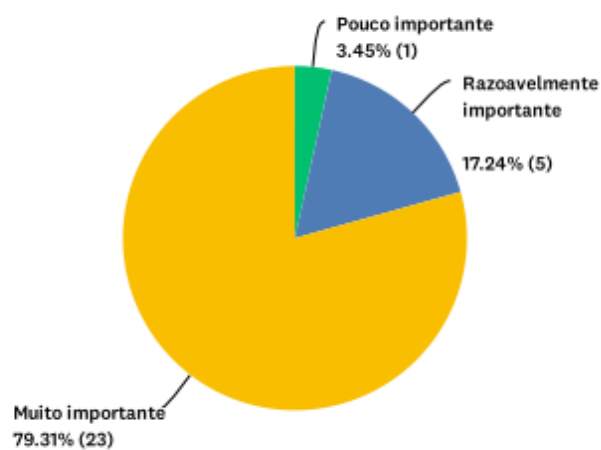
Responderam: 29 Ignoraram: 0



OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
Sim	41.38%	12
Não	58.62%	17
TOTAL		29

P23 Qual a importância das eleições para você?

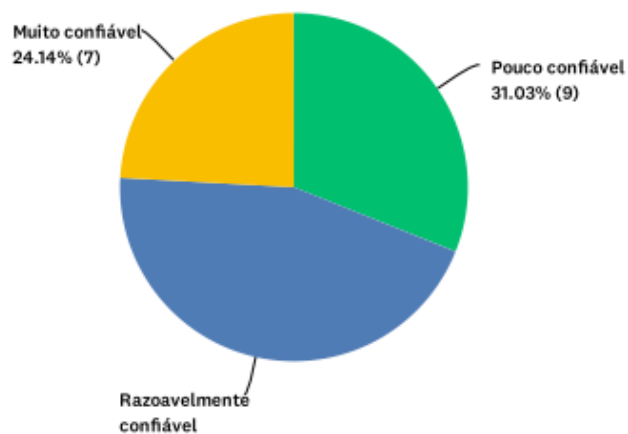
Responderam: 29 Ignoraram: 0



	POUCO IMPORTANTE	RAZOAVELMENTE IMPORTANTE	MUITO IMPORTANTE	TOTAL	MÉDIA PONDERADA
☆	3.45%	17.24%	79.31%	29	2.76
	1	5	23		

P24 Qual seu grau de confiança no sistema eleitoral brasileiro?

Responderam: 29 Ignoraram: 0



	POUCO CONFIÁVEL	RAZOAVELMENTE CONFIÁVEL	MUITO CONFIÁVEL	TOTAL	MÉDIA PONDERADA
☆	31.03% 9	44.83% 13	24.14% 7	29	1.93

P25 Você sente o voto como uma obrigação ou oportunidade de mudança social?

Responderam: 29 Ignoraram: 0

P26 Como Pessoa com Deficiência qual você considera a maior dificuldade para o exercício do voto?

Responderam: 28 Ignoraram: 1

APÊNDICE B – RESPOSTAS DOS PARTICIPANTES AO QUESTIONÁRIO

VOTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA EM FORTALEZA/CE

SurveyMonkey

#1

COMPLETAS

Coletor: Web Link 1 (Link)
Início: Wednesday, June 10, 2020 12:35:08 PM
Última modificação: Wednesday, June 10, 2020 12:40:21 PM
Duração: 00:05:12
Endereço IP: 187.18.180.202

Página 1

P1

Aceito

Declaro, em conformidade com a legislação vigente, que aceito participar voluntariamente, de forma livre esclarecida, como sujeito de pesquisa científica da aluna Liana Holanda de Melo. Esclareço que fui informado sobre o objetivo geral desta pesquisa, que é colher resultados obtidos após questionário realizado às pessoas com deficiência que participaram das últimas eleições no município de Fortaleza-Ceará para compor informações para a sua dissertação, no Mestrado de Ciências Sociais e Políticas, na Universidade de Lisboa. O estudo é voltado para a identificação das principais barreiras que existem atualmente ao exercício do voto pelas pessoas com deficiência no município de Fortaleza. Minha participação se dará sob a forma de preenchimento de questionário, desde que seja garantido o absoluto sigilo, que assegure a minha privacidade quanto aos dados confidenciais ou qualquer juízo de valor por mim emitido na oportunidade. Autorizo, ainda, que, garantido o referido sigilo, esses dados possam ser utilizados na elaboração de textos para publicação.

P2

Sim

Você é Pessoa com Deficiência?

P3

Qual o tipo da sua Deficiência?

Física

P4

25 a 32

Qual a sua idade?

1 / 116

P5	Casado (a)
Qual o seu estado civil?	
<hr/>	
P6	Masculino
Qual seu gênero?	
<hr/>	
P7	de R\$ 1.500,00 a R\$ 5.000,00
Qual a sua renda mensal pessoal?	
<hr/>	
P8	Pós-Graduado
Qual seu grau de escolaridade?	
<hr/>	
P9	Trabalho
Qual sua ocupação atual?	
<hr/>	
P10	Sim
Você reside na cidade de Fortaleza?	
<hr/>	
P11	
Qual bairro você reside?	
<hr/>	
P12	Sim
Você votou nas últimas eleições?	
<hr/>	
P13	Não
Você recebeu atendimento prioritário no local de votação?	
<hr/>	
P14	Não
Você necessita do auxílio de acompanhante para votar?	
<hr/>	
P15	Não
A sua seção eleitoral atende às suas necessidades de adaptação para votar?	
<hr/>	

P16	Não
Você tem conhecimento da possibilidade de pedir dispensa do voto (sem sanção) no caso em que o seu deslocamento seja muito desgastante ou trabalhoso?	
<hr/>	
P17	Não
Você já fez uso dessa dispensa?	
<hr/>	
P18	Não
Você já solicitou ajuda do mesário para a resolução de alguma questão envolvendo acessibilidade?	
<hr/>	
P19	Sim
Você costuma acompanhar as questões políticas envolvendo as Pessoas com Deficiência?	
<hr/>	
P20	Sim
Você concorda com a obrigatoriedade do voto para a Pessoa com Deficiência?	
<hr/>	
P21	Sim
Você considera que uma seção única para Pessoas com Deficiência facilitaria seu acesso ao voto?	
<hr/>	
P22	Não
Você se sentiria discriminado por uma seção única para Pessoa com Deficiência votarem?	
<hr/>	
P23	
Qual a importância das eleições para você?	
☆	Muito importante
<hr/>	
P24	
Qual seu grau de confiança no sistema eleitoral brasileiro?	
☆	Razoavelmente confiável
<hr/>	

P25

Você sente o voto como uma obrigação ou oportunidade de mudança social?

Obrigação.

P26

Como Pessoa com Deficiência qual você considera a maior dificuldade para o exercício do voto?

A falta de propostas claras e possíveis de aplicação sobre políticas públicas e inclusão do PCD. O debate ainda não chegou na abrangência adequada para haver uma maior e mais rápida evolução no respeito dos PCDs

#2

COMPLETAS

Coletor: Web Link 1 (Link)
Início: Wednesday, June 10, 2020 12:47:02 PM
Última modificação: Wednesday, June 10, 2020 12:54:55 PM
Duração: 00:07:52
Endereço IP: 177.65.99.222

Página 1

P1

Aceito

Declaro, em conformidade com a legislação vigente, que aceito participar voluntariamente, de forma livre esclarecida, como sujeito de pesquisa científica da aluna Liana Holanda de Melo. Esclareço que fui informado sobre o objetivo geral desta pesquisa, que é colher resultados obtidos após questionário realizado às pessoas com deficiência que participaram das últimas eleições no município de Fortaleza-Ceará para compor informações para a sua dissertação, no Mestrado de Ciências Sociais e Políticas, na Universidade de Lisboa. O estudo é voltado para a identificação das principais barreiras que existem atualmente ao exercício do voto pelas pessoas com deficiência no município de Fortaleza. Minha participação se dará sob a forma de preenchimento de questionário, desde que seja garantido o absoluto sigilo, que assegure a minha privacidade quanto aos dados confidenciais ou qualquer juízo de valor por mim emitido na oportunidade. Autorizo, ainda, que, garantido o referido sigilo, esses dados possam ser utilizados na elaboração de textos para publicação.

P2

Sim

Você é Pessoa com Deficiência?

P3

Qual o tipo da sua Deficiência?

Física

P4

33 a 44

Qual a sua idade?

P5 Solteiro (a)

Qual o seu estado civil?

P6 Feminino

Qual seu gênero?

P7 de R\$ 1.500,00 a R\$ 5.000,00

Qual a sua renda mensal pessoal?

P8 Ensino Superior

Qual seu grau de escolaridade?

P9 Estudo

Qual sua ocupação atual?

P10 Sim

Você reside na cidade de Fortaleza?

P11

Qual bairro você reside?

Fátima

P12 Sim

Você votou nas últimas eleições?

P13 Sim

Você recebeu atendimento prioritário no local de votação?

P14 Não

Você necessita do auxílio de acompanhante para votar?

P15 Sim

A sua seção eleitoral atende às suas necessidades de adaptação para votar?

P16	Não
Você tem conhecimento da possibilidade de pedir dispensa do voto (sem sanção) no caso em que o seu deslocamento seja muito desgastante ou trabalhoso?	
P17	Não
Você já fez uso dessa dispensa?	
P18	Não
Você já solicitou ajuda do mesário para a resolução de alguma questão envolvendo acessibilidade?	
P19	Sim
Você costuma acompanhar as questões políticas envolvendo as Pessoas com Deficiência?	
P20	Não
Você concorda com a obrigatoriedade do voto para a Pessoa com Deficiência?	
P21	Não
Você considera que uma seção única para Pessoas com Deficiência facilitaria seu acesso ao voto?	
P22	Não
Você se sentiria discriminado por uma seção única para Pessoa com Deficiência votarem?	
P23	
Qual a importância das eleições para você?	
☆	Muito importante
P24	
Qual seu grau de confiança no sistema eleitoral brasileiro?	
☆	Razoavelmente confiável

P25

Você sente o voto como uma obrigação ou oportunidade de mudança social?

Oportunidade de mudança social

P26

Como Pessoa com Deficiência qual você considera a maior dificuldade para o exercício do voto?

Acessibilidade na cidade e barreiras atitudinais

#3

COMPLETAS

Coletor: Web Link 1 (Link)
Início: Thursday, June 11, 2020 4:00:37 PM
Última modificação: Thursday, June 11, 2020 4:10:00 PM
Duração: 00:09:23
Endereço IP: 45.7.107.18

Página 1

P1

Aceito

Declaro, em conformidade com a legislação vigente, que aceito participar voluntariamente, de forma livre esclarecida, como sujeito de pesquisa científica da aluna Liana Holanda de Melo. Esclareço que fui informado sobre o objetivo geral desta pesquisa, que é colher resultados obtidos após questionário realizado às pessoas com deficiência que participaram das últimas eleições no município de Fortaleza-Ceará para compor informações para a sua dissertação, no Mestrado de Ciências Sociais e Políticas, na Universidade de Lisboa. O estudo é voltado para a identificação das principais barreiras que existem atualmente ao exercício do voto pelas pessoas com deficiência no município de Fortaleza. Minha participação se dará sob a forma de preenchimento de questionário, desde que seja garantido o absoluto sigilo, que assegure a minha privacidade quanto aos dados confidenciais ou qualquer juízo de valor por mim emitido na oportunidade. Autorizo, ainda, que, garantido o referido sigilo, esses dados possam ser utilizados na elaboração de textos para publicação.

P2

Sim

Você é Pessoa com Deficiência?

P3

Qual o tipo da sua Deficiência?

Deficiência motora

P4

60 ou mais

Qual a sua idade?

9 / 116

P5 Solteiro (a)

Qual o seu estado civil?

P6 Feminino

Qual seu gênero?

P7 de R\$ 500,00 a R\$ 1.500,00

Qual a sua renda mensal pessoal?

P8 Ensino Médio

Qual seu grau de escolaridade?

P9 Outros

Qual sua ocupação atual?

P10 Sim

Você reside na cidade de Fortaleza?

P11

Qual bairro você reside?

Barroso

P12 Sim

Você votou nas últimas eleições?

P13 Sim

Você recebeu atendimento prioritário no local de votação?

P14 Sim

Você necessita do auxílio de acompanhante para votar?

P15 Não

A sua seção eleitoral atende às suas necessidades de adaptação para votar?

P16	Não
Você tem conhecimento da possibilidade de pedir dispensa do voto (sem sanção) no caso em que o seu deslocamento seja muito desgastante ou trabalhoso?	
P17	Não
Você já fez uso dessa dispensa?	
P18	Não
Você já solicitou ajuda do mesário para a resolução de alguma questão envolvendo acessibilidade?	
P19	Não
Você costuma acompanhar as questões políticas envolvendo as Pessoas com Deficiência?	
P20	Sim
Você concorda com a obrigatoriedade do voto para a Pessoa com Deficiência?	
P21	Sim
Você considera que uma seção única para Pessoas com Deficiência facilitaria seu acesso ao voto?	
P22	Não
Você se sentiria discriminado por uma seção única para Pessoa com Deficiência votarem?	
P23	
Qual a importância das eleições para você?	
☆	Razoavelmente importante
P24	
Qual seu grau de confiança no sistema eleitoral brasileiro?	
☆	Pouco confiável

P25

Você sente o voto como uma obrigação ou oportunidade de mudança social?

Oportunidade de mudança social

P26

Como Pessoa com Deficiência qual você considera a maior dificuldade para o exercício do voto?

Acessibilidade

#4

COMPLETAS

Coletor: Web Link 1 (Link)
Início: Friday, June 12, 2020 2:55:52 PM
Última modificação: Friday, June 12, 2020 3:00:08 PM
Duração: 00:04:16
Endereço IP: 179.179.161.6

Página 1

P1

Aceito

Declaro, em conformidade com a legislação vigente, que aceito participar voluntariamente, de forma livre esclarecida, como sujeito de pesquisa científica da aluna Liana Holanda de Melo. Esclareço que fui informado sobre o objetivo geral desta pesquisa, que é colher resultados obtidos após questionário realizado às pessoas com deficiência que participaram das últimas eleições no município de Fortaleza-Ceará para compor informações para a sua dissertação, no Mestrado de Ciências Sociais e Políticas, na Universidade de Lisboa. O estudo é voltado para a identificação das principais barreiras que existem atualmente ao exercício do voto pelas pessoas com deficiência no município de Fortaleza. Minha participação se dará sob a forma de preenchimento de questionário, desde que seja garantido o absoluto sigilo, que assegure a minha privacidade quanto aos dados confidenciais ou qualquer juízo de valor por mim emitido na oportunidade. Autorizo, ainda, que, garantido o referido sigilo, esses dados possam ser utilizados na elaboração de textos para publicação.

P2

Sim

Você é Pessoa com Deficiência?

P3

Qual o tipo da sua Deficiência?

Mobilidade reduzida em virtude da Esclerose Múltipla

P4

33 a 44

Qual a sua idade?

P5 Casado (a)

Qual o seu estado civil?

P6 Feminino

Qual seu gênero?

P7 Acima de R\$ 5.000,00

Qual a sua renda mensal pessoal?

P8 Ensino Superior

Qual seu grau de escolaridade?

P9 Outros

Qual sua ocupação atual?

P10 Sim

Você reside na cidade de Fortaleza?

P11

Qual bairro você reside?

Aldeota

P12 Sim

Você votou nas últimas eleições?

P13 Não

Você recebeu atendimento prioritário no local de votação?

P14 Não

Você necessita do auxílio de acompanhante para votar?

P15 Não

A sua seção eleitoral atende às suas necessidades de adaptação para votar?

P16	Não
Você tem conhecimento da possibilidade de pedir dispensa do voto (sem sanção) no caso em que o seu deslocamento seja muito desgastante ou trabalhoso?	
P17	Não
Você já fez uso dessa dispensa?	
P18	Não
Você já solicitou ajuda do mesário para a resolução de alguma questão envolvendo acessibilidade?	
P19	Sim
Você costuma acompanhar as questões políticas envolvendo as Pessoas com Deficiência?	
P20	Sim
Você concorda com a obrigatoriedade do voto para a Pessoa com Deficiência?	
P21	Não
Você considera que uma seção única para Pessoas com Deficiência facilitaria seu acesso ao voto?	
P22	Sim
Você se sentiria discriminado por uma seção única para Pessoa com Deficiência votarem?	
P23	
Qual a importância das eleições para você?	
☆	Muito importante
P24	
Qual seu grau de confiança no sistema eleitoral brasileiro?	
☆	Razoavelmente confiável

P25

Você sente o voto como uma obrigação ou oportunidade de mudança social?

Oportunidade de mudança, de fazer sua opinião ser ouvida

P26

Como Pessoa com Deficiência qual você considera a maior dificuldade para o exercício do voto?

No meu caso, há escadas na minha sessão, o que torna minha locomoção mais difícil, mas ano passado, no cadastramento biométrico, eles alteraram minha sessão de votação para as próximas eleições, talvez esse problema tenha sido resolvido.

#5

COMPLETAS

Coletor: Web Link 1 (Link)
Início: Friday, June 12, 2020 3:00:33 PM
Última modificação: Friday, June 12, 2020 3:05:42 PM
Duração: 00:05:09
Endereço IP: 179.70.12.136

Página 1

P1

Aceito

Declaro, em conformidade com a legislação vigente, que aceito participar voluntariamente, de forma livre esclarecida, como sujeito de pesquisa científica da aluna Liana Holanda de Melo. Esclareço que fui informado sobre o objetivo geral desta pesquisa, que é colher resultados obtidos após questionário realizado às pessoas com deficiência que participaram das últimas eleições no município de Fortaleza-Ceará para compor informações para a sua dissertação, no Mestrado de Ciências Sociais e Políticas, na Universidade de Lisboa. O estudo é voltado para a identificação das principais barreiras que existem atualmente ao exercício do voto pelas pessoas com deficiência no município de Fortaleza. Minha participação se dará sob a forma de preenchimento de questionário, desde que seja garantido o absoluto sigilo, que assegure a minha privacidade quanto aos dados confidenciais ou qualquer juízo de valor por mim emitido na oportunidade. Autorizo, ainda, que, garantido o referido sigilo, esses dados possam ser utilizados na elaboração de textos para publicação.

P2

Sim

Você é Pessoa com Deficiência?

P3

Qual o tipo da sua Deficiência?

Motora

P4

60 ou mais

Qual a sua idade?

17 / 116

P5 **Viúvo (a)**

Qual o seu estado civil?

P6 **Feminino**

Qual seu gênero?

P7 **Acima de R\$ 5.000,00**

Qual a sua renda mensal pessoal?

P8 **Ensino Médio**

Qual seu grau de escolaridade?

P9 **Outros**

Qual sua ocupação atual?

P10 **Sim**

Você reside na cidade de Fortaleza?

P11

Qual bairro você reside?

Jardim América

P12 **Sim**

Você votou nas últimas eleições?

P13 **Sim**

Você recebeu atendimento prioritário no local de votação?

P14 **Sim**

Você necessita do auxílio de acompanhante para votar?

P15 **Sim**

A sua seção eleitoral atende às suas necessidades de adaptação para votar?

P16	Não
Você tem conhecimento da possibilidade de pedir dispensa do voto (sem sanção) no caso em que o seu deslocamento seja muito desgastante ou trabalhoso?	
P17	Não
Você já fez uso dessa dispensa?	
P18	Não
Você já solicitou ajuda do mesário para a resolução de alguma questão envolvendo acessibilidade?	
P19	Sim
Você costuma acompanhar as questões políticas envolvendo as Pessoas com Deficiência?	
P20	Não
Você concorda com a obrigatoriedade do voto para a Pessoa com Deficiência?	
P21	Sim
Você considera que uma seção única para Pessoas com Deficiência facilitaria seu acesso ao voto?	
P22	Não
Você se sentiria discriminado por uma seção única para Pessoa com Deficiência votarem?	
P23	
Qual a importância das eleições para você?	
☆	Muito importante
P24	
Qual seu grau de confiança no sistema eleitoral brasileiro?	
☆	Muito confiável

P25

Você sente o voto como uma obrigação ou oportunidade de mudança social?

Mudança social

P26

Como Pessoa com Deficiência qual você considera a maior dificuldade para o exercício do voto?

Acessibilidade

#6

COMPLETAS

Coletor: Web Link 1 (Link)
Início: Friday, June 12, 2020 3:09:15 PM
Última modificação: Friday, June 12, 2020 3:12:20 PM
Duração: 00:03:05
Endereço IP: 177.207.102.45

Página 1

P1

Aceito

Declaro, em conformidade com a legislação vigente, que aceito participar voluntariamente, de forma livre esclarecida, como sujeito de pesquisa científica da aluna Liana Holanda de Melo. Esclareço que fui informado sobre o objetivo geral desta pesquisa, que é colher resultados obtidos após questionário realizado às pessoas com deficiência que participaram das últimas eleições no município de Fortaleza-Ceará para compor informações para a sua dissertação, no Mestrado de Ciências Sociais e Políticas, na Universidade de Lisboa. O estudo é voltado para a identificação das principais barreiras que existem atualmente ao exercício do voto pelas pessoas com deficiência no município de Fortaleza. Minha participação se dará sob a forma de preenchimento de questionário, desde que seja garantido o absoluto sigilo, que assegure a minha privacidade quanto aos dados confidenciais ou qualquer juízo de valor por mim emitido na oportunidade. Autorizo, ainda, que, garantido o referido sigilo, esses dados possam ser utilizados na elaboração de textos para publicação.

P2

Sim

Você é Pessoa com Deficiência?

P3

Qual o tipo da sua Deficiência?

Esclerose múltipla

P4

33 a 44

Qual a sua idade?

P5 Solteiro (a)

Qual o seu estado civil?

P6 Masculino

Qual seu gênero?

P7 Acima de R\$ 5.000,00

Qual a sua renda mensal pessoal?

P8 Ensino Superior

Qual seu grau de escolaridade?

P9 Outros

Qual sua ocupação atual?

P10 Sim

Você reside na cidade de Fortaleza?

P11

Qual bairro você reside?

São João do Tauape

P12 Sim

Você votou nas últimas eleições?

P13 Sim

Você recebeu atendimento prioritário no local de votação?

P14 Não

Você necessita do auxílio de acompanhante para votar?

P15 Sim

A sua seção eleitoral atende às suas necessidades de adaptação para votar?

P16	Sím
Você tem conhecimento da possibilidade de pedir dispensa do voto (sem sanção) no caso em que o seu deslocamento seja muito desgastante ou trabalhoso?	
<hr/>	
P17	Não
Você já fez uso dessa dispensa?	
<hr/>	
P18	Não
Você já solicitou ajuda do mesário para a resolução de alguma questão envolvendo acessibilidade?	
<hr/>	
P19	Sím
Você costuma acompanhar as questões políticas envolvendo as Pessoas com Deficiência?	
<hr/>	
P20	Sím
Você concorda com a obrigatoriedade do voto para a Pessoa com Deficiência?	
<hr/>	
P21	Não
Você considera que uma seção única para Pessoas com Deficiência facilitaria seu acesso ao voto?	
<hr/>	
P22	Sím
Você se sentiria discriminado por uma seção única para Pessoa com Deficiência votarem?	
<hr/>	
P23	
Qual a importância das eleições para você?	
☆	Muito importante
<hr/>	
P24	
Qual seu grau de confiança no sistema eleitoral brasileiro?	
☆	Muito confiável
<hr/>	

P25

Você sente o voto como uma obrigação ou oportunidade de mudança social?

Sim

P26

Como Pessoa com Deficiência qual você considera a maior dificuldade para o exercício do voto?

Nenhum

#7

COMPLETAS

Coletor: Web Link 1 (Link)
Início: Friday, June 12, 2020 3:10:31 PM
Última modificação: Friday, June 12, 2020 3:12:52 PM
Duração: 00:02:20
Endereço IP: 179.186.156.18

Página 1

P1

Aceito

Declaro, em conformidade com a legislação vigente, que aceito participar voluntariamente, de forma livre esclarecida, como sujeito de pesquisa científica da aluna Liana Holanda de Melo. Esclareço que fui informado sobre o objetivo geral desta pesquisa, que é colher resultados obtidos após questionário realizado às pessoas com deficiência que participaram das últimas eleições no município de Fortaleza-Ceará para compor informações para a sua dissertação, no Mestrado de Ciências Sociais e Políticas, na Universidade de Lisboa. O estudo é voltado para a identificação das principais barreiras que existem atualmente ao exercício do voto pelas pessoas com deficiência no município de Fortaleza. Minha participação se dará sob a forma de preenchimento de questionário, desde que seja garantido o absoluto sigilo, que assegure a minha privacidade quanto aos dados confidenciais ou qualquer juízo de valor por mim emitido na oportunidade. Autorizo, ainda, que, garantido o referido sigilo, esses dados possam ser utilizados na elaboração de textos para publicação.

P2

Sim

Você é Pessoa com Deficiência?

P3

Qual o tipo da sua Deficiência?

Autismo

P4

33 a 44

Qual a sua idade?

P5	Solteiro (a)
Qual o seu estado civil?	
<hr/>	
P6	Feminino
Qual seu gênero?	
<hr/>	
P7	de R\$ 500,00 a R\$ 1.500,00
Qual a sua renda mensal pessoal?	
<hr/>	
P8	Pós-Graduado
Qual seu grau de escolaridade?	
<hr/>	
P9	Trabalho
Qual sua ocupação atual?	
<hr/>	
P10	Sim
Você reside na cidade de Fortaleza?	
<hr/>	
P11	
Qual bairro você reside?	
Parque Manibura	
<hr/>	
P12	Sim
Você votou nas últimas eleições?	
<hr/>	
P13	Não
Você recebeu atendimento prioritário no local de votação?	
<hr/>	
P14	Não
Você necessita do auxílio de acompanhante para votar?	
<hr/>	
P15	Não
A sua seção eleitoral atende às suas necessidades de adaptação para votar?	
<hr/>	

P16	Não
Você tem conhecimento da possibilidade de pedir dispensa do voto (sem sanção) no caso em que o seu deslocamento seja muito desgastante ou trabalhoso?	
<hr/>	
P17	Não
Você já fez uso dessa dispensa?	
<hr/>	
P18	Não
Você já solicitou ajuda do mesário para a resolução de alguma questão envolvendo acessibilidade?	
<hr/>	
P19	Sim
Você costuma acompanhar as questões políticas envolvendo as Pessoas com Deficiência?	
<hr/>	
P20	Sim
Você concorda com a obrigatoriedade do voto para a Pessoa com Deficiência?	
<hr/>	
P21	Não
Você considera que uma seção única para Pessoas com Deficiência facilitaria seu acesso ao voto?	
<hr/>	
P22	Sim
Você se sentiria discriminado por uma seção única para Pessoa com Deficiência votarem?	
<hr/>	
P23	
Qual a importância das eleições para você?	
☆	Razoavelmente importante
<hr/>	
P24	
Qual seu grau de confiança no sistema eleitoral brasileiro?	
☆	Razoavelmente confiável
<hr/>	

P25

Você sente o voto como uma obrigação ou oportunidade de mudança social?

Obrigação

P26

Como Pessoa com Deficiência qual você considera a maior dificuldade para o exercício do voto?

Ir a minha sessão de votação

#8

COMPLETAS

Coletor: Web Link 1 (Link)
Início: Friday, June 12, 2020 3:11:01 PM
Última modificação: Friday, June 12, 2020 3:17:57 PM
Duração: 00:06:55
Endereço IP: 181.222.135.102

Página 1

P1

Aceito

Declaro, em conformidade com a legislação vigente, que aceito participar voluntariamente, de forma livre esclarecida, como sujeito de pesquisa científica da aluna Liana Holanda de Melo. Esclareço que fui informado sobre o objetivo geral desta pesquisa, que é colher resultados obtidos após questionário realizado às pessoas com deficiência que participaram das últimas eleições no município de Fortaleza-Ceará para compor informações para a sua dissertação, no Mestrado de Ciências Sociais e Políticas, na Universidade de Lisboa. O estudo é voltado para a identificação das principais barreiras que existem atualmente ao exercício do voto pelas pessoas com deficiência no município de Fortaleza. Minha participação se dará sob a forma de preenchimento de questionário, desde que seja garantido o absoluto sigilo, que assegure a minha privacidade quanto aos dados confidenciais ou qualquer juízo de valor por mim emitido na oportunidade. Autorizo, ainda, que, garantido o referido sigilo, esses dados possam ser utilizados na elaboração de textos para publicação.

P2

Sim

Você é Pessoa com Deficiência?

P3

Qual o tipo da sua Deficiência?

Física

P4

45 a 59

Qual a sua idade?

P5 Casado (a)

Qual o seu estado civil?

P6 Feminino

Qual seu gênero?

P7 Acima de R\$ 5.000,00

Qual a sua renda mensal pessoal?

P8 Ensino Superior

Qual seu grau de escolaridade?

P9 Outros

Qual sua ocupação atual?

P10 Sim

Você reside na cidade de Fortaleza?

P11

Qual bairro você reside?

Parquelândia

P12 Sim

Você votou nas últimas eleições?

P13 Sim

Você recebeu atendimento prioritário no local de votação?

P14 Não

Você necessita do auxílio de acompanhante para votar?

P15 Não

A sua seção eleitoral atende às suas necessidades de adaptação para votar?

P16	Não
Você tem conhecimento da possibilidade de pedir dispensa do voto (sem sanção) no caso em que o seu deslocamento seja muito desgastante ou trabalhoso?	
<hr/>	
P17	Não
Você já fez uso dessa dispensa?	
<hr/>	
P18	Sim
Você já solicitou ajuda do mesário para a resolução de alguma questão envolvendo acessibilidade?	
<hr/>	
P19	Sim
Você costuma acompanhar as questões políticas envolvendo as Pessoas com Deficiência?	
<hr/>	
P20	Não
Você concorda com a obrigatoriedade do voto para a Pessoa com Deficiência?	
<hr/>	
P21	Não
Você considera que uma seção única para Pessoas com Deficiência facilitaria seu acesso ao voto?	
<hr/>	
P22	Não
Você se sentiria discriminado por uma seção única para Pessoa com Deficiência votarem?	
<hr/>	
P23	
Qual a importância das eleições para você?	
☆	Muito importante
<hr/>	
P24	
Qual seu grau de confiança no sistema eleitoral brasileiro?	
☆	Pouco confiável
<hr/>	

P25

Você sente o voto como uma obrigação ou oportunidade de mudança social?

Obrigação

P26

Como Pessoa com Deficiência qual você considera a maior dificuldade para o exercício do voto?

Mobilidade

#9

COMPLETAS

Coletor: Web Link 1 (Link)
Início: Friday, June 12, 2020 3:15:40 PM
Última modificação: Friday, June 12, 2020 3:27:02 PM
Duração: 00:11:21
Endereço IP: 179.236.245.234

Página 1

P1

Aceito

Declaro, em conformidade com a legislação vigente, que aceito participar voluntariamente, de forma livre esclarecida, como sujeito de pesquisa científica da aluna Liana Holanda de Melo. Esclareço que fui informado sobre o objetivo geral desta pesquisa, que é colher resultados obtidos após questionário realizado às pessoas com deficiência que participaram das últimas eleições no município de Fortaleza-Ceará para compor informações para a sua dissertação, no Mestrado de Ciências Sociais e Políticas, na Universidade de Lisboa. O estudo é voltado para a identificação das principais barreiras que existem atualmente ao exercício do voto pelas pessoas com deficiência no município de Fortaleza. Minha participação se dará sob a forma de preenchimento de questionário, desde que seja garantido o absoluto sigilo, que assegure a minha privacidade quanto aos dados confidenciais ou qualquer juízo de valor por mim emitido na oportunidade. Autorizo, ainda, que, garantido o referido sigilo, esses dados possam ser utilizados na elaboração de textos para publicação.

P2

Sim

Você é Pessoa com Deficiência?

P3

Qual o tipo da sua Deficiência?

Física

P4

33 a 44

Qual a sua idade?

P5 Solteiro (a)

Qual o seu estado civil?

P6 Feminino

Qual seu gênero?

P7 de R\$ 1.500,00 a R\$ 5.000,00

Qual a sua renda mensal pessoal?

P8 Pós-Graduado

Qual seu grau de escolaridade?

P9 Trabalho

Qual sua ocupação atual?

P10 Sim

Você reside na cidade de Fortaleza?

P11

Qual bairro você reside?

Siqueira

P12 Sim

Você votou nas últimas eleições?

P13 Não

Você recebeu atendimento prioritário no local de votação?

P14 Não

Você necessita do auxílio de acompanhante para votar?

P15 Não

A sua seção eleitoral atende às suas necessidades de adaptação para votar?

P16	Não
Você tem conhecimento da possibilidade de pedir dispensa do voto (sem sanção) no caso em que o seu deslocamento seja muito desgastante ou trabalhoso?	
P17	Não
Você já fez uso dessa dispensa?	
P18	Não
Você já solicitou ajuda do mesário para a resolução de alguma questão envolvendo acessibilidade?	
P19	Sim
Você costuma acompanhar as questões políticas envolvendo as Pessoas com Deficiência?	
P20	Não
Você concorda com a obrigatoriedade do voto para a Pessoa com Deficiência?	
P21	Não
Você considera que uma seção única para Pessoas com Deficiência facilitaria seu acesso ao voto?	
P22	Sim
Você se sentiria discriminado por uma seção única para Pessoa com Deficiência votarem?	
P23	
Qual a importância das eleições para você?	
☆	Muito importante
P24	
Qual seu grau de confiança no sistema eleitoral brasileiro?	
☆	Pouco confiável

P25

Você sente o voto como uma obrigação ou oportunidade de mudança social?

Oportunidade de mudança social

P26

Como Pessoa com Deficiência qual você considera a maior dificuldade para o exercício do voto?

A lotação nas seções eleitorais, demora para votar, andar com apoio, andar e ficar muito tempo em pé é cansativo.

#10

COMPLETAS

Coletor: Web Link 1 (Link)
Início: Friday, June 12, 2020 3:41:38 PM
Última modificação: Friday, June 12, 2020 3:51:09 PM
Duração: 00:09:30
Endereço IP: 45.165.250.5

Página 1

P1

Aceito

Declaro, em conformidade com a legislação vigente, que aceito participar voluntariamente, de forma livre esclarecida, como sujeito de pesquisa científica da aluna Liana Holanda de Melo. Esclareço que fui informado sobre o objetivo geral desta pesquisa, que é colher resultados obtidos após questionário realizado às pessoas com deficiência que participaram das últimas eleições no município de Fortaleza-Ceará para compor informações para a sua dissertação, no Mestrado de Ciências Sociais e Políticas, na Universidade de Lisboa. O estudo é voltado para a identificação das principais barreiras que existem atualmente ao exercício do voto pelas pessoas com deficiência no município de Fortaleza. Minha participação se dará sob a forma de preenchimento de questionário, desde que seja garantido o absoluto sigilo, que assegure a minha privacidade quanto aos dados confidenciais ou qualquer juízo de valor por mim emitido na oportunidade. Autorizo, ainda, que, garantido o referido sigilo, esses dados possam ser utilizados na elaboração de textos para publicação.

P2

Sim

Você é Pessoa com Deficiência?

P3

Qual o tipo da sua Deficiência?

lesionado medular

P4

33 a 44

Qual a sua idade?

P5 Casado (a)

Qual o seu estado civil?

P6 Masculino

Qual seu gênero?

P7 de R\$ 1.500,00 a R\$ 5.000,00

Qual a sua renda mensal pessoal?

P8 Ensino Superior

Qual seu grau de escolaridade?

P9 Outros

Qual sua ocupação atual?

P10 Sim

Você reside na cidade de Fortaleza?

P11

Qual bairro você reside?

Mondubim

P12 Sim

Você votou nas últimas eleições?

P13 Sim

Você recebeu atendimento prioritário no local de votação?

P14 Não

Você necessita do auxílio de acompanhante para votar?

P15 Sim

A sua seção eleitoral atende às suas necessidades de adaptação para votar?

P16	Sim
Você tem conhecimento da possibilidade de pedir dispensa do voto (sem sanção) no caso em que o seu deslocamento seja muito desgastante ou trabalhoso?	
P17	Não
Você já fez uso dessa dispensa?	
P18	Não
Você já solicitou ajuda do mesário para a resolução de alguma questão envolvendo acessibilidade?	
P19	Sim
Você costuma acompanhar as questões políticas envolvendo as Pessoas com Deficiência?	
P20	Não
Você concorda com a obrigatoriedade do voto para a Pessoa com Deficiência?	
P21	Não
Você considera que uma seção única para Pessoas com Deficiência facilitaria seu acesso ao voto?	
P22	Sim
Você se sentiria discriminado por uma seção única para Pessoa com Deficiência votarem?	
P23	
Qual a importância das eleições para você?	
☆	Muito importante
P24	
Qual seu grau de confiança no sistema eleitoral brasileiro?	
☆	Pouco confiável

P25

Você sente o voto como uma obrigação ou oportunidade de mudança social?

mudança social

P26

Como Pessoa com Deficiência qual você considera a maior dificuldade para o exercício do voto?

deslocamento

#11

COMPLETAS

Coletor: Web Link 1 (Link)
Início: Friday, June 12, 2020 4:09:37 PM
Última modificação: Friday, June 12, 2020 4:15:42 PM
Duração: 00:06:05
Endereço IP: 191.34.189.132

Página 1

P1

Aceito

Declaro, em conformidade com a legislação vigente, que aceito participar voluntariamente, de forma livre esclarecida, como sujeito de pesquisa científica da aluna Liana Holanda de Melo. Esclareço que fui informado sobre o objetivo geral desta pesquisa, que é colher resultados obtidos após questionário realizado às pessoas com deficiência que participaram das últimas eleições no município de Fortaleza-Ceará para compor informações para a sua dissertação, no Mestrado de Ciências Sociais e Políticas, na Universidade de Lisboa. O estudo é voltado para a identificação das principais barreiras que existem atualmente ao exercício do voto pelas pessoas com deficiência no município de Fortaleza. Minha participação se dará sob a forma de preenchimento de questionário, desde que seja garantido o absoluto sigilo, que assegure a minha privacidade quanto aos dados confidenciais ou qualquer juízo de valor por mim emitido na oportunidade. Autorizo, ainda, que, garantido o referido sigilo, esses dados possam ser utilizados na elaboração de textos para publicação.

P2

Sim

Você é Pessoa com Deficiência?

P3

Qual o tipo da sua Deficiência?

Hemiplagia

P4

33 a 44

Qual a sua idade?

P5	Casado (a)
Qual o seu estado civil?	
<hr/>	
P6	Masculino
Qual seu gênero?	
<hr/>	
P7	de R\$ 500,00 a R\$ 1.500,00
Qual a sua renda mensal pessoal?	
<hr/>	
P8	Ensino Médio
Qual seu grau de escolaridade?	
<hr/>	
P9	Outros
Qual sua ocupação atual?	
<hr/>	
P10	Sim
Você reside na cidade de Fortaleza?	
<hr/>	
P11	
Qual bairro você reside?	
Aerolandia	
<hr/>	
P12	Sim
Você votou nas últimas eleições?	
<hr/>	
P13	Sim
Você recebeu atendimento prioritário no local de votação?	
<hr/>	
P14	Não
Você necessita do auxílio de acompanhante para votar?	
<hr/>	
P15	Sim
A sua seção eleitoral atende às suas necessidades de adaptação para votar?	
<hr/>	

P16	Não
Você tem conhecimento da possibilidade de pedir dispensa do voto (sem sanção) no caso em que o seu deslocamento seja muito desgastante ou trabalhoso?	
P17	Não
Você já fez uso dessa dispensa?	
P18	Não
Você já solicitou ajuda do mesário para a resolução de alguma questão envolvendo acessibilidade?	
P19	Não
Você costuma acompanhar as questões políticas envolvendo as Pessoas com Deficiência?	
P20	Sim
Você concorda com a obrigatoriedade do voto para a Pessoa com Deficiência?	
P21	Não
Você considera que uma seção única para Pessoas com Deficiência facilitaria seu acesso ao voto?	
P22	Não
Você se sentiria discriminado por uma seção única para Pessoa com Deficiência votarem?	
P23	
Qual a importância das eleições para você?	
☆	Muito importante
P24	
Qual seu grau de confiança no sistema eleitoral brasileiro?	
☆	Razoavelmente confiável

P25

Você sente o voto como uma obrigação ou oportunidade de mudança social?

Sim

P26

Como Pessoa com Deficiência qual você considera a maior dificuldade para o exercício do voto?

Locomocao

#12

COMPLETAS

Coletor: Web Link 1 (Link)
Início: Friday, June 12, 2020 4:13:02 PM
Última modificação: Friday, June 12, 2020 4:17:21 PM
Duração: 00:04:18
Endereço IP: 201.51.109.253

Página 1

P1

Aceito

Declaro, em conformidade com a legislação vigente, que aceito participar voluntariamente, de forma livre esclarecida, como sujeito de pesquisa científica da aluna Liana Holanda de Melo. Esclareço que fui informado sobre o objetivo geral desta pesquisa, que é colher resultados obtidos após questionário realizado às pessoas com deficiência que participaram das últimas eleições no município de Fortaleza-Ceará para compor informações para a sua dissertação, no Mestrado de Ciências Sociais e Políticas, na Universidade de Lisboa. O estudo é voltado para a identificação das principais barreiras que existem atualmente ao exercício do voto pelas pessoas com deficiência no município de Fortaleza. Minha participação se dará sob a forma de preenchimento de questionário, desde que seja garantido o absoluto sigilo, que assegure a minha privacidade quanto aos dados confidenciais ou qualquer juízo de valor por mim emitido na oportunidade. Autorizo, ainda, que, garantido o referido sigilo, esses dados possam ser utilizados na elaboração de textos para publicação.

P2

Sim

Você é Pessoa com Deficiência?

P3

Qual o tipo da sua Deficiência?

Motora

P4

45 a 59

Qual a sua idade?

P5	Viúvo (a)
Qual o seu estado civil?	
<hr/>	
P6	Feminino
Qual seu gênero?	
<hr/>	
P7	Acima de R\$ 5.000,00
Qual a sua renda mensal pessoal?	
<hr/>	
P8	Ensino Superior
Qual seu grau de escolaridade?	
<hr/>	
P9	Trabalho
Qual sua ocupação atual?	
<hr/>	
P10	Sim
Você reside na cidade de Fortaleza?	
<hr/>	
P11	
Qual bairro você reside?	
BARROSO	
<hr/>	
P12	Sim
Você votou nas últimas eleições?	
<hr/>	
P13	Não
Você recebeu atendimento prioritário no local de votação?	
<hr/>	
P14	Não
Você necessita do auxílio de acompanhante para votar?	
<hr/>	
P15	Sim
A sua seção eleitoral atende às suas necessidades de adaptação para votar?	
<hr/>	

P16	Sim
Você tem conhecimento da possibilidade de pedir dispensa do voto (sem sanção) no caso em que o seu deslocamento seja muito desgastante ou trabalhoso?	
<hr/>	
P17	Não
Você já fez uso dessa dispensa?	
<hr/>	
P18	Não
Você já solicitou ajuda do mesário para a resolução de alguma questão envolvendo acessibilidade?	
<hr/>	
P19	Sim
Você costuma acompanhar as questões políticas envolvendo as Pessoas com Deficiência?	
<hr/>	
P20	Sim
Você concorda com a obrigatoriedade do voto para a Pessoa com Deficiência?	
<hr/>	
P21	Sim
Você considera que uma seção única para Pessoas com Deficiência facilitaria seu acesso ao voto?	
<hr/>	
P22	Não
Você se sentiria discriminado por uma seção única para Pessoa com Deficiência votarem?	
<hr/>	
P23	
Qual a importância das eleições para você?	
☆	Muito importante
<hr/>	
P24	
Qual seu grau de confiança no sistema eleitoral brasileiro?	
☆	Pouco confiável
<hr/>	

P25

Você sente o voto como uma obrigação ou oportunidade de mudança social?

Oportunidade de mudança

P26

Como Pessoa com Deficiência qual você considera a maior dificuldade para o exercício do voto?

Acessibilidade

#13

COMPLETAS

Coletor: Web Link 1 (Link)
Início: Friday, June 12, 2020 5:20:26 PM
Última modificação: Friday, June 12, 2020 5:25:45 PM
Duração: 00:05:19
Endereço IP: 201.20.75.62

Página 1

P1

Aceito

Declaro, em conformidade com a legislação vigente, que aceito participar voluntariamente, de forma livre esclarecida, como sujeito de pesquisa científica da aluna Liana Holanda de Melo. Esclareço que fui informado sobre o objetivo geral desta pesquisa, que é colher resultados obtidos após questionário realizado às pessoas com deficiência que participaram das últimas eleições no município de Fortaleza-Ceará para compor informações para a sua dissertação, no Mestrado de Ciências Sociais e Políticas, na Universidade de Lisboa. O estudo é voltado para a identificação das principais barreiras que existem atualmente ao exercício do voto pelas pessoas com deficiência no município de Fortaleza. Minha participação se dará sob a forma de preenchimento de questionário, desde que seja garantido o absoluto sigilo, que assegure a minha privacidade quanto aos dados confidenciais ou qualquer juízo de valor por mim emitido na oportunidade. Autorizo, ainda, que, garantido o referido sigilo, esses dados possam ser utilizados na elaboração de textos para publicação.

P2

Sim

Você é Pessoa com Deficiência?

P3

Qual o tipo da sua Deficiência?

Física

P4

60 ou mais

Qual a sua idade?

P5 Solteiro (a)

Qual o seu estado civil?

P6 Masculino

Qual seu gênero?

P7 de R\$ 1.500,00 a R\$ 5.000,00

Qual a sua renda mensal pessoal?

P8 Ensino Superior

Qual seu grau de escolaridade?

P9 Trabalho

Qual sua ocupação atual?

P10 Sim

Você reside na cidade de Fortaleza?

P11

Qual bairro você reside?

João XXIII

P12 Sim

Você votou nas últimas eleições?

P13 Não

Você recebeu atendimento prioritário no local de votação?

P14 Não

Você necessita do auxílio de acompanhante para votar?

P15 Sim

A sua seção eleitoral atende às suas necessidades de adaptação para votar?

P16	Sím
Você tem conhecimento da possibilidade de pedir dispensa do voto (sem sanção) no caso em que o seu deslocamento seja muito desgastante ou trabalhoso?	
<hr/>	
P17	Não
Você já fez uso dessa dispensa?	
<hr/>	
P18	Não
Você já solicitou ajuda do mesário para a resolução de alguma questão envolvendo acessibilidade?	
<hr/>	
P19	Sím
Você costuma acompanhar as questões políticas envolvendo as Pessoas com Deficiência?	
<hr/>	
P20	Sím
Você concorda com a obrigatoriedade do voto para a Pessoa com Deficiência?	
<hr/>	
P21	Não
Você considera que uma seção única para Pessoas com Deficiência facilitaria seu acesso ao voto?	
<hr/>	
P22	Sím
Você se sentiria discriminado por uma seção única para Pessoa com Deficiência votarem?	
<hr/>	
P23	
Qual a importância das eleições para você?	
☆	Muito importante
<hr/>	
P24	
Qual seu grau de confiança no sistema eleitoral brasileiro?	
☆	Muito confiável
<hr/>	

P25

Você sente o voto como uma obrigação ou oportunidade de mudança social?

Oportunidade de mudança social

P26

Como Pessoa com Deficiência qual você considera a maior dificuldade para o exercício do voto?

Acessibilidade

#14

COMPLETAS

Coletor: Web Link 1 (Link)
Início: Friday, June 12, 2020 6:11:32 PM
Última modificação: Friday, June 12, 2020 6:28:39 PM
Duração: 00:17:07
Endereço IP: 152.237.71.60

Página 1

P1

Aceito

Declaro, em conformidade com a legislação vigente, que aceito participar voluntariamente, de forma livre esclarecida, como sujeito de pesquisa científica da aluna Liana Holanda de Melo. Esclareço que fui informado sobre o objetivo geral desta pesquisa, que é colher resultados obtidos após questionário realizado às pessoas com deficiência que participaram das últimas eleições no município de Fortaleza-Ceará para compor informações para a sua dissertação, no Mestrado de Ciências Sociais e Políticas, na Universidade de Lisboa. O estudo é voltado para a identificação das principais barreiras que existem atualmente ao exercício do voto pelas pessoas com deficiência no município de Fortaleza. Minha participação se dará sob a forma de preenchimento de questionário, desde que seja garantido o absoluto sigilo, que assegure a minha privacidade quanto aos dados confidenciais ou qualquer juízo de valor por mim emitido na oportunidade. Autorizo, ainda, que, garantido o referido sigilo, esses dados possam ser utilizados na elaboração de textos para publicação.

P2

Sim

Você é Pessoa com Deficiência?

P3

Qual o tipo da sua Deficiência?

Lesão medular T4 T5 física

P4

45 a 59

Qual a sua idade?

P5 Solteiro (a)

Qual o seu estado civil?

P6 Feminino

Qual seu gênero?

P7 Não há

Qual a sua renda mensal pessoal?

P8 Ensino Superior

Qual seu grau de escolaridade?

P9 Outros

Qual sua ocupação atual?

P10 Sim

Você reside na cidade de Fortaleza?

P11

Qual bairro você reside?

Parque dois irmãos

P12 Sim

Você votou nas últimas eleições?

P13 Não

Você recebeu atendimento prioritário no local de votação?

P14 Sim

Você necessita do auxílio de acompanhante para votar?

P15 Não

A sua seção eleitoral atende às suas necessidades de adaptação para votar?

P16	Não
Você tem conhecimento da possibilidade de pedir dispensa do voto (sem sanção) no caso em que o seu deslocamento seja muito desgastante ou trabalhoso?	
<hr/>	
P17	Não
Você já fez uso dessa dispensa?	
<hr/>	
P18	Sim
Você já solicitou ajuda do mesário para a resolução de alguma questão envolvendo acessibilidade?	
<hr/>	
P19	Sim
Você costuma acompanhar as questões políticas envolvendo as Pessoas com Deficiência?	
<hr/>	
P20	Sim
Você concorda com a obrigatoriedade do voto para a Pessoa com Deficiência?	
<hr/>	
P21	Não
Você considera que uma seção única para Pessoas com Deficiência facilitaria seu acesso ao voto?	
<hr/>	
P22	Sim
Você se sentiria discriminado por uma seção única para Pessoa com Deficiência votarem?	
<hr/>	
P23	
Qual a importância das eleições para você?	
☆	Razoavelmente importante
<hr/>	
P24	
Qual seu grau de confiança no sistema eleitoral brasileiro?	
☆	Razoavelmente confiável
<hr/>	

P25

Você sente o voto como uma obrigação ou oportunidade de mudança social?

Mudança social ,mais não vai depender do do meu tera que outros pensem da mesma forma para usar O voto para acontecer a mudança no contexto geral

P26

Como Pessoa com Deficiência qual você considera a maior dificuldade para o exercício do voto?

Ver como os políticos estão cada vez roubando para tirar proveito para si e não fazer mudança ,em prol de todos .

#15

COMPLETAS

Coletor: Web Link 1 (Link)
Início: Friday, June 12, 2020 6:47:22 PM
Última modificação: Friday, June 12, 2020 6:54:29 PM
Duração: 00:07:06
Endereço IP: 187.18.132.34

Página 1

P1

Aceito

Declaro, em conformidade com a legislação vigente, que aceito participar voluntariamente, de forma livre esclarecida, como sujeito de pesquisa científica da aluna Liana Holanda de Melo. Esclareço que fui informado sobre o objetivo geral desta pesquisa, que é colher resultados obtidos após questionário realizado às pessoas com deficiência que participaram das últimas eleições no município de Fortaleza-Ceará para compor informações para a sua dissertação, no Mestrado de Ciências Sociais e Políticas, na Universidade de Lisboa. O estudo é voltado para a identificação das principais barreiras que existem atualmente ao exercício do voto pelas pessoas com deficiência no município de Fortaleza. Minha participação se dará sob a forma de preenchimento de questionário, desde que seja garantido o absoluto sigilo, que assegure a minha privacidade quanto aos dados confidenciais ou qualquer juízo de valor por mim emitido na oportunidade. Autorizo, ainda, que, garantido o referido sigilo, esses dados possam ser utilizados na elaboração de textos para publicação.

P2

Sim

Você é Pessoa com Deficiência?

P3

Qual o tipo da sua Deficiência?

Paraplegia

P4

60 ou mais

Qual a sua idade?

57 / 116

P5 Casado (a)

Qual o seu estado civil?

P6 Masculino

Qual seu gênero?

P7 Acima de R\$ 5.000,00

Qual a sua renda mensal pessoal?

P8 Pós-Graduado

Qual seu grau de escolaridade?

P9 Outros

Qual sua ocupação atual?

P10 Sim

Você reside na cidade de Fortaleza?

P11

Qual bairro você reside?

Dionísio Torres

P12 Sim

Você votou nas últimas eleições?

P13 Sim

Você recebeu atendimento prioritário no local de votação?

P14 Sim

Você necessita do auxílio de acompanhante para votar?

P15 Sim

A sua seção eleitoral atende às suas necessidades de adaptação para votar?

P16	Sim
Você tem conhecimento da possibilidade de pedir dispensa do voto (sem sanção) no caso em que o seu deslocamento seja muito desgastante ou trabalhoso?	
P17	Não
Você já fez uso dessa dispensa?	
P18	Não
Você já solicitou ajuda do mesário para a resolução de alguma questão envolvendo acessibilidade?	
P19	Sim
Você costuma acompanhar as questões políticas envolvendo as Pessoas com Deficiência?	
P20	Não
Você concorda com a obrigatoriedade do voto para a Pessoa com Deficiência?	
P21	Sim
Você considera que uma seção única para Pessoas com Deficiência facilitaria seu acesso ao voto?	
P22	Não
Você se sentiria discriminado por uma seção única para Pessoa com Deficiência votarem?	
P23	
Qual a importância das eleições para você?	
☆	Muito importante
P24	
Qual seu grau de confiança no sistema eleitoral brasileiro?	
☆	Razoavelmente confiável

P25

Você sente o voto como uma obrigação ou oportunidade de mudança social?

Mudança Social a

P26

Como Pessoa com Deficiência qual você considera a maior dificuldade para o exercício do voto?

As calçadas

#16

COMPLETAS

Coletor: Web Link 1 (Link)
Início: Friday, June 12, 2020 9:49:27 PM
Última modificação: Friday, June 12, 2020 9:53:27 PM
Duração: 00:04:00
Endereço IP: 191.190.85.40

Página 1

P1

Aceito

Declaro, em conformidade com a legislação vigente, que aceito participar voluntariamente, de forma livre esclarecida, como sujeito de pesquisa científica da aluna Liana Holanda de Melo. Esclareço que fui informado sobre o objetivo geral desta pesquisa, que é colher resultados obtidos após questionário realizado às pessoas com deficiência que participaram das últimas eleições no município de Fortaleza-Ceará para compor informações para a sua dissertação, no Mestrado de Ciências Sociais e Políticas, na Universidade de Lisboa. O estudo é voltado para a identificação das principais barreiras que existem atualmente ao exercício do voto pelas pessoas com deficiência no município de Fortaleza. Minha participação se dará sob a forma de preenchimento de questionário, desde que seja garantido o absoluto sigilo, que assegure a minha privacidade quanto aos dados confidenciais ou qualquer juízo de valor por mim emitido na oportunidade. Autorizo, ainda, que, garantido o referido sigilo, esses dados possam ser utilizados na elaboração de textos para publicação.

P2

Sim

Você é Pessoa com Deficiência?

P3

Qual o tipo da sua Deficiência?

Física

P4

33 a 44

Qual a sua idade?

P5 Casado (a)

Qual o seu estado civil?

P6 Masculino

Qual seu gênero?

P7 de R\$ 1.500,00 a R\$ 5.000,00

Qual a sua renda mensal pessoal?

P8 Ensino Médio

Qual seu grau de escolaridade?

P9 Trabalho

Qual sua ocupação atual?

P10 Sim

Você reside na cidade de Fortaleza?

P11

Qual bairro você reside?

Passaré

P12 Sim

Você votou nas últimas eleições?

P13 Não

Você recebeu atendimento prioritário no local de votação?

P14 Não

Você necessita do auxílio de acompanhante para votar?

P15 Sim

A sua seção eleitoral atende às suas necessidades de adaptação para votar?

P16	Não
Você tem conhecimento da possibilidade de pedir dispensa do voto (sem sanção) no caso em que o seu deslocamento seja muito desgastante ou trabalhoso?	
P17	Não
Você já fez uso dessa dispensa?	
P18	Não
Você já solicitou ajuda do mesário para a resolução de alguma questão envolvendo acessibilidade?	
P19	Sim
Você costuma acompanhar as questões políticas envolvendo as Pessoas com Deficiência?	
P20	Não
Você concorda com a obrigatoriedade do voto para a Pessoa com Deficiência?	
P21	Não
Você considera que uma seção única para Pessoas com Deficiência facilitaria seu acesso ao voto?	
P22	Sim
Você se sentiria discriminado por uma seção única para Pessoa com Deficiência votarem?	
P23	
Qual a importância das eleições para você?	
☆	Muito importante
P24	
Qual seu grau de confiança no sistema eleitoral brasileiro?	
☆	Muito confiável

P25

Você sente o voto como uma obrigação ou oportunidade de mudança social?

Oportunidade de mudança Social

P26

Como Pessoa com Deficiência qual você considera a maior dificuldade para o exercício do voto?

Acessibilidade

#17

COMPLETAS

Coletor: Web Link 1 (Link)
Início: Friday, June 12, 2020 10:03:10 PM
Última modificação: Friday, June 12, 2020 10:06:18 PM
Duração: 00:03:07
Endereço IP: 179.199.189.177

Página 1

P1

Aceito

Declaro, em conformidade com a legislação vigente, que aceito participar voluntariamente, de forma livre esclarecida, como sujeito de pesquisa científica da aluna Liana Holanda de Melo. Esclareço que fui informado sobre o objetivo geral desta pesquisa, que é colher resultados obtidos após questionário realizado às pessoas com deficiência que participaram das últimas eleições no município de Fortaleza-Ceará para compor informações para a sua dissertação, no Mestrado de Ciências Sociais e Políticas, na Universidade de Lisboa. O estudo é voltado para a identificação das principais barreiras que existem atualmente ao exercício do voto pelas pessoas com deficiência no município de Fortaleza. Minha participação se dará sob a forma de preenchimento de questionário, desde que seja garantido o absoluto sigilo, que assegure a minha privacidade quanto aos dados confidenciais ou qualquer juízo de valor por mim emitido na oportunidade. Autorizo, ainda, que, garantido o referido sigilo, esses dados possam ser utilizados na elaboração de textos para publicação.

P2

Sim

Você é Pessoa com Deficiência?

P3

Qual o tipo da sua Deficiência?

Física cadeirante

P4

25 a 32

Qual a sua idade?

P5 Solteiro (a)

Qual o seu estado civil?

P6 Feminino

Qual seu gênero?

P7 de R\$ 1.500,00 a R\$ 5.000,00

Qual a sua renda mensal pessoal?

P8 Ensino Superior

Qual seu grau de escolaridade?

P9 Trabalho

Qual sua ocupação atual?

P10 Sim

Você reside na cidade de Fortaleza?

P11

Qual bairro você reside?

Henrique Jorge

P12 Sim

Você votou nas últimas eleições?

P13 Sim

Você recebeu atendimento prioritário no local de votação?

P14 Não

Você necessita do auxílio de acompanhante para votar?

P15 Sim

A sua seção eleitoral atende às suas necessidades de adaptação para votar?

P16	Não
Você tem conhecimento da possibilidade de pedir dispensa do voto (sem sanção) no caso em que o seu deslocamento seja muito desgastante ou trabalhoso?	
P17	Não
Você já fez uso dessa dispensa?	
P18	Sim
Você já solicitou ajuda do mesário para a resolução de alguma questão envolvendo acessibilidade?	
P19	Sim
Você costuma acompanhar as questões políticas envolvendo as Pessoas com Deficiência?	
P20	Sim
Você concorda com a obrigatoriedade do voto para a Pessoa com Deficiência?	
P21	Sim
Você considera que uma seção única para Pessoas com Deficiência facilitaria seu acesso ao voto?	
P22	Não
Você se sentiria discriminado por uma seção única para Pessoa com Deficiência votarem?	
P23	
Qual a importância das eleições para você?	
☆	Razoavelmente importante
P24	
Qual seu grau de confiança no sistema eleitoral brasileiro?	
☆	Razoavelmente confiável

P25

Você sente o voto como uma obrigação ou oportunidade de mudança social?

Oportunidade de mudança

P26

Como Pessoa com Deficiência qual você considera a maior dificuldade para o exercício do voto?

Nenhuma

#18

COMPLETAS

Coletor: Web Link 1 (Link)
Início: Friday, June 12, 2020 11:28:25 PM
Última modificação: Friday, June 12, 2020 11:35:00 PM
Duração: 00:06:35
Endereço IP: 187.105.46.16

Página 1

P1

Aceito

Declaro, em conformidade com a legislação vigente, que aceito participar voluntariamente, de forma livre esclarecida, como sujeito de pesquisa científica da aluna Liana Holanda de Melo. Esclareço que fui informado sobre o objetivo geral desta pesquisa, que é colher resultados obtidos após questionário realizado às pessoas com deficiência que participaram das últimas eleições no município de Fortaleza-Ceará para compor informações para a sua dissertação, no Mestrado de Ciências Sociais e Políticas, na Universidade de Lisboa. O estudo é voltado para a identificação das principais barreiras que existem atualmente ao exercício do voto pelas pessoas com deficiência no município de Fortaleza. Minha participação se dará sob a forma de preenchimento de questionário, desde que seja garantido o absoluto sigilo, que assegure a minha privacidade quanto aos dados confidenciais ou qualquer juízo de valor por mim emitido na oportunidade. Autorizo, ainda, que, garantido o referido sigilo, esses dados possam ser utilizados na elaboração de textos para publicação.

P2

Sim

Você é Pessoa com Deficiência?

P3

Qual o tipo da sua Deficiência?

Paralisia infantil

P4

45 a 59

Qual a sua idade?

P5 Solteiro (a)

Qual o seu estado civil?

P6 Feminino

Qual seu gênero?

P7 até R\$ 500,00

Qual a sua renda mensal pessoal?

P8 Ensino Médio

Qual seu grau de escolaridade?

P9 Outros

Qual sua ocupação atual?

P10 Sim

Você reside na cidade de Fortaleza?

P11

Qual bairro você reside?

Maraponga

P12 Sim

Você votou nas últimas eleições?

P13 Sim

Você recebeu atendimento prioritário no local de votação?

P14 Sim

Você necessita do auxílio de acompanhante para votar?

P15 Não

A sua seção eleitoral atende às suas necessidades de adaptação para votar?

P16	Sim
Você tem conhecimento da possibilidade de pedir dispensa do voto (sem sanção) no caso em que o seu deslocamento seja muito desgastante ou trabalhoso?	
P17	Não
Você já fez uso dessa dispensa?	
P18	Sim
Você já solicitou ajuda do mesário para a resolução de alguma questão envolvendo acessibilidade?	
P19	Sim
Você costuma acompanhar as questões políticas envolvendo as Pessoas com Deficiência?	
P20	Sim
Você concorda com a obrigatoriedade do voto para a Pessoa com Deficiência?	
P21	Sim
Você considera que uma seção única para Pessoas com Deficiência facilitaria seu acesso ao voto?	
P22	Não
Você se sentiria discriminado por uma seção única para Pessoa com Deficiência votarem?	
P23	
Qual a importância das eleições para você?	
☆	Muito importante
P24	
Qual seu grau de confiança no sistema eleitoral brasileiro?	
☆	Muito confiável

P25

Você sente o voto como uma obrigação ou oportunidade de mudança social?

Muito importante

P26

Como Pessoa com Deficiência qual você considera a maior dificuldade para o exercício do voto?

Quando chego no local de votação e tem escada

#19

COMPLETAS

Coletor: Web Link 1 (Link)
Início: Saturday, June 13, 2020 7:26:01 PM
Última modificação: Saturday, June 13, 2020 7:32:05 PM
Duração: 00:06:03
Endereço IP: 177.22.45.236

Página 1

P1

Aceito

Declaro, em conformidade com a legislação vigente, que aceito participar voluntariamente, de forma livre esclarecida, como sujeito de pesquisa científica da aluna Liana Holanda de Melo. Esclareço que fui informado sobre o objetivo geral desta pesquisa, que é colher resultados obtidos após questionário realizado às pessoas com deficiência que participaram das últimas eleições no município de Fortaleza-Ceará para compor informações para a sua dissertação, no Mestrado de Ciências Sociais e Políticas, na Universidade de Lisboa. O estudo é voltado para a identificação das principais barreiras que existem atualmente ao exercício do voto pelas pessoas com deficiência no município de Fortaleza. Minha participação se dará sob a forma de preenchimento de questionário, desde que seja garantido o absoluto sigilo, que assegure a minha privacidade quanto aos dados confidenciais ou qualquer juízo de valor por mim emitido na oportunidade. Autorizo, ainda, que, garantido o referido sigilo, esses dados possam ser utilizados na elaboração de textos para publicação.

P2

Sim

Você é Pessoa com Deficiência?

P3

Qual o tipo da sua Deficiência?

Poliomielite

P4

25 a 32

Qual a sua idade?

P5 Casado (a)

Qual o seu estado civil?

P6 Feminino

Qual seu gênero?

P7 de R\$ 1.500,00 a R\$ 5.000,00

Qual a sua renda mensal pessoal?

P8 Ensino Superior

Qual seu grau de escolaridade?

P9 Trabalho

Qual sua ocupação atual?

P10 Sim

Você reside na cidade de Fortaleza?

P11

Qual bairro você reside?

Jóquei

P12 Sim

Você votou nas últimas eleições?

P13 Sim

Você recebeu atendimento prioritário no local de votação?

P14 Não

Você necessita do auxílio de acompanhante para votar?

P15 Sim

A sua seção eleitoral atende às suas necessidades de adaptação para votar?

P16	Não
Você tem conhecimento da possibilidade de pedir dispensa do voto (sem sanção) no caso em que o seu deslocamento seja muito desgastante ou trabalhoso?	
<hr/>	
P17	Não
Você já fez uso dessa dispensa?	
<hr/>	
P18	Não
Você já solicitou ajuda do mesário para a resolução de alguma questão envolvendo acessibilidade?	
<hr/>	
P19	Sim
Você costuma acompanhar as questões políticas envolvendo as Pessoas com Deficiência?	
<hr/>	
P20	Sim
Você concorda com a obrigatoriedade do voto para a Pessoa com Deficiência?	
<hr/>	
P21	Não
Você considera que uma seção única para Pessoas com Deficiência facilitaria seu acesso ao voto?	
<hr/>	
P22	Sim
Você se sentiria discriminado por uma seção única para Pessoa com Deficiência votarem?	
<hr/>	
P23	
Qual a importância das eleições para você?	
☆	Muito importante
<hr/>	
P24	
Qual seu grau de confiança no sistema eleitoral brasileiro?	
☆	Razoavelmente confiável
<hr/>	

P25

Você sente o voto como uma obrigação ou oportunidade de mudança social?

Oportunidade de mudança social

P26

Como Pessoa com Deficiência qual você considera a maior dificuldade para o exercício do voto?

Eu não sinto dificuldade com relação a seção ou estrutura, a minha dificuldade é a ignorância de quem está nas filas mesmo. O ser humano ainda é muito ignorante.

#20

COMPLETAS

Coletor: Web Link 1 (Link)
Início: Saturday, June 13, 2020 11:10:51 PM
Última modificação: Saturday, June 13, 2020 11:15:06 PM
Duração: 00:04:15
Endereço IP: 177.51.75.248

Página 1

P1

Aceito

Declaro, em conformidade com a legislação vigente, que aceito participar voluntariamente, de forma livre esclarecida, como sujeito de pesquisa científica da aluna Liana Holanda de Melo. Esclareço que fui informado sobre o objetivo geral desta pesquisa, que é colher resultados obtidos após questionário realizado às pessoas com deficiência que participaram das últimas eleições no município de Fortaleza-Ceará para compor informações para a sua dissertação, no Mestrado de Ciências Sociais e Políticas, na Universidade de Lisboa. O estudo é voltado para a identificação das principais barreiras que existem atualmente ao exercício do voto pelas pessoas com deficiência no município de Fortaleza. Minha participação se dará sob a forma de preenchimento de questionário, desde que seja garantido o absoluto sigilo, que assegure a minha privacidade quanto aos dados confidenciais ou qualquer juízo de valor por mim emitido na oportunidade. Autorizo, ainda, que, garantido o referido sigilo, esses dados possam ser utilizados na elaboração de textos para publicação.

P2

Sim

Você é Pessoa com Deficiência?

P3

Qual o tipo da sua Deficiência?

Física

P4

45 a 59

Qual a sua idade?

77 / 116

P5 Solteiro (a)

Qual o seu estado civil?

P6 Feminino

Qual seu gênero?

P7 de R\$ 1.500,00 a R\$ 5.000,00

Qual a sua renda mensal pessoal?

P8 Pós-Graduado

Qual seu grau de escolaridade?

P9 Trabalho

Qual sua ocupação atual?

P10 Sim

Você reside na cidade de Fortaleza?

P11

Qual bairro você reside?

São Gerardo

P12 Sim

Você votou nas últimas eleições?

P13 Sim

Você recebeu atendimento prioritário no local de votação?

P14 Não

Você necessita do auxílio de acompanhante para votar?

P15 Sim

A sua seção eleitoral atende às suas necessidades de adaptação para votar?

P16	Sím
Você tem conhecimento da possibilidade de pedir dispensa do voto (sem sanção) no caso em que o seu deslocamento seja muito desgastante ou trabalhoso?	
P17	Não
Você já fez uso dessa dispensa?	
P18	Sím
Você já solicitou ajuda do mesário para a resolução de alguma questão envolvendo acessibilidade?	
P19	Sím
Você costuma acompanhar as questões políticas envolvendo as Pessoas com Deficiência?	
P20	Sím
Você concorda com a obrigatoriedade do voto para a Pessoa com Deficiência?	
P21	Não
Você considera que uma seção única para Pessoas com Deficiência facilitaria seu acesso ao voto?	
P22	Sím
Você se sentiria discriminado por uma seção única para Pessoa com Deficiência votarem?	
P23	
Qual a importância das eleições para você?	
☆	Muito importante
P24	
Qual seu grau de confiança no sistema eleitoral brasileiro?	
☆	Razoavelmente confiável

P25

Você sente o voto como uma obrigação ou oportunidade de mudança social?

Obrigação

P26

Como Pessoa com Deficiência qual você considera a maior dificuldade para o exercício do voto?

Falta de mobilidade urbana

#21

COMPLETAS

Coletor: Web Link 1 (Link)
Início: Saturday, June 13, 2020 11:38:06 PM
Última modificação: Saturday, June 13, 2020 11:48:35 PM
Duração: 00:10:29
Endereço IP: 191.190.111.84

Página 1

P1

Aceito

Declaro, em conformidade com a legislação vigente, que aceito participar voluntariamente, de forma livre esclarecida, como sujeito de pesquisa científica da aluna Liana Holanda de Melo. Esclareço que fui informado sobre o objetivo geral desta pesquisa, que é colher resultados obtidos após questionário realizado às pessoas com deficiência que participaram das últimas eleições no município de Fortaleza-Ceará para compor informações para a sua dissertação, no Mestrado de Ciências Sociais e Políticas, na Universidade de Lisboa. O estudo é voltado para a identificação das principais barreiras que existem atualmente ao exercício do voto pelas pessoas com deficiência no município de Fortaleza. Minha participação se dará sob a forma de preenchimento de questionário, desde que seja garantido o absoluto sigilo, que assegure a minha privacidade quanto aos dados confidenciais ou qualquer juízo de valor por mim emitido na oportunidade. Autorizo, ainda, que, garantido o referido sigilo, esses dados possam ser utilizados na elaboração de textos para publicação.

P2

Sim

Você é Pessoa com Deficiência?

P3

Qual o tipo da sua Deficiência?

Nasci com a perna mais curta

P4

60 ou mais

Qual a sua idade?

P5 Casado (a)

Qual o seu estado civil?

P6 Feminino

Qual seu gênero?

P7 de R\$ 1.500,00 a R\$ 5.000,00

Qual a sua renda mensal pessoal?

P8 Ensino Médio

Qual seu grau de escolaridade?

P9 Outros

Qual sua ocupação atual?

P10 Sim

Você reside na cidade de Fortaleza?

P11

Qual bairro você reside?

Edson Queiroz

P12 Sim

Você votou nas últimas eleições?

P13 Sim

Você recebeu atendimento prioritário no local de votação?

P14 Não

Você necessita do auxílio de acompanhante para votar?

P15 Sim

A sua seção eleitoral atende às suas necessidades de adaptação para votar?

P16	Não
Você tem conhecimento da possibilidade de pedir dispensa do voto (sem sanção) no caso em que o seu deslocamento seja muito desgastante ou trabalhoso?	
P17	Não
Você já fez uso dessa dispensa?	
P18	Sim
Você já solicitou ajuda do mesário para a resolução de alguma questão envolvendo acessibilidade?	
P19	Não
Você costuma acompanhar as questões políticas envolvendo as Pessoas com Deficiência?	
P20	Não
Você concorda com a obrigatoriedade do voto para a Pessoa com Deficiência?	
P21	Não
Você considera que uma seção única para Pessoas com Deficiência facilitaria seu acesso ao voto?	
P22	Não
Você se sentiria discriminado por uma seção única para Pessoa com Deficiência votarem?	
P23	
Qual a importância das eleições para você?	
☆	Pouco importante
P24	
Qual seu grau de confiança no sistema eleitoral brasileiro?	
☆	Pouco confiável

P25

Você sente o voto como uma obrigação ou oportunidade de mudança social?

mudança

P26

Como Pessoa com Deficiência qual você considera a maior dificuldade para o exercício do voto?

Quando o acesso da sessão é distante

#22

COMPLETAS

Coletor: Web Link 1 (Link)
Início: Sunday, June 14, 2020 5:53:39 AM
Última modificação: Sunday, June 14, 2020 5:58:14 AM
Duração: 00:04:35
Endereço IP: 191.45.159.138

Página 1

P1

Aceito

Declaro, em conformidade com a legislação vigente, que aceito participar voluntariamente, de forma livre esclarecida, como sujeito de pesquisa científica da aluna Liana Holanda de Melo. Esclareço que fui informado sobre o objetivo geral desta pesquisa, que é colher resultados obtidos após questionário realizado às pessoas com deficiência que participaram das últimas eleições no município de Fortaleza-Ceará para compor informações para a sua dissertação, no Mestrado de Ciências Sociais e Políticas, na Universidade de Lisboa. O estudo é voltado para a identificação das principais barreiras que existem atualmente ao exercício do voto pelas pessoas com deficiência no município de Fortaleza. Minha participação se dará sob a forma de preenchimento de questionário, desde que seja garantido o absoluto sigilo, que assegure a minha privacidade quanto aos dados confidenciais ou qualquer juízo de valor por mim emitido na oportunidade. Autorizo, ainda, que, garantido o referido sigilo, esses dados possam ser utilizados na elaboração de textos para publicação.

P2

Sim

Você é Pessoa com Deficiência?

P3

Qual o tipo da sua Deficiência?

Diminuição de força da perna direita

P4

33 a 44

Qual a sua idade?

P5	Casado (a)
Qual o seu estado civil?	
<hr/>	
P6	Masculino
Qual seu gênero?	
<hr/>	
P7	Acima de R\$ 5.000,00
Qual a sua renda mensal pessoal?	
<hr/>	
P8	Ensino Superior
Qual seu grau de escolaridade?	
<hr/>	
P9	Trabalho
Qual sua ocupação atual?	
<hr/>	
P10	Sim
Você reside na cidade de Fortaleza?	
<hr/>	
P11	
Qual bairro você reside?	
Passare	
<hr/>	
P12	Sim
Você votou nas últimas eleições?	
<hr/>	
P13	Não
Você recebeu atendimento prioritário no local de votação?	
<hr/>	
P14	Não
Você necessita do auxílio de acompanhante para votar?	
<hr/>	
P15	Sim
A sua seção eleitoral atende às suas necessidades de adaptação para votar?	
<hr/>	

P16	Não
Você tem conhecimento da possibilidade de pedir dispensa do voto (sem sanção) no caso em que o seu deslocamento seja muito desgastante ou trabalhoso?	
P17	Não
Você já fez uso dessa dispensa?	
P18	Não
Você já solicitou ajuda do mesário para a resolução de alguma questão envolvendo acessibilidade?	
P19	Sim
Você costuma acompanhar as questões políticas envolvendo as Pessoas com Deficiência?	
P20	Não
Você concorda com a obrigatoriedade do voto para a Pessoa com Deficiência?	
P21	Não
Você considera que uma seção única para Pessoas com Deficiência facilitaria seu acesso ao voto?	
P22	Não
Você se sentiria discriminado por uma seção única para Pessoa com Deficiência votarem?	
P23	
Qual a importância das eleições para você?	
☆	Muito importante
P24	
Qual seu grau de confiança no sistema eleitoral brasileiro?	
☆	Pouco confiável

P25

Você sente o voto como uma obrigação ou oportunidade de mudança social?

Obrigação

P26

Como Pessoa com Deficiência qual você considera a maior dificuldade para o exercício do voto?

Acesso

#23

COMPLETAS

Coletor: Web Link 1 (Link)
Início: Sunday, June 14, 2020 7:08:34 AM
Última modificação: Sunday, June 14, 2020 7:24:01 AM
Duração: 00:15:26
Endereço IP: 201.20.105.74

Página 1

P1

Aceito

Declaro, em conformidade com a legislação vigente, que aceito participar voluntariamente, de forma livre esclarecida, como sujeito de pesquisa científica da aluna Liana Holanda de Melo. Esclareço que fui informado sobre o objetivo geral desta pesquisa, que é colher resultados obtidos após questionário realizado às pessoas com deficiência que participaram das últimas eleições no município de Fortaleza-Ceará para compor informações para a sua dissertação, no Mestrado de Ciências Sociais e Políticas, na Universidade de Lisboa. O estudo é voltado para a identificação das principais barreiras que existem atualmente ao exercício do voto pelas pessoas com deficiência no município de Fortaleza. Minha participação se dará sob a forma de preenchimento de questionário, desde que seja garantido o absoluto sigilo, que assegure a minha privacidade quanto aos dados confidenciais ou qualquer juízo de valor por mim emitido na oportunidade. Autorizo, ainda, que, garantido o referido sigilo, esses dados possam ser utilizados na elaboração de textos para publicação.

P2

Sim

Você é Pessoa com Deficiência?

P3

Qual o tipo da sua Deficiência?

Visual total

P4

60 ou mais

Qual a sua idade?

P5	Casado (a)
Qual o seu estado civil?	
<hr/>	
P6	Masculino
Qual seu gênero?	
<hr/>	
P7	Acima de R\$ 5.000,00
Qual a sua renda mensal pessoal?	
<hr/>	
P8	Ensino Superior
Qual seu grau de escolaridade?	
<hr/>	
P9	Trabalho
Qual sua ocupação atual?	
<hr/>	
P10	Sim
Você reside na cidade de Fortaleza?	
<hr/>	
P11	
Qual bairro você reside?	
Cidade dos funcionários	
<hr/>	
P12	Sim
Você votou nas últimas eleições?	
<hr/>	
P13	Sim
Você recebeu atendimento prioritário no local de votação?	
<hr/>	
P14	Não
Você necessita do auxílio de acompanhante para votar?	
<hr/>	
P15	Sim
A sua seção eleitoral atende às suas necessidades de adaptação para votar?	
<hr/>	

P16	Não
Você tem conhecimento da possibilidade de pedir dispensa do voto (sem sanção) no caso em que o seu deslocamento seja muito desgastante ou trabalhoso?	
<hr/>	
P17	Não
Você já fez uso dessa dispensa?	
<hr/>	
P18	Sim
Você já solicitou ajuda do mesário para a resolução de alguma questão envolvendo acessibilidade?	
<hr/>	
P19	Sim
Você costuma acompanhar as questões políticas envolvendo as Pessoas com Deficiência?	
<hr/>	
P20	Não
Você concorda com a obrigatoriedade do voto para a Pessoa com Deficiência?	
<hr/>	
P21	Não
Você considera que uma seção única para Pessoas com Deficiência facilitaria seu acesso ao voto?	
<hr/>	
P22	Sim
Você se sentiria discriminado por uma seção única para Pessoa com Deficiência votarem?	
<hr/>	
P23	
Qual a importância das eleições para você?	
☆	Muito importante
<hr/>	
P24	
Qual seu grau de confiança no sistema eleitoral brasileiro?	
☆	Muito confiável
<hr/>	

P25

Você sente o voto como uma obrigação ou oportunidade de mudança social?

Oportunidade de mudança social.

P26

Como Pessoa com Deficiência qual você considera a maior dificuldade para o exercício do voto?

Nenhuma dificuldade, depois da urna eletrônica.

#24

COMPLETAS

Coletor: Web Link 1 (Link)
Início: Tuesday, June 16, 2020 9:45:15 AM
Última modificação: Tuesday, June 16, 2020 9:52:05 AM
Duração: 00:06:50
Endereço IP: 187.114.154.159

Página 1

P1

Aceito

Declaro, em conformidade com a legislação vigente, que aceito participar voluntariamente, de forma livre esclarecida, como sujeito de pesquisa científica da aluna Liana Holanda de Melo. Esclareço que fui informado sobre o objetivo geral desta pesquisa, que é colher resultados obtidos após questionário realizado às pessoas com deficiência que participaram das últimas eleições no município de Fortaleza-Ceará para compor informações para a sua dissertação, no Mestrado de Ciências Sociais e Políticas, na Universidade de Lisboa. O estudo é voltado para a identificação das principais barreiras que existem atualmente ao exercício do voto pelas pessoas com deficiência no município de Fortaleza. Minha participação se dará sob a forma de preenchimento de questionário, desde que seja garantido o absoluto sigilo, que assegure a minha privacidade quanto aos dados confidenciais ou qualquer juízo de valor por mim emitido na oportunidade. Autorizo, ainda, que, garantido o referido sigilo, esses dados possam ser utilizados na elaboração de textos para publicação.

P2

Sim

Você é Pessoa com Deficiência?

P3

Qual o tipo da sua Deficiência?

Pé esquerdo mais curto...

P4

45 a 59

Qual a sua idade?

P5**Casado (a)**

Qual o seu estado civil?

P6**Feminino**

Qual seu gênero?

P7**de R\$ 500,00 a R\$ 1.500,00**

Qual a sua renda mensal pessoal?



P25

Você sente o voto como uma obrigação ou oportunidade de mudança social?

Mudança social

P26

Como Pessoa com Deficiência qual você considera a maior dificuldade para o exercício do voto?

Decidir em quem votar no país da impunidade

#25

COMPLETAS

Coletor: Web Link 1 (Link)
Início: Friday, June 19, 2020 11:58:51 AM
Última modificação: Friday, June 19, 2020 12:06:14 PM
Duração: 00:07:23
Endereço IP: 191.45.135.138

Página 1

P1

Aceito

Declaro, em conformidade com a legislação vigente, que aceito participar voluntariamente, de forma livre esclarecida, como sujeito de pesquisa científica da aluna Liana Holanda de Melo. Esclareço que fui informado sobre o objetivo geral desta pesquisa, que é colher resultados obtidos após questionário realizado às pessoas com deficiência que participaram das últimas eleições no município de Fortaleza-Ceará para compor informações para a sua dissertação, no Mestrado de Ciências Sociais e Políticas, na Universidade de Lisboa. O estudo é voltado para a identificação das principais barreiras que existem atualmente ao exercício do voto pelas pessoas com deficiência no município de Fortaleza. Minha participação se dará sob a forma de preenchimento de questionário, desde que seja garantido o absoluto sigilo, que assegure a minha privacidade quanto aos dados confidenciais ou qualquer juízo de valor por mim emitido na oportunidade. Autorizo, ainda, que, garantido o referido sigilo, esses dados possam ser utilizados na elaboração de textos para publicação.

P2

Sim

Você é Pessoa com Deficiência?

P3

Qual o tipo da sua Deficiência?

Auditiva

P4

33 a 44

Qual a sua idade?

P5 União estável
Qual o seu estado civil?

P6 Feminino
Qual seu gênero?

P7 de R\$ 1.500,00 a R\$ 5.000,00
Qual a sua renda mensal pessoal?

P8 Ensino Superior
Qual seu grau de escolaridade?

P9 Trabalho
Qual sua ocupação atual?

P10 Sim
Você reside na cidade de Fortaleza?

P11
Qual bairro você reside?
Jatobá

P12 Sim
Você votou nas últimas eleições?

P13 Sim
Você recebeu atendimento prioritário no local de votação?

P14 Não
Você necessita do auxílio de acompanhante para votar?

P15 Sim
A sua seção eleitoral atende às suas necessidades de adaptação para votar?

P16	Não
Você tem conhecimento da possibilidade de pedir dispensa do voto (sem sanção) no caso em que o seu deslocamento seja muito desgastante ou trabalhoso?	
P17	Não
Você já fez uso dessa dispensa?	
P18	Não
Você já solicitou ajuda do mesário para a resolução de alguma questão envolvendo acessibilidade?	
P19	Sim
Você costuma acompanhar as questões políticas envolvendo as Pessoas com Deficiência?	
P20	Sim
Você concorda com a obrigatoriedade do voto para a Pessoa com Deficiência?	
P21	Não
Você considera que uma seção única para Pessoas com Deficiência facilitaria seu acesso ao voto?	
P22	Não
Você se sentiria discriminado por uma seção única para Pessoa com Deficiência votarem?	
P23	
Qual a importância das eleições para você?	
☆	Muito importante
P24	
Qual seu grau de confiança no sistema eleitoral brasileiro?	
☆	Razoavelmente confiável

P25

Você sente o voto como uma obrigação ou oportunidade de mudança social?

Oportunidade de mudança

P26

O respondente ignorou esta pergunta

Como Pessoa com Deficiência qual você considera a maior dificuldade para o exercício do voto?

#26

COMPLETAS

Coletor: Web Link 1 (Link)
Início: Friday, June 19, 2020 12:05:35 PM
Última modificação: Friday, June 19, 2020 12:14:23 PM
Duração: 00:08:48
Endereço IP: 187.18.220.26

Página 1

P1

Aceito

Declaro, em conformidade com a legislação vigente, que aceito participar voluntariamente, de forma livre esclarecida, como sujeito de pesquisa científica da aluna Liana Holanda de Melo. Esclareço que fui informado sobre o objetivo geral desta pesquisa, que é colher resultados obtidos após questionário realizado às pessoas com deficiência que participaram das últimas eleições no município de Fortaleza-Ceará para compor informações para a sua dissertação, no Mestrado de Ciências Sociais e Políticas, na Universidade de Lisboa. O estudo é voltado para a identificação das principais barreiras que existem atualmente ao exercício do voto pelas pessoas com deficiência no município de Fortaleza. Minha participação se dará sob a forma de preenchimento de questionário, desde que seja garantido o absoluto sigilo, que assegure a minha privacidade quanto aos dados confidenciais ou qualquer juízo de valor por mim emitido na oportunidade. Autorizo, ainda, que, garantido o referido sigilo, esses dados possam ser utilizados na elaboração de textos para publicação.

P2

Sim

Você é Pessoa com Deficiência?

P3

Qual o tipo da sua Deficiência?

Paralisia infantil nos membros superiores e inferiores a sua idade

P4

45 a 59

Qual a sua idade?

P5 Solteiro (a)

Qual o seu estado civil?

P6 Masculino

Qual seu gênero?

P7 de R\$ 500,00 a R\$ 1.500,00

Qual a sua renda mensal pessoal?

P8 Ensino Médio

Qual seu grau de escolaridade?

P9 Outros

Qual sua ocupação atual?

P10 Sim

Você reside na cidade de Fortaleza?

P11

Qual bairro você reside?

José Walter

P12 Sim

Você votou nas últimas eleições?

P13 Não

Você recebeu atendimento prioritário no local de votação?

P14 Não

Você necessita do auxílio de acompanhante para votar?

P15 Sim

A sua seção eleitoral atende às suas necessidades de adaptação para votar?

P16	Sim
Você tem conhecimento da possibilidade de pedir dispensa do voto (sem sanção) no caso em que o seu deslocamento seja muito desgastante ou trabalhoso?	
P17	Não
Você já fez uso dessa dispensa?	
P18	Não
Você já solicitou ajuda do mesário para a resolução de alguma questão envolvendo acessibilidade?	
P19	Sim
Você costuma acompanhar as questões políticas envolvendo as Pessoas com Deficiência?	
P20	Não
Você concorda com a obrigatoriedade do voto para a Pessoa com Deficiência?	
P21	Sim
Você considera que uma seção única para Pessoas com Deficiência facilitaria seu acesso ao voto?	
P22	Não
Você se sentiria discriminado por uma seção única para Pessoa com Deficiência votarem?	
P23	
Qual a importância das eleições para você?	
☆	Muito importante
P24	
Qual seu grau de confiança no sistema eleitoral brasileiro?	
☆	Razoavelmente confiável

P25

Você sente o voto como uma obrigação ou oportunidade de mudança social?

Como o único momento que temos voz e vez

P26

Como Pessoa com Deficiência qual você considera a maior dificuldade para o exercício do voto?

Translado

#27

COMPLETAS

Coletor: Web Link 1 (Link)
Início: Friday, June 19, 2020 12:20:04 PM
Última modificação: Friday, June 19, 2020 12:24:51 PM
Duração: 00:04:47
Endereço IP: 187.18.220.153

Página 1

P1

Aceito

Declaro, em conformidade com a legislação vigente, que aceito participar voluntariamente, de forma livre esclarecida, como sujeito de pesquisa científica da aluna Liana Holanda de Melo. Esclareço que fui informado sobre o objetivo geral desta pesquisa, que é colher resultados obtidos após questionário realizado às pessoas com deficiência que participaram das últimas eleições no município de Fortaleza-Ceará para compor informações para a sua dissertação, no Mestrado de Ciências Sociais e Políticas, na Universidade de Lisboa. O estudo é voltado para a identificação das principais barreiras que existem atualmente ao exercício do voto pelas pessoas com deficiência no município de Fortaleza. Minha participação se dará sob a forma de preenchimento de questionário, desde que seja garantido o absoluto sigilo, que assegure a minha privacidade quanto aos dados confidenciais ou qualquer juízo de valor por mim emitido na oportunidade. Autorizo, ainda, que, garantido o referido sigilo, esses dados possam ser utilizados na elaboração de textos para publicação.

P2

Sim

Você é Pessoa com Deficiência?

P3

Qual o tipo da sua Deficiência?

Motora

P4

45 a 59

Qual a sua idade?

P5	Solteiro (a)
Qual o seu estado civil?	
<hr/>	
P6	Feminino
Qual seu gênero?	
<hr/>	
P7	de R\$ 500,00 a R\$ 1.500,00
Qual a sua renda mensal pessoal?	
<hr/>	
P8	Ensino Médio
Qual seu grau de escolaridade?	
<hr/>	
P9	Outros
Qual sua ocupação atual?	
<hr/>	
P10	Sim
Você reside na cidade de Fortaleza?	
<hr/>	
P11	
Qual bairro você reside?	
Álvaro Weyne	
<hr/>	
P12	Sim
Você votou nas últimas eleições?	
<hr/>	
P13	Sim
Você recebeu atendimento prioritário no local de votação?	
<hr/>	
P14	Sim
Você necessita do auxílio de acompanhante para votar?	
<hr/>	
P15	Não
A sua seção eleitoral atende às suas necessidades de adaptação para votar?	
<hr/>	

P16	Não
Você tem conhecimento da possibilidade de pedir dispensa do voto (sem sanção) no caso em que o seu deslocamento seja muito desgastante ou trabalhoso?	
P17	Não
Você já fez uso dessa dispensa?	
P18	Não
Você já solicitou ajuda do mesário para a resolução de alguma questão envolvendo acessibilidade?	
P19	Não
Você costuma acompanhar as questões políticas envolvendo as Pessoas com Deficiência?	
P20	Não
Você concorda com a obrigatoriedade do voto para a Pessoa com Deficiência?	
P21	Sim
Você considera que uma seção única para Pessoas com Deficiência facilitaria seu acesso ao voto?	
P22	Não
Você se sentiria discriminado por uma seção única para Pessoa com Deficiência votarem?	
P23	
Qual a importância das eleições para você?	
☆	Razoavelmente importante
P24	
Qual seu grau de confiança no sistema eleitoral brasileiro?	
☆	Pouco confiável

P25

Você sente o voto como uma obrigação ou oportunidade de mudança social?

Obrigação

P26

Como Pessoa com Deficiência qual você considera a maior dificuldade para o exercício do voto?

Descaso qto acessibilidade

#28

COMPLETAS

Coletor: Web Link 1 (Link)
Início: Saturday, June 20, 2020 11:07:12 AM
Última modificação: Saturday, June 20, 2020 11:11:39 AM
Duração: 00:04:27
Endereço IP: 187.110.233.37

Página 1

P1

Aceito

Declaro, em conformidade com a legislação vigente, que aceito participar voluntariamente, de forma livre esclarecida, como sujeito de pesquisa científica da aluna Liana Holanda de Melo. Esclareço que fui informado sobre o objetivo geral desta pesquisa, que é colher resultados obtidos após questionário realizado às pessoas com deficiência que participaram das últimas eleições no município de Fortaleza-Ceará para compor informações para a sua dissertação, no Mestrado de Ciências Sociais e Políticas, na Universidade de Lisboa. O estudo é voltado para a identificação das principais barreiras que existem atualmente ao exercício do voto pelas pessoas com deficiência no município de Fortaleza. Minha participação se dará sob a forma de preenchimento de questionário, desde que seja garantido o absoluto sigilo, que assegure a minha privacidade quanto aos dados confidenciais ou qualquer juízo de valor por mim emitido na oportunidade. Autorizo, ainda, que, garantido o referido sigilo, esses dados possam ser utilizados na elaboração de textos para publicação.

P2

Sim

Você é Pessoa com Deficiência?

P3

Qual o tipo da sua Deficiência?

Física

P4

33 a 44

Qual a sua idade?

P5 Casado (a)

Qual o seu estado civil?

P6 Masculino

Qual seu gênero?

P7 de R\$ 500,00 a R\$ 1.500,00

Qual a sua renda mensal pessoal?

P8 Ensino Médio

Qual seu grau de escolaridade?

P9 Trabalho

Qual sua ocupação atual?

P10 Sim

Você reside na cidade de Fortaleza?

P11

Qual bairro você reside?

Barra do Ceará

P12 Sim

Você votou nas últimas eleições?

P13 Sim

Você recebeu atendimento prioritário no local de votação?

P14 Não

Você necessita do auxílio de acompanhante para votar?

P15 Sim

A sua seção eleitoral atende às suas necessidades de adaptação para votar?

P16	Sim
Você tem conhecimento da possibilidade de pedir dispensa do voto (sem sanção) no caso em que o seu deslocamento seja muito desgastante ou trabalhoso?	
<hr/>	
P17	Não
Você já fez uso dessa dispensa?	
<hr/>	
P18	Não
Você já solicitou ajuda do mesário para a resolução de alguma questão envolvendo acessibilidade?	
<hr/>	
P19	Sim
Você costuma acompanhar as questões políticas envolvendo as Pessoas com Deficiência?	
<hr/>	
P20	Não
Você concorda com a obrigatoriedade do voto para a Pessoa com Deficiência?	
<hr/>	
P21	Não
Você considera que uma seção única para Pessoas com Deficiência facilitaria seu acesso ao voto?	
<hr/>	
P22	Não
Você se sentiria discriminado por uma seção única para Pessoa com Deficiência votarem?	
<hr/>	
P23	
Qual a importância das eleições para você?	
☆	Muito importante
<hr/>	
P24	
Qual seu grau de confiança no sistema eleitoral brasileiro?	
☆	Muito confiável
<hr/>	

P25

Você sente o voto como uma obrigação ou oportunidade de mudança social?

Sim

P26

Como Pessoa com Deficiência qual você considera a maior dificuldade para o exercício do voto?

Deslocamento casa local de oni

#29

COMPLETAS

Coletor: Web Link 1 (Link)
Início: Saturday, June 20, 2020 11:56:14 PM
Última modificação: Sunday, June 21, 2020 12:09:42 AM
Duração: 00:13:28
Endereço IP: 191.44.140.134

Página 1

P1

Aceito

Declaro, em conformidade com a legislação vigente, que aceito participar voluntariamente, de forma livre esclarecida, como sujeito de pesquisa científica da aluna Liana Holanda de Melo. Esclareço que fui informado sobre o objetivo geral desta pesquisa, que é colher resultados obtidos após questionário realizado às pessoas com deficiência que participaram das últimas eleições no município de Fortaleza-Ceará para compor informações para a sua dissertação, no Mestrado de Ciências Sociais e Políticas, na Universidade de Lisboa. O estudo é voltado para a identificação das principais barreiras que existem atualmente ao exercício do voto pelas pessoas com deficiência no município de Fortaleza. Minha participação se dará sob a forma de preenchimento de questionário, desde que seja garantido o absoluto sigilo, que assegure a minha privacidade quanto aos dados confidenciais ou qualquer juízo de valor por mim emitido na oportunidade. Autorizo, ainda, que, garantido o referido sigilo, esses dados possam ser utilizados na elaboração de textos para publicação.

P2

Sim

Você é Pessoa com Deficiência?

P3

Qual o tipo da sua Deficiência?

Visual

P4

25 a 32

Qual a sua idade?

P5 Solteiro (a)

Qual o seu estado civil?

P6 Feminino

Qual seu gênero?

P7 de R\$ 500,00 a R\$ 1.500,00

Qual a sua renda mensal pessoal?

P8 Ensino Médio

Qual seu grau de escolaridade?

P9 Estudo

Qual sua ocupação atual?

P10 Sim

Você reside na cidade de Fortaleza?

P11

Qual bairro você reside?

Couto Fernandes

P12 Sim

Você votou nas últimas eleições?

P13 Não

Você recebeu atendimento prioritário no local de votação?

P14 Não

Você necessita do auxílio de acompanhante para votar?

P15 Não

A sua seção eleitoral atende às suas necessidades de adaptação para votar?

P16	Não
Você tem conhecimento da possibilidade de pedir dispensa do voto (sem sanção) no caso em que o seu deslocamento seja muito desgastante ou trabalhoso?	
P17	Não
Você já fez uso dessa dispensa?	
P18	Não
Você já solicitou ajuda do mesário para a resolução de alguma questão envolvendo acessibilidade?	
P19	Sim
Você costuma acompanhar as questões políticas envolvendo as Pessoas com Deficiência?	
P20	Sim
Você concorda com a obrigatoriedade do voto para a Pessoa com Deficiência?	
P21	Não
Você considera que uma seção única para Pessoas com Deficiência facilitaria seu acesso ao voto?	
P22	Sim
Você se sentiria discriminado por uma seção única para Pessoa com Deficiência votarem?	
P23	
Qual a importância das eleições para você?	
☆	Muito importante
P24	
Qual seu grau de confiança no sistema eleitoral brasileiro?	
☆	Razoavelmente confiável

P25

Você sente o voto como uma obrigação ou oportunidade de mudança social?

Oportunidade de mudança social

P26

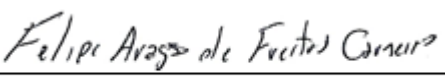
Como Pessoa com Deficiência qual você considera a maior dificuldade para o exercício do voto?

Achar a seção eleitoral e a falta de capacitação dos mesários para lidar com uma pessoa com deficiência

ANEXO A – DECLARAÇÃO DE NORMALIZAÇÃO TÉCNICA

Declara-se, para constituir prova junto aos órgãos interessados, que, por intermédio do profissional infra-assinado⁵⁰, foi procedida a normalização técnica da dissertação de Liana Holanda de Melo, razão por que se firma a presente declaração, a fim de que surta os efeitos legais, nos termos das normas vigentes decretadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Fortaleza-CE, 28 de setembro de 2020.



Felipe Aragão de Freitas Carneiro

⁵⁰ Número do registro: 89.931. E-mail: felipearagaofc@hotmail.com.